



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação

Prostituição Feminina de Rua

*Escutar e Atuar: Papel do Técnico d'O Ninho na Intervenção
com Mulheres Prostitutas*

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Educação Social e
Intervenção Comunitária

Sara Patrícia Tomé da Silva Cordeiro

Setembro/2012



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação

Prostituição Feminina de rua

*Escutar e Atuar: Papel do Técnico d'O Ninho na Intervenção
com Mulheres Prostitutas*

SOB ORIENTAÇÃO

DA PROFESSORA DOUTORA HELENA SANT'ANA

Sara Patrícia Tomé da Silva Cordeiro

Setembro/2012

AGRADECIMENTOS

A Deus
pelo Dom da Vida, Sabedoria e Fortaleza;

A toda a Equipa Técnica e Educativa d' *O Ninho*,
que desde o primeiro contacto me acolheram
e se interessaram pela temática,
contribuindo, assim, para prosseguir motivada.

Àqueles que me possibilitaram a realização de entrevistas,
que partilharam os seus saberes e experiências,
me deram apoio e manifestaram disponibilidade e simpatia;

À Professora Doutora Helena Santana,
pelo incentivo e atenção
dispensadas durante o percurso de dissertação;

A todos os colegas e amigos
que sempre acreditaram no projeto
encorajando-me a prosseguir com toda a força;

E finalmente aos meus Pais, irmãos e prima Magda
pela presença e preocupação constantes,
pelo apoio permanente e incondicional,
que me enriquecem enquanto pessoa,
e são uma fonte de inspiração
nos meus projetos profissionais.

A todos, o meu sincero Bem-Haja!

RESUMO

O Ninho é uma Associação que procura o conhecimento real do fenómeno *prostituição*, do próprio meio e dos seus agentes, bem como garantir qualidade na intervenção técnica e nas respostas sociais. Assim, o trabalho desenvolvido pelos técnicos objetiva responder aos problemas identificados pelas mulheres prostitutas e colmatar as lacunas nas respostas existentes no que concerne ao fenómeno social *prostituição feminina de rua*.

Este estudo pretende ir ao encontro da maior preocupação associada a esta problemática e, mais especificamente, no caso da prostituição feminina de rua – a preocupação com a inserção social das mulheres.

Para a elaboração do presente trabalho foram utilizadas estratégias metodológicas como a observação participante e entrevistas semiestruturadas. Da análise dos resultados verificamos que a prostituição agudiza os estereótipos, preconceitos e o estigma social que tanto marginaliza as mulheres prostituídas. Assim, todo o trabalho técnico realizado n’*O Ninho* visa promover a autonomia das mulheres, a aquisição de regras e hábitos de trabalho, o cumprimento e definição de objetivos e a posterior procura de emprego.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição, Exclusão Social, Reinserção Social, Intervenção Técnica.

ABSTRACT

O Ninho is an association that seeks the real knowledge of the phenomenon *prostitution*, of the environment and their agents, as well as ensure quality in technical intervention and social responses. Thus, the work done by the technicians aims to respond to the problems identified by the prostitutes and fill the gaps in the existing responses, concerning to the social phenomenon *female prostitution of street*.

This study intends to respond to the main concern associated with this issue and, more specifically, in the case of female street prostitution – the concern with social inclusion of women.

For the preparation of this work, as methodological strategies, we used the participant observation and semi-structured interviews. By the analysis of the results we found that prostitution exacerbates the stereotypes, prejudices and the social stigma that marginalize women forced into prostitution. Thus, all the technical work done at *O Ninho* aims to promote women's autonomy, rules and work habits acquisition, setting goals and subsequent job search.

KEY-WORDS: Prostitution, Social Exclusion, Social Rehabilitation, Technical Intervention.

ÍNDICE

	Página
AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	4
1.1. Problemática	4
1.2. Objetivos gerais e específicos	5
1.3. Definição de conceitos	6
1.4. Instrumentos de recolha de dados	11
1.4.1. A entrevista	11
1.4.2. A observação participante	13
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	14
CAPÍTULO 2: O mundo da prostituição feminina de rua	14
2.1. O fenómeno da prostituição feminina de rua	14
2.1.1. Evolução histórica	15
2.1.2. O caso português	18
2.2. Ser-se mulher prostituta	22
2.3. O mundo familiar da prostituta de rua	25
2.4. Causas da prostituição de rua	27
2.5. Prostituição: um problema social ou estigma social?	29
CAPÍTULO 3: Reinserção social de mulheres prostitutas	33
3.1. Educação social: porquê e para quê no paradigma de “reciclagem” propulsor de fenómenos de exclusão social?	33
CAPÍTULO 4: Caraterização institucional	35
4.1. “O Ninho”	35
4.2. Os Projetos de inclusão da mulher em contexto de prostituição de rua	38

4.2.1. Centro de atendimento	38
4.2.2. O Lar	40
4.2.3. As Oficinas	43
4.2.4. O Quiosque	45
4.2.5. Intervenção psicossocial no meio prostitucional	46
4.2.6. O Serviço de Seguida	47
RESULTADOS EMPÍRICOS	50
CAPÍTULO 5: Análise da intervenção técnica d' <i>O Ninho</i> na promoção da reinserção social das mulheres prostitutas	50
5.1. Papel dos técnicos na instituição	50
5.2. Caraterização da população	50
5.3. Caraterização da instituição	51
CAPÍTULO 6: Apresentação dos resultados: análise de conteúdo	54
6.1. Funcionamento das várias valências d' <i>O Ninho</i>	54
6.2. Visão técnica relativamente à mulher prostituta e sua condição	57
6.3. Trabalhar “COM”	64
6.4. Relação Técnico/Mulher Prostituta/Agregado Familiar	76
6.5. Representações dos Técnicos sobre vitimação	78
6.6. Reinserção Social: motivações, expetativas e medos no processo de mudança	90
CONCLUSÕES	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXOS	103

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico I – Sentimentos que a mulher desperta no(a) técnico(a)	v
Gráfico II – Sentimentos que a mulher não desperta no(s) técnico(a).....	v
Tabela I – Caracterização geral da amostra	ix

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – Casa dos Brinquedos, Lar	vi
Figura II – Sala de Jantar Convívio, Lar	vi
Figura III – Gabinete Técnico, Lar	vi
Figura IV – Espaço Oficinas	vii
Figura V – Sala de Trabalhos, Oficinas	vii
Figura VI – Expositor do Artesanato, Oficinas	vii
Figura VII – Gabinete Técnico, Oficinas	vii
Figura VIII – Gabinete Técnico, Centro de Atendimento	viii
Figura IX – Espaço, Centro de Atendimento	viii
Figura X – Quiosque	viii
Figura XI – Peças de artesanato vendidas no Quiosque	viii

INTRODUÇÃO

*Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,*

*Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem,
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.*

*Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser.
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: Fui eu?
Deus sabe, porque o escreveu.*

Fernando Pessoa

Recorrendo às palavras de Fernando Pessoa, este poema reporta-nos para uma reflexão acerca da multidimensionalidade do Ser Humano.

A primeira estrofe revela aspetos da despersonalização que é reflexo, muitas vezes da instabilidade da vida quotidiana. No caso concreto das mulheres prostitutas, frequentemente sentem estranheza, desconforto e vergonha em relação à sua própria vida - parece-lhe que foi outro que a viveu. Podemos encarar esta estrofe como uma autodefesa e um sentimento de proteção de muitas destas mulheres, que sentem

necessidade de silenciar para não sofrerem com a sua condição de prostituta e com a solidão que está associada.

Tal como nos alude o Poeta "Quem tem alma não tem calma", ou seja, que quem pensa não tem paz interior – e quando nos confrontamos com este fenómeno social, prostituição, deparamo-nos com as fragilidades e extrema nostalgia que estas mulheres carregam consigo próprias e com o meio que as rodeia. Esta instabilidade emocional, física, psicológica, social e económica, acaba por significar que frequentemente, deixamos de sentir - "Não sei sentir-me onde estou".

Embora muitas vezes possamos esquecer os múltiplos papéis sociais que a mulher prostituída desempenha, nomeadamente o papel de esposa, companheira, mãe, irmã, amiga, entre outros, a vida no meio prostitucional devido às suas especificidades, permite que muitas vezes a pessoa real seja obliterada, desmultiplicada em muitos outros papéis e comportamentos, até que quase nada permaneça como inicialmente, antes da sua entrada na prostituição.

A escolha do tema Prostituição Feminina de Rua e as motivações a ele subjacente prende-se com a perceção acerca da importância e eficiência dos mecanismos informais e institucionais que atuam juntamente com mulheres prostitutas.

O estudo que se pretende efetuar é fruto do interesse em conhecer e aprofundar o trabalho desenvolvido ao longo de anos, pela Associação *O Ninho*, mais precisamente ao nível das respostas sociais que a própria instituição disponibiliza para aqueles (as) que solicitam apoio.

Este interesse e curiosidade advém de um pequeno estudo realizado no âmbito de uma unidade curricular inserida na Licenciatura que me proporcionou ter o primeiro contacto com o universo da Prostituição. O mesmo foi desenvolvido na cidade do Porto em cooperação com a LPSS (Liga Portuguesa de Profilaxia Social) que desenvolve há cerca de quatro anos um projeto denominado VAMP (Viatura Apoio Móvel à Prostituição) e que tem como principais objetivos a educação para a saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e apoio psicossocial às mulheres prostitutas.

Durante a elaboração do referido estudo tive a oportunidade de contactar diretamente com esta realidade social onde foram realizadas várias entrevistas e aplicados inquéritos por questionário às mulheres prostitutas, havendo também interação com os técnicos

que atuam diretamente no terreno. Este estudo ajudou-me a perceber que é necessário dialogar e dar espaço de expressão aos protagonistas deste campo social, pois tal como nos refere Silva & Ribeiro (2010) “as trabalhadoras sexuais são ora esquecidas, ora menosprezadas, quase sempre sujeitas a desclassificações dos mais variados tipos” (p.286).

A pertinência da investigação prende-se com a necessidade de destacar o papel que a instituição *O Ninho* desempenha na prevenção, combate e posterior inserção social das mulheres vítimas deste fenómeno social.

O objectivo principal aquando da escolha do tema teve como finalidade permitir o levantamento de algumas questões e reflexões relativas ao tipo de trabalho que é efetuado na Instituição *O Ninho* ao nível da promoção social em projetos que apoiam prostitutas de rua. Reconhecendo que *O Ninho* ao longo dos anos tem tido uma intervenção séria e coerente na denúncia da prostituição, das suas causas e consequências, parte do conhecimento adquirido ao longo de 40 anos de trabalho direto com pessoas prostituídas e da troca de experiências com organizações congéneres da Europa e do Brasil.

Apesar de existirem inúmeros estudos cuja incidência é o tema da Prostituição, que abordam maioritariamente questões em torno das próprias mulheres e suas vivências, ou sobre questões frequentemente a elas implícitas, como a questão da legalização, a imigração ilegal e tráfico de Seres Humanos, controlo feminino, Doenças Sexualmente Transmissíveis, violência, atuação do Estado e as próprias políticas, entre outros, são escassos os que focalizam a sua investigação sobre a atuação das instituições que apoiam e acompanham estas mulheres.

Reconhecendo que enquanto investigadores na área social, compete-nos enfrentar temas socialmente sensíveis e por vezes controversos, concretamente, face ao fenómeno da prostituição, considero que a prestação de ajuda efetiva às mulheres prostitutas é necessária. Isto implica um combate aos nossos próprios preconceitos e estereótipos, pois de acordo com Silva & Ribeiro (2010) é necessário o desenho de novas soluções de política sexual para que seja possível contribuir para a inclusão plena de atores sociais profundamente estigmatizados e marginalizados (p.286).

Santos (2007) pressupõe a definição de uma política de ajuda que não exerça controlo e pressão sobre as opções destas mulheres, que as respeite nos seus direitos humanos, em diferentes contextos, sem incidir num discurso universalista que nos impeça de perceber as relações políticas, sociais e culturais que estão por detrás das suas opções.

CAPÍTULO I

1.1. PROBLEMÁTICA

Esta dissertação vai ao encontro da necessidade encontrada de desmistificar o preconceito que muitas vezes é associado a quem se prostitui, às instituições que prestam apoio a estas mulheres, mas também aos técnicos de intervenção que a elas dedicam e direcionam o seu trabalho, lutando por elas. Este lutar, quando associado ao fenómeno social prostituição, está intimamente relacionado com a capacidade para minorar as diferenças sociais existentes.

Com este estudo ambiciona-se conhecer qual a perceção que os técnicos de acompanhamento das várias valências de *O Ninho* têm acerca da Instituição e trabalho desenvolvido pela mesma, acerca das condições e ambiente de trabalho, das próprias mulheres, suas vivências e expectativas, da visão da sociedade perante este fenómeno social, entre outros.

Será que as respostas sociais d'*O Ninho* contribuem para a reinserção social das mulheres prostitutas que a Ele recorrem? Este é o grande mote que conduz a presente investigação e pela qual me interessei. Reconhecendo que é importante conhecer e ouvir os atores, mediadores e interventores sociais que dia-a-dia trabalham para e com mulheres prostitutas.

O Trabalho de campo tem como finalidade representar, compreender e interpretar múltiplos aspectos aliados ao mundo social da prostituição de rua, mas fundamentalmente dar voz aos técnicos e atores que diariamente trabalham para e com estas mulheres.

1.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

OBJECTIVOS GERAIS

Em qualquer estudo é prioritário numa fase inicial a definição de objetivos, pois a sua descrição é fundamental na medida em que “permite orientar todo o processo de pesquisa” evitando o desperdício de tempo e de recursos (Moreira, 1994, p. 20).

Na atual investigação, pretende-se aprofundar os conhecimentos relacionados com o fenómeno da prostituição e a instituição *O Ninho* que direciona a sua intervenção para e com as mulheres prostitutas.

Desta forma, os objetivos da presente dissertação pretendem:

- Compreender quais as principais motivações das prostitutas em recorrer à ajuda d’*O Ninho*;
- Avaliar a perceção dos técnicos de acompanhamento na Instituição, nomeadamente quais as principais dificuldades sentidas, que interação estabelecem com as prostitutas, reconhecendo o êxito dos projetos e iniciativas por eles desenvolvidas;
- Perceber de que forma *O Ninho* contribui para a realização de projetos de vida das prostitutas, em cooperação com diversos parceiros locais, qual o grau de envolvimento, manutenção e saída da prostituição e os significados que lhes atribuem.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Através do instrumento de recolha de dados que apliquei, a entrevista semiestruturada, aos técnicos de acompanhamento d’*O Ninho*, procurei aprofundar outras questões que achei pertinentes explorar. Desta forma, desejei conhecer, ouvindo apenas os técnicos que diariamente trabalham com estas mulheres, questões relacionadas com as mulheres, outras direcionadas para o conhecimento e motivações dos técnicos, e por fim correlacionar a díade mulher prostituta - técnico, e perceber que tipos de relações se estabelecem entre cada agente social em contexto institucional.

Relativamente aos objetivos específicos deste estudo, optei por subdividi-los, para melhor compreensão e leitura.

Dos Técnicos de Acompanhamento:

- Compreender quais as motivações em trabalhar no *Ninho*;
- Conhecer os recursos humanos disponíveis, projetos de promoção social existentes com vista à definição de projetos de vida das mulheres prostitutas;
- Reconhecer que atitudes adotam os técnicos diante dos problemas expressos pelas mulheres, tendo em conta as condições físicas, psicológicas e emocionais de cada mulher em particular.
 - Perceber se a atuação do *Ninho* é propícia a estabelecer uma relação empática entre técnicos e utentes em exclusão social;
 - Identificar o reconhecimento e gestão dos vários papéis que os membros das equipas de trabalho desempenham;
- Diferençar até que ponto as interações estabelecidas entre técnicos e utentes são valorizadas;

1.3. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Intervenção Técnica

A Equipa Técnica tem de possuir conhecimentos que a capacitem e façam compreender a natureza dos problemas de cada mulher, articulando com os recursos e serviços que a própria Instituição dispõe, aplicando uma interação recíproca, uma ética profissional e uma intenção e aptidão para ajudar o outro.

De acordo com Perlman (citado *O Ninho*, s/d) o trabalho social individualizado é um processo utilizado por algumas instituições com o objectivo de fomentar o bem-estar público e onde um trabalhador social ajuda o indivíduo a enfrentar com mais eficácia os seus problemas de adaptação social.

Esta definição abrange quatro elementos essenciais do estudo social individualizado nas suas relações recíprocas:

Uma pessoa que tem um problema recorre a;

Um lugar onde;

Um profissional encarregado desta tarefa a atende e procura ajudá-la mediante;
Um processo determinado.

A intervenção técnica deve compreender uma série de operações de resolução de problemas integrados numa relação significativa que devem ser capazes de estabelecer. O objetivo do processo está nos seus meios: apoiar a mulher fomentando a sua capacidade para enfrentar os seus problemas e agindo sobre o problema para ajudar a resolvê-lo ou a minimizar os seus efeitos.

De acordo com *O Ninho*, o técnico deve saber captar a natureza da pessoa, a natureza do problema, a filosofia da Instituição na sua constante interação para poder considerar e analisar o processo numa estrutura dinâmica e principalmente da sua utilidade para a pessoa que precisa de ajuda.

Existem determinadas competências que um técnico de intervenção deve possuir: disponibilidade; ausência de preconceitos; atitude de não julgamento e de não culpabilização; permitir o relacionamento empático; capacidade de autoridade (assertividade / firmeza); empenho; intenção autêntica de compreender o Outro na sua própria linguagem, de pensar e agir pelos seus próprios termos.

Mulheres Prostitutas

Tal como nos refere Silva & Ribeiro (2010) “a prostituição feminina não é um problema apenas relativo à condição das mulheres-prostitutas e à sua sobrevivência e dignidade social, mas prende-se também com preconceitos e estereótipos, representações e normas dominantes, interiorizadas pelas próprias prostitutas” (p.15). Ainda de acordo com os mesmos autores, as mulheres prostitutas com a heterogeneidade que as caracteriza não constituem uma categoria de mulheres distinta.

Trabalhar neste sector é na maioria das vezes uma opção racional, e estas mulheres não devem ser encaradas como objetos mas como agentes sociais, que por diversos motivos têm de ganhar dinheiro (Silva & Ribeiro, 2010, p. 92).

Numa outra perspetiva, Silva & Sacramento (2005) aludem ao facto de a saúde e bem-estar mental destas mulheres serem afetados pelo desenraizamento cultural, ou seja, a ausência de apoio afetivo por parte de familiares e amigos, a separação dos filhos, as próprias condições do ambiente a que estão expostas, a rejeição social que

recaí sobre elas quando reconhecidas como prostitutas, são fatores que são convocados sempre que procedem à identificação da prostituição. No campo da saúde, os mesmos autores referem que o descontrolo nervoso, a ansiedade, o medo, a insónia e a depressão são sintomas característicos, tendo em conta a sua exposição a manifestações de violência verbal, violência física, abuso sexual, entre outras.

Reinserção Social

A reinserção social pressupõe um processo de interação e comunicação entre o indivíduo e a sociedade. E, este processo revela-se complexo na medida em que implica não só a adaptação do indivíduo mas também uma mudança na sociedade. Porém e de acordo com Figueiredo (1983, *cit in* Jacinto, 2003) “a insuficiência da participação da sociedade é patente na reinserção social” (p. 26).

A reinserção assume o carácter de reconstrução das perdas e o seu objectivo principal incide na capacitação da pessoa para exercer em plenitude o seu direito à cidadania.

Para que a reinserção social seja plena é necessário haver toda uma mudança comportamental, resultado de uma decisão interna, algo assumido pela pessoa, que se converte á evidência de uma nova responsabilidade pessoal e social.

O nível afetivo e relacional são fundamentais neste processo, a pessoa deverá conseguir alcançar uma maturidade, consolidada na sua capacidade adquirida para escolher e decidir como quer que sejam as suas relações interpessoais, sem qualquer tipo de dependência. É importante que nesta fase, a mulher, no caso concreto, já tenha adquirido determinadas competências para conseguir viver com o seu passado, com a frustração, para suportar algum mal-estar que possa vir a enfrentar. Esta autonomia afetiva vai permitir a satisfação das suas necessidades, porém, mantendo a sua integridade pessoal e o respeito pelos outros.

Espera-se que cada mulher inicie este novo ciclo, que é um processo de crescimento pessoal, num ambiente de menor proteção e de maior contacto com a sociedade que o rodeia.

O conceito de reinserção social deve ser entendido como todo o processo complexo que envolve a mulher e a sociedade, potenciando as condições necessárias

que permitam à mulher tomar livremente e com dignidade as suas escolhas e retomar normalmente à vida numa sociedade que também se espera mais justa e igualitária, neste sentido, menos marginalista.

Exclusão Social

A exclusão social trata-se de um problema social que contém em si as características de cada sociedade, de índole nacional, social ou cultural.

Tal como nos refere Rodrigues (2003) o conceito adquire notoriedade nos anos 80, com o II Programa de Luta Contra a Pobreza. Até então, este conceito correlacionava-se somente com o fenómeno de pobreza, sendo assim perspectivada, quase exclusivamente, numa dimensão económica. Com o aparecimento cada vez maior de novos grupos em situações desfavoráveis e totalmente marginalizadas, as situações extremas de pobreza e as consequentes desigualdades sociais vieram dar corpo ao conceito exclusão.

De acordo com Giddens (2007) por exclusão social entende-se o processo pelo qual os indivíduos podem ser excluídos do pleno envolvimento na sociedade. Devido a precárias condições de habitabilidade, a escolas inferiores ou a condições de transporte limitadas, podem ser negadas a estas pessoas, as oportunidades de melhoria pessoal de que muitos usufruem. Para a Organização Internacional de Trabalho (2003), o termo exclusão social foi muito vulgarizado, aplicando-se em variadíssimas situações. É também um termo recente que foi generalizado, tornando-se mais comum e consensual.

A exclusão está diretamente “relacionada com a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família.” (OIT, 2003, p.13). No entanto, não existe exclusão sem inclusão, pois para haver exclusão a pessoa teria de estar, em algum ponto da sua vida, incluído. Todavia, de acordo com o mesmo autor, a exclusão pode ser vivida positivamente por uma pessoa ou comunidade.

Ainda segundo Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes e Januário (s/d) a exclusão social surgiu da agudização das desigualdades sociais que apareceram com o desenvolvimento económico. Isto resulta de uma relação de oposição entre aqueles que movimentam os seus recursos no sentido de participarem socialmente e aqueles que não dispõem desses recursos, tornando-se assim incapacitados para o fazer.

Quando falamos de exclusão social, e de acordo com Oliveira (*cit. in* Silva & Ribeiro, 2010) as pessoas que se prostituem foram e ainda continuam a ser alvo de reações sociais negativas, como a rejeição e a exclusão, “as prostitutas têm sido vistas como amorais ou imorais, como desviantes e transgressoras, sendo alvo de estigmatização” (p. 107).

Para Rodrigues *et al.* (s/d) o conceito de exclusão social e pobreza tem um carácter “cumulativo, dinâmico e persistente” (p. 65), ou seja, possui processos de reprodução e evolução que permite a sua persistência. É vista como um défice na coesão social, tornando-se um fenómeno global e não individual. Na ótica dos mesmos autores, a exclusão social associa-se à falta de recursos, materiais e sociais, que uma comunidade ou indivíduo possui e que os atira para a periferia da sociedade. Esta exclusão gera, conseqüentemente, pobreza pois dificulta as oportunidades de emprego e de acesso a bens e serviços sociais essenciais.

Por exclusão social entende-se a pobreza sob qualquer uma das suas formas: a carência de bens materiais, o analfabetismo, a falta de orientação pessoal e social, dificuldades de acesso à assistência médica, a precariedade no emprego, velhice, doença, isolamento.

Paralelamente à falta de recursos económicos existentes, a falta de redes familiares, de grupos de pares, grupos de pertença, grupos de trabalho estão direta ou indiretamente associados a situações de exclusão.

Trata-se assim de um conjunto diversificado de carências de cariz pessoal com origem na sociedade em que o indivíduo está inserido, ou melhor excluído.

Tal como preconiza Peraboa (2007, *cit. in* Costa, 1998) a exclusão social é a “fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade” (p.13). No contexto aliado ao fenómeno da prostituição, estas ruturas podem efetivar-se com o fenómeno do desemprego, e verificam-se essencialmente nos laços familiares e afetivos.

No entender de Barata (2002, *cit. in* Peraboa, 2007) exclusão social é “um conjunto de fatores que conduzem a um exagerado relaxamento dos laços sociais, a um estado social de insuficiente integração, de anomia” (p. 14). Paralelamente o conceito de

exclusão social está intimamente relacionado com o processo de marginalização, A exclusão social é o oposto de inclusão social, integração ou inserção social, abnegando o que se espera ser o direito à cidadania.

1.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

1.4.1. A ENTREVISTA

Um dos principais instrumentos de recolha de dados utilizados foi a entrevista semiestruturada, que foi aplicada em diversos momentos da pesquisa e com objectivos similares. Estas entrevistas semiestruturadas foram realizadas a onze técnicos da Equipa Educativa d’*O Ninho* que contactam diariamente com mulheres prostitutas quer em contexto formal, informal e através dos contactos de rua. Segundo Mendes (2003), “a entrevista permite captar não o indivíduo mas a sua localização social” (p. 9). No caso particular da presente dissertação, a aplicação de entrevistas revela-se crucial para ajudar a perceber como é que técnicos d’ *O Ninho*, com habilitações literárias, categoria profissional e locais de trabalho diferenciados cooperam, transformam e desafiam uma mesma realidade.

A entrevista semiestruturada pressupõe uma orientação através de um guião com tópicos e questões mentoras que devem ser abordadas. A existência desse guião possibilita que um mesmo tema seja abordado por diferentes entrevistados. Contudo, o guião pode sofrer alterações no decorrer das entrevistas e sempre que se justifique essa necessidade.

As entrevistas a informadores privilegiados revelam-se no contexto da presente dissertação como especialmente relevantes, permitindo recolher informação factual sobre as perceções e representações de atores institucionais e técnicos com um papel determinante no trabalho com as mulheres prostitutas, seus descendentes, família e o próprio meio prostitucional.

A seleção das pessoas a entrevistar teve em consideração o seu posicionamento enquanto técnico da Associação que trabalham para e com mulheres prostituídas e a sua disponibilidade.

Como é próprio deste procedimento, as entrevistas foram conduzidas de forma espontânea, dependendo das entrevistadas o tempo de duração e ritmo das mesmas.

Paralelamente foi propiciado às entrevistadas que as respostas fossem dadas de forma aberta, apelando à experiência profissional e pessoal acerca do fenómeno.

As entrevistas foram conduzidas por conjuntos de questões agrupados na sua maioria por temas, que incluíam: (1) características demográficas dos técnicos/atividade laboral, visão técnica perante as mulheres e *O Ninho*; (2) motivações, emoções do técnico/dificuldades sentidas, rotinas, relações laborais; (3) estigma social, processo de vitimização da mulher/projetos desenvolvidos, reinserção social.

Optámos, numa primeira fase da entrevista, por realizar algumas questões demográficas e subsequentemente começámos por fazer questões mais abertas, com o objetivo de permitir aos entrevistados acrescentar todas as informações que achassem pertinentes de forma a enriquecer e a favorecer a própria discussão e a reflexão do tema. Tal como nos sugere Mendes (2003) apesar de haver um guião onde se espera abordar os temas e perguntas definidos, deve existir “uma enorme flexibilidade e uma atenção extrema aos interesses e às perspetivas dos entrevistados” (p. 13).

Todos os entrevistados foram escolhidos deliberadamente e foi elaborado apenas um guião de entrevista, adaptado para os diferentes serviços/valências onde laboram. As entrevistas agendadas atempadamente foram realizadas nos vários serviços d’*O Ninho*, em momentos reservados para tal e os entrevistados foram formalmente interrogados e aceitaram responder a uma série de questões que lhes foram colocadas.

Antes de realizar as entrevistas, solicitou-se a cada entrevistado autorização para fazer um registo áudio da mesma. Posteriormente, conduzidas por um guião semiestruturado, todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na sua totalidade e por fim analisadas.

1.4.2. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Também a observação participante foi outro dos instrumentos de recolha de dados utilizado na elaboração da presente dissertação. Ciccourel (1990, *cit. in* Barreto, 2008) indica a observação participante como “um processo pelo qual o observador se insere na situação social objetivando realizar uma investigação científica, colhendo dados através da relação e sendo parte do contexto, modificando-o e sendo modificado” (p. 33). A observação participante foi efetuada em diferentes contextos e momentos,

evidenciando-se a observação e participação numa das reuniões de Equipa Técnica e Educativa d'*O Ninho* e aquando da ida aos locais das entrevistas com objetivo de obter uma compreensão mais profunda da dinâmica interna de funcionamento dos diferentes serviços, da relação entre técnicos e utentes, de suas formas de atuação, conflitos existentes e rotinas. Foi através de conversas informais, de registos de observação e diário de campo que constituíram uma fonte de informação fulcral neste estudo, possibilitando o acesso a informações importantes dos técnicos com conhecimento na temática e realidade do contexto.

Relativamente ao tratamento dos dados recolhidos, alguns foram objeto de um tratamento estatístico descritivo, porém, a grande maioria foram submetidos a um processo de análise de conteúdo temática.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

CAPÍTULO 2: O MUNDO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA

2.1. O FENÓMENO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA

A prostituição é segundo Fontinha (2001, p. 75) “a efetivação de práticas sexuais, hetero ou homossexuais, com diversos indivíduos e remuneradas num sistema organizado”. O meio prostitucional funciona como um mercado de oferta e de procura, oferta por parte da mulher que se vende, procura por parte do homem que a compra.

De acordo com Oliveira (2004), as pessoas que se prostituem classificam-se segundo o sexo (feminino, masculino, transexuais), orientação sexual (hetero, homo, bissexual) e idade (infantil, adulta).

Segundo Alves (2009) a mais velha profissão do mundo, como, por vezes é designada, acompanha o percurso da humanidade desde sempre. O género humano perpetua-se através da inter-relação mulher-homem, todavia, para que o uso do sexo se torne aceitável e *normal* tem de submeter-se a regras, oriundas da própria comunidade.

O fenómeno da globalização trouxe-nos a abertura de fronteiras, a passagem das mulheres de um país para o outro faz-se agora mais fácil e rapidamente do que se fazia em anos anteriores. No contexto atual, assiste-se a uma economia à escala global, à medida que os capitais e as mercadorias têm livre circulação, também a mobilidade humana se tornou mais excessiva e complexa. “Uma riqueza civilizacional, certamente, mas muitas vezes o rosto da privação humana, em busca de melhores condições” (*cit. in* Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, 2005. p. 263). Actualmente, assiste-se a um progressivo aumento de mulheres emigrantes que se deslocam, muitas vezes sozinhas, em busca de melhores condições de vida, procurando um desenvolvimento profissional mais estável e duradouro, acabando por trabalhar em serviços maioritariamente domésticos ou limpezas. A decisão destas mulheres está implícita no seu desejo e expectativa de melhorar a sua situação pessoal e familiar.

São vários os fatores que levam estas mulheres a abandonarem o seu país de origem, como a pobreza do próprio país, as fracas expectativas escolares e profissionais, entre outros. A difusão por parte dos *media* acerca da qualidade de vida dos países

desenvolvidos, constituem as condições essenciais para que as mulheres sejam seduzidas a deslocar-se para outros países.

Geralmente e de acordo com a Organização das Nações Unidas (*cit. in* Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, 2005) “as condições a que estas mulheres ficam sujeitas assemelham-se a um regime de escravatura, encontrando-se prisioneiras em casa, são obrigadas a prostituir-se, para pagarem a dívida que contraíram para o transporte” (p. 267).

“Normalmente elas são empurradas para a prostituição por terem de alimentar os filhos, coisas tão básicas, depois são mulheres que devido à fraca escolaridade o emprego que têm nunca faz face às despesas, [...], e acabam se calhar por aceitar, acomodarem-se à situação e terem que viver assim” (Magda, Monitora do Lar. 2012).

A forma como estas mulheres vivenciam a chegada e estadia nos países de destino é sentida com muita desilusão e medo tendo em conta as suas aspirações e sonhos. “Sem dinheiro, endividadas para com as redes de tráfico, deslocadas do seu país de origem, leigas na língua, sem rede de suporte social, submetidas à pressão dos proxenetas para se prostituírem, acham-se completamente perdidas” (*cit. in* Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, 2005, p. 267).

Constatamos assim que o fenómeno da globalização trouxe aspectos positivos em muitas áreas, mas relativamente à área da prostituição, veio proporcionar situações marcadamente delicadas e violentas a muitas jovens, mulheres e até crianças e deparamo-nos com um aumento significativo de mulheres que se sujeitam à exploração sexual.

2.1.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

“No caráter feminino não existe meio termo; ele tem que existir em imaculada inocência ou então no vício irremediável.”
(Chittende, 1837, *cit. in* Roberts, 1996)

A evolução da prostituição, quando equiparada com práticas de outros tempos, contempla diversas explicações e justificações que possibilitam perspetivar

determinadas mudanças sobre as rotinas e contextos a que este fenómeno tem vindo assistir.

O fenómeno social da prostituição tem levantado ao longo dos anos diversos temas de discussão: a degradação social, a saúde pública, os comportamentos de risco, a toxicod dependência, a exploração sexual, o tráfico de mulheres e crianças e mais recentemente, a questão da legalização.

A prostituição constitui um fenómeno complexo e multifacetado. Estas mulheres são consideradas um grupo vulnerável, pois na sua maioria são percecionadas como tendo um comportamento sexual desviante, sendo quase sempre socialmente estigmatizadas e marginalizadas.

A própria historicidade das normas sexuais demonstra-nos como as concepções de sexualidade resultam de uma construção social (Silva, 2007).

É certo que as explicações sobre a prostituição foram-se moldando gradualmente ao longo dos tempos. De acordo com Bullough e Bullough (*cit.in* Manita e Oliveira 2002) a prostituição tem sido ao longo dos anos, encarada de forma dupla, sendo simultaneamente alvo de recriminações e considerada útil, uma vez que se verifica existirem determinados movimentos de tolerância e de aceitação face a este fenómeno social, intercalados com atitudes condenatórias e tentativas de abolição.

Contudo, a História, quanto ao papel das mulheres na sociedade, tem ignorado ou, pelo menos, dado pouca importância, atribuindo-lhes uma utilidade limitada no exercício de poder.

Segundo Roberts (1996) e reportando-nos aos nossos antecessores históricos, por exemplo, na antiga Grécia assistimos a uma sociedade patriarcal organizada por estratos, permitindo-nos considerar que as mulheres deste tempo, estavam sob o firme e poderoso controlo dos homens. A mulher não possuía nem propriedades, nem direitos de herança, não exerciam poder económico nem legal.

Tal como nos refere Oliveira (2004), a prostituição nem sempre foi alvo de ordenações, leis, disposições, sanções, regulamentos, censura ou recriminações, pois, em determinados períodos da História ela foi tolerada e aceite.

No ano 1100 a.C. foram impostas as primeiras prescrições referentes aos códigos do vestuário para prostitutas, sendo que elas eram obrigadas a usar determinadas roupas,

quase sempre sedas e tecidos transparentes ou coletes especiais em pele, que identificassem a sua profissão. Havia ainda uma lei que decretava a proibição do uso do véu para qualquer pretexto, sendo esta uma marca exclusiva da sujeição da mulher casada ao seu marido. O não cumprimento destas leis, era sinónimo de violentos castigos e punições para estas mulheres. Paradoxalmente, os homens não estavam preparados para abdicar das velhas liberdades, pois, enquanto a mulher casada tinha a sua vida sexual limitada a um homem só, o inverso não acontecia, os homens insatisfeitos com o facto de possuírem várias mulheres legítimas ou amantes, recorriam frequentemente às prostitutas.

Na Antiga Suméria, por volta de 2000 a.C., surgiram as primeiras leis que segregavam as prostitutas, onde ficava bem determinado que a prostituta devia ser estritamente mantida à distância da mulher legítima (Roberts, 1996). O aumento do poder das instituições religiosas e políticas, dirigidas pelos homens, a forma patriarcal do casamento, em que o marido era literalmente dono da mulher e dos filhos fez aumentar também a distância entre as mulheres casadas e as prostitutas.

Posteriormente foram elaboradas leis, onde se destacam os decretos de Sólon (640-558 a.C.), legislador de Atenas, tendo sido criados os bordéis estatais. A prostituta secular aparece em Atenas e rapidamente se lançaram impostos sobre os lucros gerados pelas mesmas. Estas eram pagas em função do preço estabelecido pelo Estado e o pagamento era entregue a um funcionário que dirigia o bordel. A designação das trabalhadoras dos bordéis era de escravas do sexo, mulheres públicas e à disposição de qualquer um.

Estas mulheres começam a ser vítimas de proxenetas. Já no final do século XVIII, após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as mulheres passam a trabalhar em fábricas ou como empregadas domésticas e devido ao baixo salário, recorriam à prostituição como modo de subsistência.

O século XIX foi a época do triunfo burguês em todos os domínios de actividade, económica, política, ideológica. O papel da mulher era fundamental para o triunfo burguês, sendo que a sua liberdade, em particular, a sua liberdade sexual, era limitada a todo o custo. Nesta época fazia-se acreditar que as mulheres eram isentas de quaisquer sentimentos e vontades sexuais. Esta mentira, tornada verdade, foi divulgada

na altura pelos *media* do século XIX, e foi usada para fazer lavagens ao cérebro das mulheres da classe média. Contudo, as necessidades sexuais do homem eram prementes, ameaçando desta forma a pureza do seu lar. Neste sentido, era necessário que existisse uma outra classe de mulheres para desviar da família as necessidades sexuais dos homens, tendo deste modo o papel da prostituta voltado a ser fundamental (Roberts, 1996).

Concluimos que à prostituta é conotada a imagem de tudo o que é sujidade e degradação, e ela “torna-se mártir de uma religião de vergonha (...) tal como o mundo do negócio do sexo ensombra o mundo da família” (Roberts, 1996, p. 231).

Podemos igualmente reflectir através das palavras de Barreto (2008) referindo que a prostituição diz respeito a uma variedade de práticas, sentimentos e ações. Por um lado, pensar que a prostituição é uma forma de escravidão é ignorar o prazer sentido na actividade; por outro lado, considerar que está ligada apenas a este prazer é deixar de pensar nas formas de exploração e preconceito a que está relacionada e submetida.

Este breve apontamento histórico tem como objetivo ilustrar como muitas das questões que estão em pauta sobre a prostituição são milenares. Um desses pontos é que a prostituição era vista, contraditoriamente, como um problema social, mas que poderia gerar lucros. Cumpria uma função social na delimitação dos lugares a serem ocupados pelas mulheres e das penalidades que podiam sofrer caso não se mantivessem “no seu devido lugar”, as prostitutas, não poderiam ser boas esposas e as mulheres “de bem” que tentassem viver independentemente dos homens seriam tachadas de “mulheres da vida”.

2.1.2. O CASO PORTUGUÊS

Em Portugal, constatamos que a prática da prostituição, constitui uma constante desde os primórdios da nacionalidade, daí terem surgido, ao longo da história, diferentes medidas dirigidas às pessoas que se prostituem, fossem essas disposições jurídicas, legislativas, sociais ou clericais.

Quanto à história jurídica e legislativa portuguesa referente à prostituição, consideram-se três períodos diferentes, o primeiro compreendido de 1858 até 1962, designado período do “regulamentarismo”, o segundo é o período do Proibicionismo

que vai desde 1963 até 1982, e o último, depois 1982, o período da Despenalização (Oliveira, 2004).

O sistema regulamentarista, que tolera a prostituição, considera-a “um mal necessário”. De acordo com Fontinha (1989) neste período regulamentava-se a prostituição para “salvaguarda da higiene, da saúde e da decência dos locais públicos” (p. 66). A mulher, conseqüentemente era vista como sendo marginal, tornando quase inexecutável a sua saída do meio prostitucional.

O sistema proibicionista, tal como o nome indica, proíbe e pune a prostituição, todos os atores são discriminados, homens e mulheres, porém, os clientes são “absolvidos” de qualquer prática.

O sistema abolicionista considera que a prostituição não é sinónimo de dignidade humana, contudo, não a proíbe. Podemos considerar que com o sistema da despenalização o grande objectivo centra-se em abolir a exploração sexual de outrem.

A ONU na Convenção para a supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (1949) ratificada por Portugal em 1991 considera no Preâmbulo que a prostituição e o mal que acarreta, tal como, o tráfico de pessoas para fins sexuais, são incompatíveis com a dignidade e o valor humano, pondo em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade envolvente.

Segundo Oliveira (2004) a primeira regulamentação da prostituição, em Portugal, surgiu em 1853 (Regulamento Sanitário das Meretrizes do Porto). Em 1858 foi decretada uma regulamentação mais geral que obrigava as prostitutas a matricular-se num livro de registo na repartição da Polícia ou no Governo Civil. Todas as mulheres eram inspeccionadas, sob suspeita de serem prostitutas, seriam de imediato presas e matriculadas.

O *Código Penal Português* de 1982 não considera criminosa a prostituta, mas o proxeneta. O cliente, porém, não é objeto de punição.

Segundo Canço e Castro (2001), Portugal ratificou em 1980, a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres das Nações Unidas, cujo art.º 6º estipula que os Estados-Partes se comprometem a suprimir todas as formas de tráfico de mulheres, bem como “punir qualquer pessoa que, para satisfazer as paixões de outrem, alicie, atraia ou desvie pessoas para a prostituição”, sendo que a exploração

da prostituição é punível e o consentimento para as suas práticas, irrelevante. (Santos, 2007, p. 77). Identicamente em 1991 Portugal ratificou a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, das Nações Unidas (1949). Para alguns Estados a ratificação foi problemática devido à tensão gerada com algumas das disposições do seu direito interno, particularmente sobre a prostituição.

Relativamente ao crime de lenocínio, a Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, retirou do preceito legal o conceito de atos sexuais de relevo. De acordo com o novo preceito legal, o agente que, “profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos” (Santos, 2007, p. 84).

Quanto à mutação da imagem de prostituta em Portugal desenvolvida no período ditatorial português, pretendeu-se nessa altura, instituir uma inversão no próprio sistema de beneficência. Neste sentido, “surgiu uma nova estruturação idealizada de «caridade» que pretendia não só erradicar a prostituição, como também reconverter as mulheres prostitutas através da assistência e da reeducação sociais, o que seria concretizado pela polícia sanitária, criada por volta de 1930” (Santos, 2007, p. 797).

Neste período assistiu-se ao desenvolvimento paralelo de dois tipos de «apostolado»: um feminino e social (serviço social) e um masculino e policial (Polícia de Segurança Pública), tendo a vocação e a autoridade moral como pilares fundamentais no respetivo desempenho profissional, fortemente vincado pelos princípios de solidariedade e de moral cristã.

Atendendo ao protagonismo das instituições religiosas e das misericórdias no exercício caritativo em Portugal, é estranho verificar que a iniciativa da ação estatal se tenha baseado, sobretudo, numa intervenção ativa das autoridades policiais no domínio da assistência social, pois o Estado Novo confiou a gestão do social, no âmbito das relações de reprodução, a organismos não estatais, em particular às instituições da Igreja Católica (Silva, 2007). A mesma autora refere que em 1974 verificou-se a mudança para o regime democrático e surge um novo paradigma sociocultural, político e ideológico, caracterizado por uma maior abertura, extensível à conceptualização da sexualidade. Contudo, embora em 1983 tenha ficado isenta de qualquer censura penal, a prática dos atos consideravam-se imorais.

Tal como nos corrobora Fontinha (2008) não existem números, nem sequer aproximados quando se tenta quantificar o número de mulheres que no nosso país se prostituem, porque de um modo geral, “existem casas fechadas onde as mulheres são colocadas” (p. 3).

Importante é referir também que ao invés do que acontecia em anos anteriores, onde o fenómeno da prostituição tendia a registar-se fundamentalmente nas grandes cidades, actualmente, este paradigma está a expandir-se por diversos locais e um pouco por todo o país, essencialmente nas zonas turísticas. Porém estas práticas sexuais também se verificam em lugares isolados, com o intuito de ser garantido o anonimato do cliente. Fontinha (2008) refere que “isto tem muito a ver com a classe social do cliente, temos conhecimento de que em diversos locais há sítios de estacionamento reservado” (p. 4) para desviar as atenções daqueles que passam junto desses locais não se apercebiam de quem os frequenta.

Existem, porém, outros locais de prostituição, como os bares de luxo, hotéis, casas de passe, casas de massagens e as agências. Todavia, nestes locais assiste-se a uma particularidade que se prende com o poder económico dos clientes. Nestes casos, deparamo-nos com clientes que têm alto poder económico e as mulheres têm uma aparência que as faz “comparar” à origem social do próprio cliente. Existe um sentido generalizado que distingue as mulheres que se prostituem nestes locais, sendo consideradas como pertencentes a uma classe social diferente das mulheres que se prostituem na rua.

Muitas das mulheres que se prostituem nas ruas e praças, não podem ser diretamente identificadas como prostitutas, uma vez que usam todo tipo de roupas e têm comportamentos totalmente normalizados. No entender de alguns autores “essas mulheres sentem-se menos segregadas, por estarem mais próximas das pessoas comuns” (Freitas, 1985, *cit. in* Barreto, 2008, p. 58). É consensual que as prostitutas que trabalham nas ruas são as mais estigmatizadas e discriminadas, uma vez que o facto de ocuparem de forma visível o espaço público impede que sejam ignoradas, incomodando e poluindo a “sociedade”, trazendo violência e perversão.

2.2. SER-SE MULHER PROSTITUTA

Numa fase inicial e antes de nos reportarmos à mulher enquanto mulher prostituta, não podemos descurar que é um Ser Humano, uma mulher tal como qualquer outra. Importa fazer uma abordagem sobre os Direitos Humanos das Mulheres. Segundo a Declaração das Nações Unidas no que concerne à violência contra as mulheres exige “a aplicação universal às mulheres dos direitos e princípios respeitantes à igualdade, segurança, liberdade, integridade e dignidade de todas as pessoas” (*cit. in* Amnistia Internacional, 1995). Todos os governos são moralmente obrigados a apoiar esta Declaração, contudo, quanto aos Direitos Humanos das Mulheres muitos governos adotam um panorama restritivo.

Interessa referir que nenhum país do mundo trata as mulheres da mesma maneira que trata os homens, independentemente da classe social, cultura ou raça, em todas as sociedades, as mulheres correm o risco de violação e abuso dos seus Direitos Humanos.

Perante este cenário questiona-se quais as oportunidades, incentivos e credibilidade que as mulheres têm para que a sociedade, no seu conjunto, respeite os seus Direitos Humanos e a trate com dignidade.

Podemos considerar que a maioria das mulheres que são vítimas das violações dos Direitos Humanos provém de grupos mais pobres e vulneráveis, são exemplo as mulheres desalojadas, mulheres de minorias étnicas, imigrantes, mulheres discriminadas devido à sua orientação sexual, entre outras.

Indo ao encontro do referido anteriormente, temos uma classe social de mulheres totalmente marginalizada e condenada – a mulher prostituta. A prostituição é um problema mundial, preocupando vários organismos internacionais, sendo que ainda é insuficiente a reflexão e a tomada de consciência que é necessária para combater esta realidade social que se revela tão problemática.

De acordo com Fontinha (2008) as mulheres estão numa situação de vulnerabilidade muito grande em relação à globalização e, actualmente, por todo o país, temos mulheres de diversos países a prostituírem-se.

De que forma surge a prostituição na vida destas mulheres, porque permanecem e porque saem dessa vida e que sentidos atribuem aos seus atos são os grandes objetos de estudo deste capítulo. É através da análise e conhecimento das trajetórias e

antecedentes de vida das mulheres que se prostituem que se pretende conhecer a entrada, permanência e saída da prostituição.

Em primeiro lugar, importa perceber que as prostitutas, antes de serem designadas como tal, são simplesmente mulheres. Não existe uma personalidade tipo que encaixe neste grupo de mulheres e que seja utilizada para as padronizar, pois referimo-nos a um grupo bastante heterogéneo (Tenreira, 2008).

São evidentes as sequelas que permanecem e decorrem da exposição de uma mulher ao meio prostitucional. De entre estas consequências podemos equacionar a perda de identidade, a perda de autoestima, a perda de confiança e autoconfiança, a perda do brio/culto pelo corpo, a perda de estatuto, a alienação da participação ativa na vida em sociedade, a perda da rede familiar e de amigos e o aparecimento nalguns casos de doenças (Barbosa, 2007).

Assume-se de grande importância o momento da perceção da autoimagem que cada uma destas mulheres tem de si e da sua condição, influenciando diretamente o seu desenvolvimento. “A disseminação da imagem social da prostituição como um autêntico flagelo epidemiológico e a consequente consolidação da identidade sexual das mulheres prostitutas como poluentes revela-se problemática” (Muianga, 2009, p.22). O facto de serem discriminadas e vistas como impuras, imorais e responsáveis pela disseminação de doenças intervém com o seu desenvolvimento psicológico e social. A mulher prostituta é profundamente marginalizada e condenada, sendo a principal responsável pelos seus atos, como se fossem as responsáveis por fazer “aquele tipo de vida” (Fontinha, 1989).

Existem determinados autores que consideram a prostituição como uma profissão tal como outra qualquer. Kempadoo (1998) sugere mesmo o uso do termo “trabalhador/a do sexo” (sex worker), argumentando que indica a visão da prostituição não como uma identidade, uma característica social ou psicológica, mas como atividade rentável ou forma de trabalho tanto para homens quanto para mulheres. Segundo a autora, esse termo é relacionado com lutas por reconhecimento do trabalho, direitos humanos e condições decentes de executar a sua atividade, enfatizando a flexibilidade e variabilidade das várias formas de prostituição. A ocupação é vista como parte da vida das pessoas e não como única atividade definidora da sua identidade. Neste sentido,

Fonseca (1996), afirma que nem sempre a profissão ocupa um lugar central na vida dessas mulheres e destaca a existência de uma grande diversidade de pessoas que se prostituem, que podem variar segundo a idade, objetivos, estado civil, entre outros.

No que respeita à identidade social, partimos do pressuposto que esta resulta de uma dialética que se estabelece entre os indivíduos e a sociedade. Segundo Muianga (2009) as identidades sociais “constroem-se por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão” (p. 39). Quanto à mulher prostituta e tal como refere o mesmo autor, podemos considerar que possui múltiplas identidades sociais, manipulando no seu dia-a-dia a identidade de prostituta, mãe, esposa, filha, namorada, entre outros papéis sociais.

Outro aspeto que importa salientar e que condiciona o normal desenvolvimento destas mulheres principalmente ao nível da saúde, tem a ver com a exposição ao risco, ou seja, as Doenças Sexualmente Transmissíveis, mais concretamente a infeção do vírus VIH que põe em causa a sua integridade física e agrava conseqüentemente os riscos de contaminação individual, condicionando a saúde pública. Muianga (2009) informa-nos acerca do conhecimento que as próprias mulheres prostitutas têm sobre o VIH/SIDA e sobre os fatores de risco que interferem no seu quotidiano laboral, concluindo que estas possuem um bom nível de conhecimento sobre o significado desta doença, bem como as respetivas formas de transmissão e de prevenção. Todavia, o autor refere que para estas mulheres, o VIH/SIDA, constitui um “lugar comum” (p. 78). Desta forma, podemos inferir que esta problemática para as prostitutas não se coloca em termos de desconhecimento perante a mesma, mas em torno das condicionantes estruturais que propiciam práticas de risco neste contexto social. Outro factor de risco que podemos considerar prende-se com a natureza clandestina que a prostituição assume, o que reforça as condições de vulnerabilidade destas mulheres, influenciando o seu desenvolvimento a todos os níveis (Muianga, 2009, p. 78).

O primeiro passo pressupõe uma análise às repercussões aquando da passagem pela prostituição, pois a “mulher não pode colocar de lado aquelas experiências, fingindo que nada aconteceu” (Tenreira, 2008, p. 79).

“Eu trabalho com pessoas que vêm com um sofrimento interno muito grande, com histórias de vida muito grandes, com uma carga negativa

muito grande e que é necessário desconstruir e não é fazer tábua rasa [...] eu pessoalmente não acho que se deva fazer tábua rasa das coisas, quase esquecer que te prostituíste, eu não faço isso [...] não faço porque acho que nós temos que ser aprendizagens de tudo o que fazemos na nossa vida e a nossa vida é um processo de construção diária, não é um processo de esquecimento” (Joana, Monitora do Lar).

É preponderante perceber se existem consequências psicossociais marcantes, pois só quando a mulher as conseguir ultrapassar é que consegue caminhar rumo à mudança.

Marginalizada pela sociedade, a mulher prostituta auto marginaliza-se, interiorizando a culpa atribuída pela sociedade e esta, que rejeita a mulher não cria as condições necessárias à sua libertação e reintegração social (Ferreira, 1987).

Segundo Madeira (1995), todos os apoios que foram criados por parte das políticas sociais em Portugal, para combater as desigualdades e a exclusão sociais continuam a não ser eficientes.

Seria importante pôr em prática as medidas que já existem teoricamente, permitindo uma articulação mais eficaz entre as várias políticas sociais – de segurança social, de emprego, formação profissional, educação, habitação, do ambiente - e, também com as políticas macroeconómicas, incluindo a política fiscal, no sentido de contrariar e não reforçar a exclusão social (Lourenço, 2005).

2.3. O MUNDO FAMILIAR DA PROSTITUTA DE RUA

As sociedades fomentam uma definição da realidade familiar que é encarada como o padrão ideal de família na sociedade.

“Pode um grupo social, numa sociedade de homens, ser chefiado por mulheres? Pode esse grupo social vir a constituir família, apesar de desempenhar uma actividade sexual ilegítima numa sociedade de sexos legítimos?” (Bacelar, 1982, p.9).

A família apresenta-se como uma das instituições mais significativas da ordem social. A mesma é apresentada como sendo um poço de conhecimentos que fornece as regras institucionalmente aceites. Porém, à figura da mulher prostituta é associada a imagem de impossibilidade e incapacidade para constituir família.

Paralelamente ao mundo social, as mulheres prostitutas envolvem-se em outros mundos e diferentes contextos. Estas mulheres têm maridos, companheiros, namorados, amantes, filhos, pais e irmãos, elas têm um suporte e uma rede familiar que pode ser mais ou menos extensa (Oliveira, 2011). Paralelamente adotam padrões de comportamento totalmente normalizadores, iguais aos de uma família dita “normal”, nela existem momentos de alegria, festividade, lazer como também existem momentos de tristeza, perturbação e preocupação, o normal em qualquer família.

A mulher prostituta, apesar de fantasiar amor com vários homens, ou de nem sequer fingir é capaz de amar um homem, da mesma maneira que é capaz de ser mãe e de amar os seus filhos.

Para Diniz (1989) “a base indispensável da capacidade de ser mãe adquire-a a rapariga no contacto com a mãe durante os primeiros anos de vida, é a partir desta experiência inicial que ela adquire a capacidade de ter prazer, mais tarde, com a sua própria maternidade e a ter o prazer no contacto com os filhos” (p. 35).

Na esfera da intimidade e, especificamente, no que respeita à sexualidade, existem ideias divergentes entre os diferentes autores. Para Oliveira (2004) as prostitutas distinguem claramente as relações que têm com os maridos daquelas que estabelecem com os clientes. Com os maridos ou companheiros as relações sexuais são diferentes porque a motivação é erótico-sexual e/ou afetiva, nela havendo lugar para o prazer sexual. Aqui estabelece-se a diferença entre fazer sexo e fazer amor, sendo impossível fazer amor por dinheiro.

Quanto à postura dos próprios companheiros face ao fenómeno prostituição, e perante o seu desejo para que as suas mulheres deixem a prostituição, este pode ser experienciado distinta e contraditoriamente. Enquanto alguns pareceram verdadeiros e interessados na ambição da mulher deixar a prostituição, sendo os próprios, nalguns casos, a sinalizarem e pedir ajuda a instituições e outras entidades, outros não aparentam sentir desconforto pelo facto de a sua companheira se prostituir, e muitas vezes nem mostram interesse em impedir essa situação.

2.4. CAUSAS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA

São ambivalentes e distintas as causas apontadas de acordo com diversos autores acerca da existência da prostituição. Se por um lado atendemos a teorias sociológicas que se direcionam sobre questões funcionalistas, do outro encontramos teorias sócio-psicológicas que nos explicam como é que algumas mulheres entram no mundo da prostituição, atendendo na maioria das vezes a questões de cariz cultural e de natureza individual.

No plano da etiologia, alguns autores associam a entrada na prostituição a aspectos do desenvolvimento psicosexual do indivíduo, “pelo que é essencial levar em conta a história do agente ao nível da dinâmica familiar” (Costa e Alves, 2001, p. 90). Outros valorizam os fatores socioeconómicos, ou ainda as características psicológicas.

As causas que podem conduzir à prostituição são muitas e complexas. Cada mulher constitui e retrata uma história de vida diferente. Desta forma, não podemos considerar a existência de uma só causa mas sim um conjunto determinante de causas que se correlacionam e se preponderam mutuamente.

Relativamente aos vários fatores que podem estar associados à entrada das mulheres na Prostituição, podemos destacar alguns como sendo os mais comuns, e que sobressaem pela frequência com que aparecem nas várias histórias, sendo estes os evidenciados aquando do seu contacto com *O Ninho*. De acordo com a diretora d’*O Ninho*, Inês Fontinha, existe uma convergência de fatores nas histórias de vida das mulheres a quem *O Ninho* presta acompanhamento.

A violação é a causa mais comum, pois, a maioria das mulheres que recorrem ao *Ninho* foram abusadas sexualmente entre os 8 e os 12 anos, muitas delas sistematicamente, por um indivíduo da família ou por alguém conhecido.

O insucesso escolar é outro dos fatores mais vulgares, são raros os casos de mulheres que tenham concluído o 9.º ano de escolaridade, desta forma, não possuem qualificação profissional e a escassez de emprego é um factor predominante.

Na maioria dos casos, estas mulheres tiveram carências afetivas profundas e situações psicologicamente traumáticas, foram crianças que não foram amadas, mas não porque a família não gostasse delas ou não as quisesse amar, mas porque os modelos e vínculos de parentalidade são frágeis e desestruturados— de um modo geral, a mãe ou os

pais alcoólicos, às vezes os dois; vivendo em condições de habitabilidade bastante precária, como falta de espaço, promiscuidade, insalubridade e sobrelotação.

Outro dos fatores que prevalece são os casos de gravidez precoce, onde a falta de acompanhamento e a rejeição pela própria família causam instabilidade emocional nestas mulheres.

Tal como nos refere Ferreira (1987), para muitas destas mulheres o trabalho assalariado começa muito cedo, muitas vezes na adolescência. Porém, o baixo ou inexistente rendimento escolar, a falta de instrução e qualificação profissional, bem como a discriminação sexista manifesta, leva a maior parte destas mulheres a obterem empregos mal remunerados ou são as primeiras a ser atingidas pelo desemprego.

Também o desenraizamento cultural e o sentimento de abandono e solidão daí proveniente são fatores que podem contribuir para a entrada da mulher no mundo da prostituição.

Podemos considerar como outras causas associadas o trabalho e exploração infantis, relação sexual precoce, a ignorância ou falta de informação (Barbosa, 2007).

Considerando todos os fatores que foram apresentados, podemos concluir que existe uma tendência comum para serem as mesmas razões que fazem com que perpetuem esta actividade. Desta forma, importa perceber quais os verdadeiros fatores que residem desta “opção”, de forma a distanciarmo-nos dos estereótipos existentes.

Silva (2007) aponta como principais causas da prostituição a pobreza e as dificuldades económicas como sendo as mais frequentes, que se associam situações problemáticas, muitas vezes vivenciadas no seio familiar da própria prostituta. Mais refere que os agentes policiais apontam como principais causas “a ausência da figura paterna como garante da estabilidade financeira e de ambos os progenitores como orientadores imprescindíveis ao equilíbrio de cada indivíduo” (p. 803).

Também a debilidade mental é apontada como último motivo explicativo de comportamentos sexuais inapropriados, neste caso, iliba a mulher da possível “culpa” neste tipo de conduta (Silva, 2007).

Determinante será também a situação económica de um País ou de uma região, o seu estado de desenvolvimento, os níveis de riqueza e de pobreza. Desta forma,

reconhecemos que nas sociedades pobres a prostituição será um meio de subsistência, de sustento, talvez o mais viável para fugir à miséria.

Numa outra perspectiva podemos aludir que “não é a situação moral e psicológica que torna penosa a existência de prostitutas; a sua condição material é que é na maioria dos casos deplorável” (Costa & Alves, 2001, p. 75). Desta forma, podemos referir que não é condenável ser prostituta, mas é condenável ser oprimida sexual e economicamente, arrastada para a margem e para a exclusão de uma sociedade estigmatizada pela divisão sexual.

2.5. PROSTITUIÇÃO: UM PROBLEMA SOCIAL OU ESTIGMA SOCIAL?

As normas vigentes numa sociedade são entendidas como “parâmetros de ordem, normalidade, controlando e predizendo como certa conduta adequada aos indivíduos” (Bacelar, 1982, p. 10). Porém, o próprio carácter ontológico do comportamento humano, permite ao indivíduo não se reger inteiramente pela ordem normativa estabelecida. Quando os indivíduos não se ajustam às condutas normativas prescritas pela ordem institucional, quando expõem qualquer desvio, passam a ser designados como “inadaptados, criminosos, delinquentes, loucos” entre outras denominações (Bacelar, 1982, p. 10).

O desvio não está no indivíduo ou nos seus atos, mas sim, na identificação e atribuição de divergências quando comparamos uns e outros. A prostituição é considerada um comportamento desviante, transportando em si um estigma, o que torna as prostitutas pessoas “estragadas, diminuídas e desacreditadas” (Goffman, 1975, p. 17).

A expressão estigmatizada em torno do fenómeno social da prostituição é uma construção ideológica para explicar a sua inferioridade.

A prostituição apresenta-se como desviante em qualquer camada da sociedade, todavia, o grau de estigmatização, o tratamento diferencial está intimamente relacionado com os grupos de pertença da própria prostituta na estrutura social.

Frequentemente o estereótipo aliado à prostituição prende-se com o fenómeno da pobreza, sendo que o estigma em torno da prostituição recairá com maior incidência e discriminação nestas classes sociais. Neste caso, “o mais alto grau de estigma incidirá

sobre a prostituição confinada ou semi-confinada (...) de baixo grau socioeconómico e de fácil identificação” (Bacelar, 1982, p. 12).

No âmbito da família e da prostituição depreende-se que os indivíduos ou grupos não assumem comportamentos desviantes de maneira total, quando confrontados com a ordem normativa familiar, verifica-se apenas uma “rutura parcial” do modelo de família instituído na sociedade.

As representações de senso comum e as representações “científicas” sobre sexo e sexualidade resulta numa profunda discriminação e estigmatização por parte de tantos que apontam o dedo, antes mesmos de tentarem questionar as causas e motivações subjacentes ao “mau comportamento” destas mulheres, que na maioria das vezes se consideram ser de natureza maioritariamente económica, familiar e/ou psicológica.

Na maioria das vezes, deparamo-nos com uma construção ambivalente face à conceptualização de prostituta. Silva (2007) refere que de um lado percebemos um grupo minoritário de mulheres, “aparentemente culpadas, cujo comportamento será motivado pelo prazer e, em menor extensão pelo dinheiro”, do outro, surge o grupo maioritário de mulheres “aparentemente inocentes, forçadas a prostituírem-se por diversas razões” entre outras podemos considerar as de ordem familiar, económica e psicofisiológica (p.803). O elo de ligação entre as duas conceções é o “mau comportamento” sexual.

Perante a forma como as representações sociais face a este fenómeno são compreendidas, é comum, na maioria das vezes, para além dos receios em relação às mulheres “mal comportadas” também muitas vezes a própria sociedade revela determinados consensos referentes às “funções “da prostituição.

Outro fator que reflete este estereótipo existente em torno da problemática prostituição prende-se com o meio prostitucional, ou seja, os territórios habitados pelas mulheres. Estes apresentam-se com uma das várias manifestações de rejeição das pessoas que se prostituem enquanto grupo. Esta rejeição pode assumir outras expressões, tal como a maneira de olhar e de se comportar de muitas pessoas quando se dirigem ao conjunto das prostitutas ou a alguma delas individualmente. [...] Saber que aquelas mulheres ali paradas são prostitutas suscita e justifica a curiosidade e o olhar voyeurista de quem passa. É porque são etiquetados de outsiders, isto é, julgados

desviantes pelos outros (Becker, 1963), que os homens e mulheres que se prostituem são excluídos e rejeitados por palavras, atos e comportamentos de evitamento.

No entender de Garaizabal (2004), as prostitutas que trabalham nas ruas são as mais estigmatizadas, uma vez que o facto de ocuparem de forma visível o espaço público impede que sejam ignoradas, incomodando a “sociedade”. A prostituição é vista como algo que degrada o bairro, trazendo violência e perversão.

O ambiente relacional com muitas das pessoas que atravessam os territórios da prostituição de rua caracteriza-se pela rejeição e pela ocorrência de agressões variadas.

As prostitutas, encaradas como desviantes, desenvolvem as suas atividades menos lícitas entre as populações socialmente integradas. Esta coabitação com o cidadão comum das zonas nobres da cidade constitui, então, o interface visível entre dois mundos: o do *excluído* e o da cidade dominante.

Segundo Becker (1963) há cidadãos que pretendem a expulsão das pessoas que se prostituem como forma de rejeitar a degradação, a droga, a delinquência, a incivilidade e a insegurança que associam a este grupo, mas, por outro lado, pode também haver, por parte de comerciantes das zonas de prostituição, o sentimento de que as prostitutas na rua constituem importantes fatores de segurança, solidarizando-se com elas e tornando-se seus aliados.

O Ninho e os técnicos de acompanhamento sentem que existe também determinado estigma e preconceito da sociedade face à própria Associação e seus objetivos e aos próprios técnicos.

“Quando me perguntam onde é que trabalha, e eu digo trabalho n’*O Ninho* – e o que é *O Ninho* – e eu digo, trabalho com mulheres prostituídas, as pessoas ficam embaraçadas e ficam um bocadinho constrangidas e simultaneamente marginalizam um bocadinho, há outros que não [...] há outras pessoas que acham que nós somos enfim uma pessoas que fazemos caridade, que andamos aqui a ajudar os coitadinhos e os pobres e até em vão, na medida em que as mulheres ganham muito dinheiro e estão lá porque querem” (Alexandra, Oficinas. 2012).

É curioso perceber que as mulheres são sinónimo de segurança e proteção daqueles que lhes são mais próximos dentro do próprio meio prostitucional. No entender de alguns dos técnicos d’*O Ninho* são elas as primeiras pessoas a defenderem em qualquer situação que possa surgir.

“Normalmente não é preciso eu defender-me, há uma mulher que até com quem estou a falar e ela defende-me [...] eram 10:30 da noite [...] precisava de encontrar uma mulher [...] e desço a travessa que era uma zona de prostituição e três mulheres perguntaram-me – o que é que está aqui a fazer a esta hora? E eu disse – vou para casa, vou apanhar o táxi – e uma delas chamou a táxi para eu ir para casa, portanto não há melhor defesa no meio do que as próprias mulheres” (Helena, Oficinas. 2012).

Weitzer (2000) refere que é entre as prostitutas de rua que se encontra o estatuto mais baixo e o estigma mais forte, que as experiências no trabalho são avaliadas mais negativamente e que existem mais problemas psicológicos e de autoimagem.

Todas estas ações, constantemente reiteradas – as dinâmicas estigmatizantes são intensas e frequentes – condicionam as mulheres prostitutas e constroem a sua identificação com o estigma. Uma vez definidas deste modo, isto é, autodefinidas como detentoras de uma marca negativa, é possível que elas sintam que o rótulo tem visibilidade.

CAPÍTULO 3: REINSERÇÃO SOCIAL DE MULHERES PROSTITUTAS

3.1. EDUCAÇÃO SOCIAL: PORQUÊ E PARA QUÊ NO PARADIGMA DE “RECICLAGEM” PROPULSOR DE FENÓMENOS DE EXCLUSÃO SOCIAL?

*«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

Luís Vaz de Camões

Neste poema associado ao tema da mudança, o conceito de mundo desconcertado dá-nos conta de uma mundividência visivelmente atual. Na verdade, a mudança está presente a cada dia que passa devido, sobretudo, à influência das novas tecnologias da informação e comunicação, do fenómeno da globalização, que remete para conceitos como uniformização, unificação, homogeneização e à massificação cultural, daí o emprego do termo “reciclagem”. O novo desafio que se coloca diz respeito à forma como os contextos em que nos desenvolvemos estão em mudança e se correlacionam, originando novas formas de ser e estar. Este conceito de reciclagem “implica para cada um, se é que não quer ver-se relegado, distanciado e desqualificado, a necessidade de pôr em dia os próprios conhecimentos e o saber” (Baudrillard, 1981). Neste sentido, é importante estarmos preparados para enfrentar as alterações verificadas ao nível da organização familiar, do trabalho, das relações intergeracionais, dos ritmos de vida, e criar as nossas próprias defesas por fim a evitar a exclusão social de que muitos são vítimas.

Este fenómeno é paradoxal, pois, se por um lado o contributo das novas possibilidades de circulação e de acesso a bens e serviços constituem ganhos importantes, já o alastramento aparente contraditório da solidão psicológica e social impôs dramas sociais inéditos (Carvalho, 2004). Este foi apenas um exemplo de como este novo paradigma pode ser benéfico para uns mas prejudicial para outros.

O desenvolvimento da educação social prende-se com uma agudização dos fenómenos de exclusão social. Geralmente o facto de não ter residência permanente é

uma das formas mais extremas de exclusão, os sem-abrigo, as mulheres prostitutas, sendo vítimas deste fenómeno social de exclusão, são excluídos de muitas atividades quotidianas que a maioria das pessoas tem como garantidas.

Educação social porquê? Porque ela é a expressão da responsabilização da sociedade diante dos problemas humanos que a percorrem e que ela não pode descurar; porque a educação social revela-se como um meio de integração social ativa pela via da construção da identidade e dignidade pessoais; porque a educação social é multifacetada e tenta dar resposta às novas exigências da sociedade contemporânea; porque o educador social é um profissional reflexivo não um consumidor passivo de conceitos e valores sociais, sendo desta forma um autentico profissional da condição humana.

Educação social para quê? Para capacitar os sujeitos para a vida ativa, proporcionando a participação social ativa das pessoas, dos grupos e comunidades; para ajudar, apoiar os sujeitos nas suas tomadas de decisões e agindo responsabilmente; para informar a população sobre os seus direitos e incutir o respeito pelos mesmos, e no cumprimento dos deveres que lhes são reconhecidos; consciencializar para uma sociedade mais justa, igualitária e solidária; ajudar a (re)-inserção profissional das pessoas; promover em todos o bem-estar mental, físico e social; para apoiar à participação das pessoas nos processos de produção e difusão cultural; contribuir para a diminuição de atitudes xenófobas, racistas, preconceituosas e discriminatórias; para autenticar todos os seres humanos como sendo intrinsecamente válidos; para ajudar na inclusão de pessoas vítimas de exclusão social ou incapacitadas; para permitir que todos os sujeitos respeitem a integridade do outro e por último permitir a construção de uma cidadania ativa numa sociedade que espera-se mais inclusiva.

Para Carvalho (2004) ao educador social exige-se uma concertação e uma edificação participada, inter e intrapessoal, de projetos de vida individual e social.

Todavia, o papel do educador social é o de sensibilizar a população, através da promoção de projetos de integração e partilha entre grupos culturais diferentes.

CAPÍTULO 4: CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1. “O NINHO”

O Ninho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, existente em Portugal desde 1967. A sua primeira intervenção foi conhecer o meio prostitucional, compreender porque é que havia mulheres que se prostituíam, quais as suas causas e consequências e partindo das necessidades, foram criando os serviços existentes.

A pedagogia d’*O Ninho*, de inspiração cristã, visa a promoção humana e social da mulher vítima de prostituição, considerando a situação concreta de cada mulher, aceita-a e ajuda-a a iniciar um caminho que culmine com a sua reinserção social.

A Associação tem como objetivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição. *O Ninho* nasce a partir das necessidades sentidas pelas mulheres prostituídas e estrutura uma metodologia de intervenção que se vai adequando às realidades e diferentes contextos.

O Ninho conhece, analisa e intervém na prostituição de rua e noutros locais de prostituição, nomeadamente em pensões, bares de espera, bares de alterne, hotéis de cinco estrelas, casas de passe fechadas, casas de massagens, agências, bares de luxo.

É uma organização não-governamental, com assento no Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres), realiza ações de informação, formação, acolhimento e apoio social.

Toda a intervenção que é feita na Instituição assenta em três dimensões, três competências de prática profissional:

- O conhecimento da situação social tal como é “vivida” pelas mulheres sujeitos de direitos e de deveres.

- A compreensão e a aceitação como pessoa com dignidade inerente a todo o ser humano, tendo em conta os constrangimentos que sofreram no seu percurso de vida e que culminaram com o recrutamento para a prática de prostituição. Acreditar e fazê-las acreditar nas suas capacidades e potencialidades para a mudança.

- A construção de um projeto de vida em que as mulheres são co-agentes do processo.

Importa mencionar todos os serviços/respostas sociais que a Instituição dispõe para a sua Intervenção: o Centro de Atendimento, que é um espaço situado no Bairro

Alto e que proporciona às mulheres um ambiente acolhedor de aceitação plena e onde podem falar de si próprias, dos seus problemas, dos seus sonhos, suas ambições, é portanto um espaço de Diálogo; a Intervenção Psicossocial no Meio Prostitucional, que tem como objectivo conhecer o meio prostitucional e os seus agentes por diversos meios; o Lar, que é uma residência temporária para mulheres, em fase de reinserção, que não tem alternativas habitacionais; as Oficinas, que são um espaço de treino e aprendizagem ao trabalho onde as estagiárias, designa-se por estágio o tempo de permanência na Instituição, adquirem hábitos de trabalho e cooperação imprescindíveis para a sua integração no mundo laboral; o Quiosque, um espaço cedido ao *Ninho* pela Câmara Municipal de Lisboa, onde são vendidos as peças de artesanato feitos pelas estagiárias nas oficinas e constitui também um espaço de divulgação da própria Instituição; as várias parcerias para Formação Profissional; Serviço de Informação/Sensibilização, que pressupõe informar a população em geral da problemática da prostituição das suas causas e consequências, combater as mentalidades, preconceitos e estereótipos face a esta realidade e denuncia igualmente as desigualdades de oportunidades e injustiças sociais que se encontram nas causas da prostituição; o Apoio Psicológico e Psicoterapêutico e o Apoio Jurídico, que visa fazer uma Avaliação clínica de psicopatologias e das funções cognitivas destas mulheres.

De referir que os diferentes serviços e respostas sociais vão sendo estruturados de acordo com as solicitações feitas pelas mulheres e com a aprendizagem que os técnicos foram fazendo ao longo do seu percurso de trabalho direto com as mulheres.

O Ninho é uma instituição que luta acima de tudo pela dignificação da mulher prostituída, desenvolvendo até hoje um trabalho sério e coerente em prol destas mulheres. O apoio a estas mulheres é dado na medida do possível, dando-lhes condições para encontrarem um novo projeto de vida se essa for a sua vontade. De acordo com Ferreira (1987) o trabalho desenvolvido, é orientado no sentido de compreender os condicionalismos económicos, sociais e culturais de cada mulher em particular, bem como o seu universo psicológico.

Acompanha também mulheres que estão já inseridas num meio profissional e que solicitam apoio por diversos motivos.

Tal como refere Fontinha (2011) o tempo de permanência de cada mulher prostituta na instituição denomina-se de “estágio”, procurando, desta forma, incutir em cada estagiária uma atitude crítica em relação à situação de marginalidade e exploração de que é vítima, fomentando em cada mulher uma consciencialização de si própria e dos seus direitos de cidadania enquanto Ser Humano sem qualquer obstáculo.

O Ninho desenvolve também parte do seu trabalho junto das escolas, pois consideram esta intervenção essencial para tentar combater e inverter a ideia de que a prostituição é uma situação banal e opcional como outra qualquer.

O tipo de acompanhamento prestado n’*O Ninho* assenta numa pedagogia dialogante, não diretiva. É uma intervenção muito morosa, caracterizada por avanços e retrocessos, que só é possível atendendo ao empenho e disponibilidade de todos os técnicos de acompanhamento. Tal como nos refere Ferreira (1987), a experiência cumulada ao longo dos anos tem demonstrado a eficácia desta pedagogia, que na maioria dos casos se traduz em sucesso e integração destas mulheres no mundo do trabalho, que lhes permita auferir o seu sustento sem recorrer à prostituição. A mesma autora coloca uma questão preponderante: “Fazer d’*O Ninho* uma porta de passagem virada para a sociedade que as rejeitou” (Ferreira, 1987, p. 53).

Paralelamente, *O Ninho* efetua um trabalho em rede auxiliado pelos diferentes recursos existentes na comunidade. Referimo-nos à parceria estabelecida com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com os Centros Regionais de Segurança Social que conjuntamente fazem uma análise da situação e quando necessário presta um subsídio complementar para ajudar as mulheres a sobreviver até arranjam soluções para poder viver com dignidade sem depender desse recurso.

Existe uma articulação com os Centros de Saúde e Hospitais para a prevenção de doenças e proporcionar o seu tratamento; com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Tribunais; Câmara Municipal de Lisboa; Juntas de Freguesia; Centros de Emprego, entre outros recursos.

Para situações em que as mulheres têm filhos e necessitam de mais apoio para o cuidado dela e dos seus, *O Ninho* estabelece parceria com outros serviços tais como: creches, jardim-de-infância, escolas, ocupação de tempos livres para que as mulheres possam trabalhar e os seus filhos tenham onde e com quem ficar. Noutros casos, e

quando não existem vagas nas estruturas anteriormente mencionadas é necessário o recurso a amas, durante o período diurno. Pontualmente *O Ninho* recorre aos Lares e internatos, quando a mãe necessita de um tempo para se conseguir reestruturar internamente ou aquando da impossibilidade de alugar uma casa. Existe também uma articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco para análise e avaliação de situações que exigem outro tipo de intervenção e acompanhamento.

O Ninho é membro fundador da FEDIP (Federação Europeia para o Desaparecimento da Prostituição) juntamente com a França, a Bélgica e a Espanha, tendo já a Irlanda, a Eslovénia e a Hungria como membros aderentes.

4.2. OS PROJETOS DE INCLUSÃO DA MULHER EM CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO DE RUA

A reintegração da mulher vítima de prostituição e a sua prevenção são duas perspetivas que se complementam e que constituem igualmente o objectivo do programa e ações d'*O Ninho*. Para a sua concretização, *O Ninho* dispõe de vários serviços de acompanhamento, nomeadamente o Centro de Atendimento, as Oficinas, o Serviço de Informação, o Lar, o Serviço de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico, o Serviço de Apoio Jurídico e o Serviço de Seguida, os quais passamos a caracterizar.

4.2.1. O CENTRO DE ATENDIMENTO

O Centro de Atendimento fica situado no Bairro Alto na Rua da Atalaia n.º 68 e funciona desde 1967. A sua localização prende-se com o facto de nessa altura a prostituição ocorrer com grande incidência nesta zona, conhecida como a zona dos “lupanares” ou dos bordéis, onde as mulheres prostitutas desta zona passaram a ter visibilidade pública, porém, a realidade é bastante diferente.

Atualmente, após a intervenção urbanística por parte da Câmara Municipal de Lisboa, começam a surgir na zona do Bairro Alto enclaves económicos e a ocupação dos bares por populações mais jovens. Consequentemente a prostituição vai ocupando um espaço cada vez menor nesta zona que, progressivamente é “impelida” para pequenos espaços e assiste-se a uma migração de mulheres para outras zonas da cidade de Lisboa.

O Centro de Atendimento, tal como qualquer outro serviço d’*O Ninho*, foi criado e adaptado atendendo às necessidades que as mulheres iam apresentando. Porém, este serviço tem uma particularidade que se distingue das outras respostas sociais, prestando apoio a mulheres que ainda se prostituem. Este serviço tem como principais objectivos:

- Receção de pedidos de ajuda de mulheres que estão no meio prostitucional;
- Estabelecer contactos sistemáticos com o meio prostitucional com o objectivo de dar a conhecer *O Ninho*;
- Conhecer o próprio meio prostitucional, seus agentes, as regras, processos de mudança;
- Desenvolver o acompanhamento individualizado a mulheres prostitutas.

O Centro de Atendimento é um espaço que proporciona às mulheres um ambiente acolhedor, de compreensão e aceitação plena.

O apoio prestado é dirigido essencialmente aos níveis da saúde, habitação, emprego, das amas, contactos com familiares das próprias mulheres, contactos com outras instituições.

“É criar um ambiente de aceitação, de não julgamento, de integração, de empatia para qualquer mulher que, quer se prostitua, quer queira sair, quer não queira sair, nos venha pedir ajuda ou venha só falar, ou venha só conversar se sinta bem pela própria conversa, se eu conseguir fazer isso, criar esse ambiente, essa envolvência, acho que já estou a fazer alguma coisa” (Cristina, Centro de Atendimento, 2011).

O Centro de Atendimento pressupõe um processo que envolve várias etapas:

- A compreensão do fenómeno social tal como é experienciado e vivido pela mulher;
- A compreensão da dinâmica da intervenção, valorizando as potencialidades e capacidades de cada mulher, mas não descorando os condicionalismos existentes;
- A definição objetiva de metas que podem ser cumpridas a curto e a médio prazo.

O Centro de Atendimento está aberto de Segunda a Sexta-feira e o seu horário de funcionamento compreende o período das 10:00-13:00h e das 14:30-18:00h.

Este horário está organizado e adequado às necessidades das mulheres prostitutas, pois são mulheres que se prostituem maioritariamente em horário noturno, daí a necessidade de se adequar o horário ao ritmo e à vida que estas mulheres possam eventualmente ter.

“Cada mulher que vem, cada caso, cada história, cada percurso de vida, temos que analisar porque realmente cada pessoa é uma pessoa, cada caso é um caso [...] temos vários serviços que foram criados e adaptados consoante as necessidades que as mulheres nos iam apresentando, portanto partimos do real para irmos criando essas respostas” (Cristina, Centro de Atendimento, 2011).

Posteriormente ao primeiro contacto estabelecido entre a mulher e *O Ninho* é feito no Centro de Atendimento um estudo e avaliação das situações de jovens, mulheres e seus agregados familiares para depois ser feito o encaminhamento para as estruturas mais adequadas, nomeadamente para o Lar e/ou Oficinas.

Numa outra fase, é feita uma avaliação psicológica a cada mulher, cujo objectivo pressupõe analisar e identificar as capacidades de integração e adaptação socioprofissional e a motivação para sair do meio prostitucional. Esta avaliação faz referência também à psicopatologia e às capacidades cognitivas para poder ser feita uma intervenção mais específica e individualizada, tendo sempre presente que cada caso é um caso.

4.2.2. O LAR

O Lar visa prestar assistência e acompanhamento a mulheres prostitutas que manifestem vontade de sair do meio prostitucional mas que não têm recursos para fazer por si próprias, acolhendo mulheres com e sem filhos.

Essencialmente é uma residência temporária de mulheres que querem alterar o seu percurso de vida, a sua profissão e não tenham onde residir. As mulheres vêm encaminhadas do Centro de Atendimento e quando entram no Lar podem entrar como residentes permanentes ou estar numa situação em que têm um quarto alugado, têm onde residir mas é no Lar que é feito todo o acompanhamento ou grande parte dele, é

esse o grande objetivo. Numa fase inicial é feito um plano de intervenção que é definido de acordo com as necessidades da mulher e centrado nela.

Ao fenómeno social prostituição, estão associadas diferentes problemáticas, a questão relacionada com a saúde surge de forma evidente: escassos ou inexistentes cuidados de saúde, doenças de vários tipos, muitas vezes perpetuadas por comportamentos sexuais de risco e ausência de prevenção, mas também problemas associados a excessos de consumo de álcool e drogas. Nesta fase, e tendo em conta que o ato de uma mulher se prostituir marca profundamente a saúde física, psíquica e emocional, é necessário fazer uma avaliação ao nível da saúde. De acordo com Magda, monitora no Lar, não se pode descorar a saúde mental destas mulheres, neste sentido corrobora:

«[...] posso quase afirmar que têm todas uma depressão crónica, são mulheres que ou não estão medicadas ou quando estão fazem uma grande resistência [...] temos o centro de saúde, que é o centro de saúde da Lapa, onde vamos com elas e elas fazem imediatamente teste de HIV, hepatite, sífilis e algumas doenças de cariz infeccioso, infeções urinárias.»

Da mesma ideia partilha Marta, que enfatiza a importância da psicoterapia para a saúde mental e física das mulheres prostituídas:

«Sabe que a psicoterapia n' *O Ninho* [...] é uma coisa que é essencial, juntamente com a intervenção social que é feita, é fundamental. E uma das primeiras preocupações é com ela, a parte da saúde, se ela está bem, a parte da psicoterapia e da psiquiatria se for caso disso, estar bem e estar medicada para poder estar a trabalhar. Até mesmo para poder estar elucidada no sentido de ver a sua vida, de ter condições para projetar o seu futuro, juntamente com a nossa ajuda.»

No Lar funciona uma cantina, um pronto-a-vestir social e um serviço de apoio que é o acompanhamento a diferentes níveis.

Para os técnicos de acompanhamento do Lar, este insere-se como uma alternativa de habitação, de as ajudar a retirar do meio prostitucional.

“[...] É assim, nós temos mulheres que vieram para Lisboa, e estão há tantos anos no meio prostitucional que não sabem andar em Lisboa andam de táxi, e acabam por não sair dali” (Joana – Monitora do Lar, 2012).

Perspetiva-se garantir a estas mulheres poder estar num ambiente o mais normal e protegido possível. A conotação de proteção neste contexto não se limita apenas às situações de violência e ao facto de ser necessário retirá-las do meio, reportando o Lar como uma casa de abrigo, mas acima de tudo porque há uma perspetiva de reeducação total do Ser Humano. Quando falamos que estas mulheres se prostituírem, o acto de se prostituir é muito mais do que o mero acto sexual em si e no caso específico da prostituição de rua, é completamente desprovido de qualquer afeto e portanto aqui o reeducar está intimamente relacionado com a noção de como elas se sentem, a noção como elas dizem sim à mudança.

Um dos grandes objetivos do Lar prende-se com a reinserção social e profissional das estagiárias, para isso fomenta-se a:

- Participação nas tarefas diárias do Lar, limpeza e arrumação do espaço, confeção de refeições, que promove a aprendizagem de toda a gestão doméstica e autonomia das próprias mulheres, que é fundamental para a sua independência;
- Participação em atividades educativas, lúdicas e culturais, com o intuito de despertar o interesse por outras áreas de possível interesse;
- Realização de convívios com pessoas fora do círculo habitual;
- Acompanhamento necessário ao nível da saúde, como marcar uma consulta, ir ao médico, entre outras;
- Apoio na educação dos filhos.

A equipa de trabalho do Lar é constituída atualmente por quatro profissionais, sendo a Coordenadora do Lar, cuja base de formação é Educação Social e três monitoras, duas Educadoras Sociais e outra com formação em Psicologia.

O tempo de permanência de cada mulher depende inteiramente da sua evolução. Para poderem permanecer no Lar, as mulheres têm de frequentar as Oficinas ou ter emprego.

4.2.3. AS OFICINAS

As oficinas surgiram da necessidade de ocupar as mulheres que estavam a residir no Lar. Em 1971 começaram por um pequeno atelier de pronto-a-vestir que funcionava nas instalações do lar. Atualmente as Oficinas prendem-se com a necessidade de ajudar as mulheres a inserirem-se no mercado de trabalho. Têm como principal objectivo ajudar a potenciar nas mulheres as competências pessoais e sociais que lhes permitam a integração no mercado de trabalho, isto num sentido lato. As Oficinas foram reajustadas ao longo do tempo ajustando às necessidades destas mulheres, do seu percurso de vida e vivência na sociedade. Atendendo que estas mulheres têm de adquirir hábitos e horários de trabalho têm de ser responsáveis, ser pontuais e assíduas para poderem cumprir a nova meta que elas mesmo se comprometeram alcançar. Este trabalho desenvolvido em contexto de Oficinas determina-se como um treino e uma aprendizagem a todo o trabalho prestado, porque *O Ninho* verifica não só que as mulheres estão completamente desorganizadas a nível interno e externo, de modo que é necessário trabalhar a gestão do tempo, mas também porque analisa que o método mais eficaz de inserção social centra-se no próprio trabalho.

Nas Oficinas é seguida a lei-geral do trabalho, pois a Equipa Técnica e Educativa considera que é essencial ser o mais fidedigno possível ao mercado de trabalho no exterior. Consideram também fundamental criar boa relação e cooperação entre as estagiárias, o saber estar, saberem relacionar-se umas com as outras, o ouvir, o respeito que deve existir entre as mulheres.

O horário das Oficinas é coincidente com os objectivos deste serviço, assim contemplam o horário laboral, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30. As mulheres que estão nas oficinas vão almoçar ao Lar.

Existe todo um trabalho no dia-a-dia que é feito com as estagiárias, não há uma rotina estipulada, mas uma mulher que comece um trabalho tem como objectivo acabá-lo. É um trabalho artesanal, as mulheres dos ateliers trabalham com moldes – o desenhar, o cortar, alinhar e coser. Este tipo de trabalho, o fazerem bonecas, carteiras, entre outros, são um meio para atingir um fim, o objectivo é todo o trabalho diário feito com elas.

Aos dias 15 de cada mês é feita uma reunião - a reunião das percentagens. Esta é feita geralmente por duas técnicas das Oficinas, a técnica que acompanha diretamente o trabalho artesanal que as mulheres fazem ao longo do mês e a técnica que faz um trabalho mais administrativo e a parte da contabilidade. Nesta reunião participam todas as mulheres que frequentam e trabalham nas oficinas. O objetivo destas reuniões prende-se ao facto destas mulheres fazerem uma auto e hetero avaliação do seu desempenho profissional durante o mês e avaliam outros indicadores tais como: assiduidade, comportamento, a relação, cooperação e atitudes com as colegas, interesse demonstrado pelo trabalho, esforço revelado na aprendizagem, capacidade produtiva e rentabilidade. Depois o “salário” é distribuído dentro da percentagem, ou seja, atendendo ao trabalho realizado. Para auxiliar nesta avaliação, é preenchida uma folha onde cada participante escreve o seu nome e tem determinados parâmetros de avaliação que quantifica numa escala de 0 a 100 o seu desempenho e comportamento.

“Às vezes elas próprias dizem – não este mês não andei bem – portanto não mereço e a minha percentagem é justa” (Rute, Monitora das Oficinas, 2012).

Nas oficinas trabalha-se no sentido de desenvolver as capacidades e potencialidades de cada mulher, adequa-se o trabalho proposto consoante a evolução que cada mulher vai fazendo, as suas dificuldades, a destreza da motricidade, o gosto pela costura e pelo trabalho artesanal.

A nível remuneratório as mulheres têm um subsídio de trabalho no valor de 360€ por mês, o pagamento é feito em cheque com o intuito de promover a autonomia destas mulheres, como forma de se habituarem a ir ao banco, movimentar e gerir as suas próprias contas.

Quanto às faltas, as mulheres se chegarem tarde têm de justificar o seu atraso e devem entregar a justificação à sua entidade patronal que é *O Ninho* e essa justificação pesa para o subsídio final de 360€. Quando as faltas não são justificadas é-lhes descontado posteriormente na contagem final do mês.

“Se por alguma razão ela faltou, não disse nada, no dia a seguir aparece, temos sempre a preocupação de perguntar o que é que se

passou, como é que as coisas estão, aquilo conta uma falta para depois descontar no final do mês.” (Rute, Monitora das Oficinas, 2012).

De referir que o lucro que advém das vendas do artesanato das Oficinas, Quiosque, em feiras, em exposições em diversas escolas, sindicatos e outros locais é distribuído pelas mulheres equitativamente.

Em suma, podemos considerar as Oficinas como um meio de transição entre a vida de prostituição e a integração no mundo do trabalho – aprendizagem e o treino ao trabalho que são um meio de inserção e participação social.

4.2.4. QUIOSQUE

O Quiosque é outro serviço d’*O Ninho* que foi cedido no ano de 2000 pela Câmara Municipal de Lisboa. Fica situado na Avenida 5 de Outubro, localizado em frente à Maternidade Dr. Alfredo da Costa. O Quiosque tem como principal objetivo a venda do artesanato que as estagiárias produzem nas Oficinas e propicia também a divulgação da própria instituição.

O Quiosque está aberto de Segunda a Sexta-feira, tem um horário de funcionamento das 11:00 às 17:30, porque é o período de maior circulação de pessoas naquela zona.

Os produtos realizados nas Oficinas e que posteriormente são vendidos no Quiosque são bonecas em pano, almofadas, carteiras em pano, porta-moedas, entre outros materiais.

Tal como referido anteriormente, este serviço tem como objectivo a divulgação d’*O Ninho*.

“Aqui pronto, há pessoas que vem para saber porque já ouviram falar na instituição, querem saber mais pormenores, acho que é o mais importante se bem que vender o artesanato também é importante porque as vendas são distribuídas pelas mulheres [...] outras que realmente passam e acham o artesanato interessante e vêm e pedem mais informação sobre a instituição e acabam por levar coisas” (Camila, Quiosque, 2012).

4.2.5. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NO MEIO PROSTITUCIONAL

Para se estabelecer relações com as mulheres prostituídas e ser possível desenvolver um trabalho interventivo no próprio meio prostitucional é imprescindível conhecê-lo, verificar as mudanças ocorridas no seu seio, seus agentes, os locais e determinadas características de organização para que ocorra o exercício da prostituição – regras, horários, regularidades, rotinas, preços, contactos – que a estruturam, sendo que, de acordo com diversos autores é considerada como um trabalho.

De acordo com Oliveira (2011) no mundo social da prostituição de rua, encontra-se para além de prostitutas e prostitutos, clientes, homens que não chegam a ser clientes, clientes-amigos e donas, gerentes, empregados(as) de pensões. O que caracteriza esta rede de indivíduos é um conjunto de rotinas e atividades e tem a sua centralidade na prostituição (p.54). O mundo social da prostituição de rua inclui, então, a rede de pessoas que contribui para a compra e venda de serviços sexuais através das suas atividades, muitas delas de rotina.

No meio prostitucional podemos encontrar mulheres com uma faixa etária bastante heterogénea, e isto mesmo é corroborado nas várias entrevistas realizadas.

“Há jovens em meio prostitucional que olho para elas e lhes pergunto que idade tem – têm sempre 18 anos – e já conheci mulheres com 86 anos a prostituírem-se, portanto, também há jovens com 13/14 anos que se estão a prostituir” (Helena, Ninho, 2012).

No que respeita à nacionalidade das mulheres que estão na rua a prostituírem-se, esta também é bastante dissimilar, para além das mulheres de nacionalidade Portuguesa, provenientes de todas as zonas do país, com incidência nos bairros degradados/barracas da grande Lisboa. Relativamente às mulheres estrangeiras, nos últimos anos, tem havido maior incidência de mulheres originárias do Gana, Senegal, Roménia, Brasil, República do Congo e Bulgária.

Outra das características que é consensual entre os vários técnicos *d'O Ninho* e que é fator da própria debilidade e dependência destas mulheres face à sua condição e face ao meio em si, é o entrave e desconhecimento da língua Portuguesa. Estas mulheres encontram-se muito “guetizadas” no seu núcleo de amigos, pessoas conhecidas e familiares.

“[...] Falam muito mal o Português, é um entrave para elas [...] elas ficam no seu grupo [...] mesmo em termos habitacionais, por exemplo, elas encontram-se nos mesmos espaços habitacionais [...]” (Helena, Ninho, 2012).

Relativamente à intervenção e contactos realizados em meio prostitucional, numa primeira abordagem e por questões de organização interna, existe somente uma técnica d’*O Ninho* responsável por este trabalho. Porém, todo o serviço prestado pelo *Ninho* é realizado em parceria com todos os outros existentes, o de rua talvez mais interligado ao Centro de Atendimento.

Numa primeira abordagem em que o técnico estabelece contacto com uma mulher, normalmente entrega-lhe um cartão-de-visita com a morada do centro de atendimento e com os contactos de alguns técnicos.

“[...] Dou-lhes um cartão-de-visita [...] e aí digo sempre à mulher – se um dia precisar de alguma coisa – ah este cartão depois só é utilizado 3 ou 4 anos depois” (Helena, Ninho, 2012).

O trabalho em meio prostitucional é um pouco diferente da maioria dos serviços. No que respeita ao horário laboral da técnica responsável pelo trabalho de rua é bastante flexível, um horário que nem sempre é possível cumprir, dependendo das situações e prioridades que vão aparecendo, pois o trabalho de rua não é estanque, não há rotinas, nem horários.

4.2.6. O SERVIÇO DE SEGUIDA

O Serviço de Seguida pretende essencialmente fomentar a prospeção e acompanhamento das Estagiárias, considerando que após a saída permanece uma ligação afetiva com a Instituição que as acolheu. É dar sentido a todo o trabalho que cada estagiária desenvolveu enquanto permaneceu n’*O Ninho*. A própria pedagogia da Instituição detém características muito importantes, as quais valorizam cada pessoa individualmente. Neste sentido, as mulheres que recorrem ao *Ninho* numa fase inicial encontram-se bastante desorganizadas e precisam de tempo para se estruturarem, fazerem diversas aprendizagens, para, por fim, conseguirem criar uma certa resistência

para ingressarem no mercado de trabalho. Nesse momento, é importante que *O Ninho*, representado em cada técnico, não feche a porta, não se despeça, não esqueça, e continue a apoiar as mulheres mesmo após a saída para o exterior.

“As pessoas não saem desta porta e ficam abandonadas, elas sabem que podem ir e que podem voltar, porque a gente também sabe que numa primeira saída para o mundo do trabalho não é linear, por várias razões: 1.º pela instabilidade do mercado de trabalho que está cada vez pior; 2.º porque estas mulheres estão estigmatizadas e têm muito medo de serem reconhecidas na rua” (Helena, Ninho, 2012).

“[...] Diariamente nós damos sempre assistência e trabalho [...] existem sempre as mulheres do acompanhamento de seguida que vêm sempre à instituição para conversar, ou para tratar de alguma coisa” (Joana, Monitora no Lar, 2012).

O Acompanhamento de Seguida associa-se aos conceitos de autonomia, maturidade e dependência das mulheres a diferentes níveis. Existem determinadas explicações e tarefas que caracterizam a idade adulta que nos são apresentadas por Pikunas (1979) ao apontar como critérios de maturidade: a consecução de interdependência e a disposição para assumirem responsabilidades adultas. O processo de se tornar interdependente e responsável, e no caso concreto das mulheres que saíram da prostituição e que fizeram todo o percurso n’*O Ninho*, é especialmente importante nas áreas emocional, social e económica.

Igualmente as áreas ocupacionais, educacional, cívica e religiosa são alguns exemplos daquelas em que é necessário assumir responsabilidades.

Quanto à dependência económica, que geralmente é a mais preocupante, a integração na vida adulta geralmente pressupõe autonomia económica, ou seja, a capacidade que a pessoa tem para se sustentar a si própria.

Por vezes, o contacto com *O Ninho* estabelece-se de forma tão positiva e criam-se laços tão exclusivos entre mulheres e técnicos que depois é necessário fazer-se um “desmame” nessa ligação que a mulher estabelece com o técnico e com a instituição. É

imprescindível estimular nas mulheres, motivações e competências, que lhes permitam perceber que são pessoas que conseguem fazer as coisas sozinhas.

“Às vezes é preciso – não, tu és capaz – e fazer-se um reforço. Mas se sentires dificuldade nisto e naquilo nós temos sempre a porta aberta, vens cá, falas connosco e nós ajudamos-te no passo seguinte à adaptação” (Joana, Monitora no Lar, 2012).

É este reforço positivo, este trabalho de autonomização que é gradual, o colocar estas mulheres numa situação de independência, este acompanhamento continuado que caracteriza e objetiva o Serviço de Seguida.

RESULTADOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DA INTERVENÇÃO TÉCNICA D'O NINHO NA PROMOÇÃO DA REINSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES PROSTITUTAS

5.1. PAPEL DOS TÉCNICOS NA INSTITUIÇÃO

De referir os técnicos quando questionados acerca das principais motivações sentidas para o desempenho das suas funções, todos foram apontando a ajuda efetiva que é prestada às mulheres, ajudá-las no processo de mudança, dar-lhes a conhecer com dignidade o exercício pleno dos seus direitos e serem cidadãos por inteiro.

“Eu acho que há todo um trabalho de reflexão com elas, consciencialização, para elas se consciencializarem dos direitos, dos deveres, o que é ser mulher, da mudança de mentalidades delas próprias” (Paula, Oficinas, 2012).

“Motivações é perceber que as pessoas com a nossa ajuda conseguem fazer coisas que secalhar sozinhas, por falta de oportunidades não conseguiram e que mudanças muito significativas, secalhar em dez mulheres há cinco que nós vemos resultados muito benéficos para elas em termos de autoestima, dignidade humana, lutarem pelos direitos delas” (Magda, Lar, 2012).

5.2. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

No que se refere à problemática da prostituição há uma tendência habitual em focar atenção apenas na mulher prostituta. Realmente, a esmagadora maioria das prostitutas são mulheres, sendo que os outros intervenientes envolvidos no negócio são homens, os clientes, intervenientes, proxenetas, as amas, os donos de bares. O meio prostitucional não se resume apenas à mulher prostituída e aos seus chulos, há outros agentes envolvidos.

Na generalidade dos casos, senão mesmo na sua totalidade, de acordo com o discurso dos técnicos de acompanhamento, estas mulheres apresentam um retrato extremamente negativo e violento do que foi a sua vivência e passagem pela

prostituição, lamentando-se e culpabilizando-se muito frequentemente pelo que fez, expressando o desejo de deixar a prostituição/desejo de mudança de vida.

São em média mulheres jovens, com uma faixa etária muito heterogénea, há mulheres que chegam com 16/17 anos e outras com 50/60 e até mais, não há média estipulada.

Relativamente ao estado emocional o discurso dos técnicos é bastante coerente e similar. Estas mulheres chegam sempre muito desestruturadas, angustiadas, muito preocupadas, vêm com uma personalidade muito fragilizada, de extrema violência, com uma autoestima, um autoconceito e uma autoimagem muito baixa e destrutiva. Muitas delas sentem vergonha de se verem ao espelho, a própria autoimagem é muito pouco positiva, muito pouco gratificante.

Quanto ao nível de escolaridade das mulheres, é bastante baixo, muitas não têm qualquer formação, outras têm a 4.^a classe, ou no máximo possuem o 9.º ano, concluído, muitas vezes já o concluem inseridas n' *O Ninho*.

O discurso dos técnicos prende-se muito com o facto da escolha das mulheres ser cardada pelos próprios fatores de vida, não considerando normalmente que tenha sido uma escolha, porque perderam o trabalho, porque viram-se numa situação muito complicada, porque o companheiro desapareceu e viram-se sozinhas com filhos, com alternativas de vida nada auspiciosas.

“[...]Falo de uma prostituição que às vezes é 5 euros para estarem com uma pessoa, portanto não estamos a falar de mulheres que enriquecem” (Joana, Monitora do Lar, 2012).

Na maioria dos casos, as mulheres que recorrem ao *Ninho* nunca tiveram ou não conseguiram manter um nível de vida minimamente satisfatório, sendo a questão de sobrevivência a principal motivação que está inerente à entrada no meio prostitucional.

5.3. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Após o contacto estabelecido com *O Ninho* e depois de entrevistar aqueles que diariamente trabalham em prol desta Associação e suas causas, fica-se com a clara noção que a valorização do Ser Humano, a dignidade humana e a luta que travam

diariamente para combater as desigualdades sociais, o preconceito e discriminação que a realidade prostituição enfrenta. Estes são os pilares fundamentais de todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, centrados na mulher, aliás, tal como nos informa Inês Fontinha, diretora da Instituição, a pedagogia d’*O Ninho* sempre se centrou muito no Outro, tendo como referência Carl Rogers. Podemos constatar este sentimento no discurso dos técnicos de acompanhamento aquando das entrevistas.

“É tudo feito com elas, é um processo em que não há nada feito pelas pessoas, é feito com as pessoas [...] estamos a trabalhar com Seres Humanos e não com papéis [...] todo o trabalho do dia-a-dia é para as dignificar, de elas perceberem que são pessoas, têm direitos, que têm capacidades, têm potencialidades que se calhar nunca ninguém olhou para elas porque no fundo a autoestima e o reforço da autoestima é o que conta para que as pessoas consigam dar o salto.” (Paula, Oficinas, 2012).

“Eu acho que trabalho com ótimas pessoas, com uma pedagogia excelente e diferente e original e única, que assenta no respeito pelo outro, que sempre respeita o espaço do outro, que não procura em gavetas, não procura em números, do diálogo, do olhar para cada pessoa que está aí desse lado como uma pessoa única e não fazer comparações” (Cristina, Centro de Atendimento, 2011).

Quanto às atividades e festividades que *O Ninho* costuma desenvolver e comemorar, são de referir as atividades realizadas no dia 8 de Março – Dia da Mulher, no mês de Agosto, no Natal, na Consoada, na véspera do Ano Novo, no Ano Novo, nos aniversários. A nível cultural, e atendendo a que a cultura é um factor de inclusão, existe uma parceria com uma Casa Museu em Lisboa que informa e convida *O Ninho*, particularmente as mulheres, a participarem nas atividades que mais se adequam e vão de encontro aos seus interesses.

“Uma das coisas que elas fazem e adoram ir é a Fátima e nós vamos a Fátima com elas” (Alexandra, Ninho, 2012).

“No verão, em Agosto nós costumamos sempre organizar atividades [...] uma ida a Fátima e eu acho que éramos mais que 16 por isso acho que correu muito bem, as mulheres adoram [...] fizemos uma colónia de férias no Portinho da Arrábida que aquilo foi fantástico, as mulheres adoraram, ajudou imenso a autoestima, tudo, nós tínhamos imensas atividades que planeamos ao longo de 1 ano inteiro e deu muito trabalho, mas aquilo foi excelente, as mulheres ficaram muito satisfeitas” (Maria, Ninho, 2012).

O trabalho d’*O Ninho* tem um objetivo também ele informativo, o passar a mensagem ao outro, o não reter a informação mas sim partilhá-la a quem desconhece os recursos existentes e mais necessita deles.

No entender da diretora d’*O Ninho*, este contribui de forma decisiva para a mudança da lei.

CAPÍTULO 6: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

6.1. FUNCIONAMENTO DAS VÁRIAS VALÊNCIAS D' O NINHO

O Ninho surge a partir das necessidades sentidas pelas mulheres prostitutas e estrutura uma metodologia de intervenção que se adequa às realidades e aos diferentes contextos. Esta instituição, ao longo dos anos, tem tido uma intervenção séria e coerente na denúncia da prostituição, suas causas e consequências.

Tal como podemos comprovar nas palavras de Alexandra quando se refere à importância que *O Ninho* teve na década de 60, aquando da primeira abordagem feita em Portugal:

«[...] A preocupação com as mulheres que estavam em situação de prostituição, o Ninho foi a primeira Instituição a denunciar e a preocupar-se com isso e a fazer a denúncia pública, e a chamar para debate público esta problemática. Em 1967, na altura em que a prostituição era proibida em Portugal.»

Os diferentes serviços e respostas sociais – Centro de Atendimento, Lar, Intervenção Psicossocial no meio, Oficinas, Acompanhamento de Seguida e Jardinagem – vão sendo adaptados consoante as solicitações feitas pelas mulheres e mediante a aprendizagem que os técnicos foram fazendo ao longo do seu percurso no trabalho direto com as mulheres.

O facto d' *O Ninho* e as suas valências atenderem às necessidades em termos de carga horária e de estilo de vida das mulheres que a Ele recorrem condiciona o funcionamento das próprias valências. Isto é, mediante as necessidades das mulheres os horários e as tarefas são adaptados a essas especificidades. Tal é comprovado pelas palavras de Cristina quando descreve a rotina do Centro de Atendimento:

«Portanto, funciona das 10 às 13:30, depois das 13:30 às 18, de Segunda a Sexta. [...] E porque é que é às 10 e não é às 9, por exemplo? Porque são mulheres que se prostituem durante a noite e o vir aqui cedo é complicado, por isso é que se pôs às 10, por isso é que

marco muitas para as 11 ou 11:30, porque elas têm de descansar. Este horário foi feito para se adequar ao ritmo e à vida que elas eventualmente têm.»

Atendendo à característica das utentes e à sua diversidade, o funcionamento do Lar não é estanque, acabando sempre por haver dinâmicas distintas de dia para dia. Esta ideia é corroborada por Magda que em entrevista referiu:

«Um dia no Lar, como eu lhe digo, é sempre um dia muito diferente todos os dias. Entramos às 9 da manhã, nós temos três horários, as monitoras, uma entra às 9 e sai às 17, outra entra às 10:00 e sai às 18:00 e outra entra às 16:00 e sai às 23:00. [...] Ir às compras, vamos com elas, até porque o objetivo é gerir o dinheiro [...] À 2.^a e 5.^a temos o Banco Alimentar, que vai uma técnica connosco e uma mulher, voltamos, arrumamos as coisas. [...] Há uma escala de refeições, há uma que faz o jantar, outra que arruma, às vezes as coisas não correm bem. [...] A escala é feita com elas, semanalmente. [...] Há uma que cozinha, outra que limpa, outra que lava a loiça.»

Esta perceção da ausência de uma rotina pouco flexível no trabalho desenvolvido no Lar é partilhada por Joana:

«Aqui o trabalho é muito incisivo, não há dia em que não se faça uma coisa ao mesmo tempo, não há dia em que eu não esteja a dar o apoio na cozinha, a falar com uma assistente social e ao mesmo tempo a pôr uma das mulheres a dar de comer ao filho e lembrar que tem de ir tomar banho, tem que se vestir [...]»

A mesma técnica, ao referir-se à constituição da equipa de Lar propriamente dita, menciona:

«Neste momento temos a equipa completa, porque no princípio éramos a equipa de três pessoas, significava que as monitoras do Lar estavam uma semana de manhã, uma semana à noite e aí, obviamente, acabava por se reequacionar mais os serviços que fazia. Neste momento, nos últimos anos que tem uma equipa completa de quatro

peças acho que sim. Porque acabamos por estar das 9:00 às 23:00, significa que apanhamos todas as refeições e mesmo após a refeição do jantar ainda ficamos um período da noite, quer seja a conversar, quer seja a organizar o dia seguinte [...]»

Por outro lado, o trabalho desenvolvido nas Oficinas, por ser considerado uma espécie de emprego, obriga a que haja maior rigidez de horários e maior exigência quanto às tarefas desenvolvidas. Podemos confirmar isto mesmo nas palavras de Rute:

«Como em qualquer outro trabalho aqui temos a preocupação de fazer o mesmo com a exigência como no trabalho, isto porque foram mulheres que nunca cumpriram horários e portanto as regras é muito importante para elas. [...] Temos a preocupação em relação às Oficinas em vermos um pouco a evolução delas com o trabalho. [...] O horário é das 9:00 às 12:30, 14 às 17:30, no fundo há um horário das Oficinas. [...] Porque nós no início tínhamos um intervalo que era das 12:30 às 14:30 e achávamos que havia muitos espaços, um espaço muito grande à hora de almoço, em que elas andavam por aí a divagar, porque almoçavam e não se justificava, depois mudámos das 12:30 às 14:00 e por enquanto dá. [...] E portanto, o dia-a-dia é mais ou menos isto: vou almoçar, volto, almoçamos no exterior, portanto há dias em que temos a reunião de equipa, as reuniões aqui às Quartas-feiras à tarde é a reunião com os serviços todos.»

O funcionamento do Quiosque é, à semelhança das Oficinas, mais rígido porque cumpre horários e tem tarefas pré-definidas. Isto mesmo é afirmado por Camila:

«Portanto, o meu horário é das 11:00 às 17:30, o meu horário é de estar aqui e se as pessoas vierem e querem alguma informação sobre a Instituição dar, vender o Artesanato [...] às quartas-feiras também vou às reuniões.»

O acompanhamento de rua, pelas próprias características do trabalho desenvolvido junto das mulheres que se prostituem, implica maior flexibilidade de horários atendendo ao funcionamento do meio. Do mesmo modo, também os locais

onde este trabalho é desenvolvido é diferente cada dia, mediante as mulheres que são auxiliadas, os seus agentes e as áreas onde se prostituem. É Helena quem revela esta mesma realidade ao fazer alusão às suas condições de trabalho e às suas obrigações:

«Eu tenho um horário de trabalho que nem sempre é cumprido, o meu horário é das 8:00 às 12:00 e das 16:00 às 20:00. [...] Das 8:00 às 12:00 eu trabalho na Jardinagem e das 16:00 às 20:00 eu trabalho na rua. [...] É um horário muito flexível, portanto eu não tenho horário de trabalho. Tenho um horário de trabalho que adequo às necessidades de trabalho e ao meio em si.»

6.2. VISÃO TÉCNICA RELATIVAMENTE À MULHER PROSTITUTA E SUA CONDIÇÃO

A prostituição apresenta-se como desviante em qualquer camada da sociedade. Todavia, o grau de estigmatização e o tratamento diferencial está intimamente relacionado com os grupos de pertença da própria prostituta na sua estrutura social.

É indispensável antes de mais distinguir as posições a que cada um de nós chegou quanto ao que é bem e o que é mal e portanto o que se deve ou não fazer, e o comportamento de outras pessoas que procedem de maneira diferente. Maioritariamente os critérios que usamos e as posições que tomamos justificam-se pela nossa história pessoal, pelo que aprendemos ao longo da vida, a nossa e a dos que nos rodeiam.

A postura dos técnicos aquando do primeiro contato com a realidade do fenómeno que constitui a prostituição revela alguns laivos de preconceito e estigma, uma vez que a ideia pré-concebida e desconhecimento em relação à mulher que se prostitui os condiciona enquanto agentes sociais. Eles próprios, ao tentarem colocar-se no lugar da mulher experienciam diferentes sentimentos e emoções. Assim o confessou Paula que antes de trabalhar na Instituição, ainda enquanto estudante, tinha uma visão completamente distinta desta realidade:

«Lembro-me de parar ali numa paragem e ver as moças a prostituírem-se ali na Gomes Frei e pensar – É pá, que vergonha! Se fosse a elas metia-me na paragem para não pensarem que estou ali a

fazer aquilo. [...] Lembro-me de vergonha, de me sentir constrangida [...], de isso me fazer confusão – E se eu estivesse naquela situação?»

Joana admite igualmente que antes deste trabalho tinha uma imagem completamente deturpada da mulher prostituta:

«Eu tenho muitas ideias pré-concebidas sobre as pessoas porque sou um ser humano, não é? Mas este trabalho faz-me bem, porque o preconceito lima-se quando nós nos confrontamos com ele. [...] Até porque nós nos confrontamos com o preconceito todos os dias quando vamos a qualquer sítio com elas. [...] Devo-lhe dizer que quando entrei para *O Ninho* eu tinha a ideia das mulheres que se prostituíam um bocadinho à filme americano: bem maquilhadas, estonteantes, bota alta.»

Verificamos que a maioria dos elementos da Equipa Técnica e Educativa *d'O Ninho*, antes de entrarem para a Instituição, desconheciam por completo a realidade da prostituição, e quando confrontados com a mesma as reações são diversas. O testemunho de Alexandra revela-se bastante positivo, na medida em que conhecer esta realidade lhe fez despertar sentimentos e emoções até aí ignorados, verificando mudanças significativas na sua vida pessoal e sentimental:

«[...] Vou dizer uma coisa, apaixonei-me neste sentido, confrontei-me com uma realidade que eu desconhecia, nunca tinha ouvido falar em prostituição, repare isto vem de muitos anos, e confrontei-me com mulheres muito jovens, com crianças, com histórias de vida muito violentas [...] e pensava muitas vezes – se eu estivesse estado na situação em que esta mulher esteve, eu já não estava aqui, isto era o meu sentimento na altura [...] geração de 60 [...] isto faz-nos pensar – mas afinal eu faço um problema de quê? De nada. E até na minha vida pessoal isso ajudou-me a cuidar das relações.»

Joana, considera esta realidade muito idealizada, reconhece que o seu próprio entorno revela desconhecimento e que, por isso, o seu trabalho suscita muitas reações distintas, na sua maioria preconceituosas:

«A maior parte das pessoas nem sequer reflete, nem sequer pensa, têm uma opinião muito própria, muito imediata, suscita muitas reações, quer seja com outros técnicos quer seja na nossa vida pessoal, com os nossos amigos. Não há nada como dizer – Eu trabalho com prostitutas.»

Partimos do pressuposto que a exclusão social constitui um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colide com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Este fenómeno faz parte das grandes preocupações das sociedades atuais e dos seus desafios do futuro, deixando de ser vista como situação anómala e secundária. Ao longo dos tempos, este conceito têm ocupado um lugar de destaque, devido a múltiplas transformações que ocorreram no decurso dos séculos, nomeadamente, no que concerne ao desenvolvimento económico, tecnológico, científico, social, cultural e político. Paralelamente ao fenómeno de exclusão social encontra-mos um outro que desde a Antiguidade até aos tempos modernos, perpetuamente causadora de grande impacto na sociedade, sendo uma forma de exclusão social pois é alvo de recriminações constantes, é o fenómeno da prostituição. As explicações sobre a prostituição foram-se moldando gradualmente ao longo dos tempos.

De acordo com Giddens (2010) atualmente a prostituição está diretamente associada à desintegração das pequenas comunidades, ao desenvolvimento das grandes áreas urbanas e impessoais, onde as relações sociais são cada vez mais anónimas, assistindo à comercialização das relações sociais.

Paula considera que o facto de as mulheres trabalharem na rua pode servir como lembrete para a sociedade se consciencializar da existência desta realidade:

«A mim não me custa nada ver as mulheres na rua, porque acho que pelo menos abre-nos os olhos e vemos que de facto está ali um problema.»

No entender de Cristina as pessoas revelam-se por vezes idealistas e utópicas quando questionadas acerca do fenómeno social prostituição. No entender da mesma técnica as diferentes realidades sociais, que se revelam um problema social, tais como a

toxicod dependência, o alcoolismo, os sem-abrigo, a prostituição, entre outras, não são encaradas pela sociedade da mesma maneira. Cristina é irónica quando se refere à imagem que a mulher prostituta deve transparecer para que as pessoas se consciencializem da sua condição e necessidade de apoio.

«[...] Tem de ter um ar de quem precisa, de coitadinha, se não tem é porque não precisa [...] tem de andar rota, nem cuidar um bocadinho de si, um bocado aquela ideia de pobrezinho [...] porque mexe com uma questão que levanta muitas questões e tem a ver com sexualidade, isso altera até a postura das pessoas. É mais fácil secalhar uma instituição que apoia sem-abrigo, que apoia idosos, que apoia crianças, que apoia doentes com Sida ter apoio, do que uma instituição que trabalha com mulheres que se prostituem, que acham que estão lá é porque querem.»

Para Magda a própria sociedade tem uma ideia muito negativa em relação à mulher que se prostitui, condenando-a muitas vezes, embora desconhecendo as motivações inerentes à sua escolha e forma de vida.

«E somos se calhar as primeiras pessoas que as olham, que as tratam como pessoas, que as valorizam, que as motivam, que puxam pelas coisas boas que elas têm [...], que as tentam, de alguma forma, orientar para uma vida com dignidade, com direitos, com deveres e com atitude para poder fazer face à vida. [...] Há também preconceito de que a mulher só está ali porque quer, porque lhe apetece e porque é vida fácil. [...] Isto é sobrevivência e, por isso, eu acho que há muito pouca gente que ainda consegue perceber isto sem discriminar.»

A mesma técnica reconhece que o seu trabalho deve ser desenvolvido no sentido de potenciar as oportunidades e as capacidades da mulher, porque a sua opção foi, na maior parte dos casos, condicionada e não uma livre escolha.

«As pessoas são um produto da sociedade, muitas não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive, e eu sinto que o que posso fazer por elas como técnica é ajudá-las a encontrarem o seu caminho.»

A importância de um conhecimento atual e real sobre o fenómeno prostituição deverá igualmente contribuir de forma distinta para desmistificar as representações sociais de índole negativa que constituem um obstáculo à promoção da dignidade humana destas mulheres. Interessa reverter mentalidades, reconhecendo os direitos das pessoas que se encontram em situação de marginalidade social. As opiniões de Joana e Patrícia são idênticas e complementam-se:

«É capaz de haver pessoas que já compreendem o problema e aceitam, aceitam não, mas já não apontam tanto o dedo. Mas há outras que são marginalizadas por isso, há pessoas que não aceitam isso, é prostituta, é para ser prostituta a vida toda.» (Patrícia, 2012).

«Eu acho que a imagem geral é completamente negativa, e não se coaduna em nada com a realidade das pessoas com quem eu trabalho. A imagem que eu vejo, mesmo nas minhas relações pessoais, às vezes tentam ser um bocadinho polidos. [...] Eu noto isso, por exemplo, quando vou ao médico, que as pessoas assumem que estas mulheres têm mil e uma doenças, as pessoas assumem uma ideia pré-concebida sobre as mulheres, e isto em todos os lugares, quer seja numa repartição pública, quer seja num centro lúdico, quer seja andar pela rua.» (Joana, 2012)

A intervenção social do técnico não se limita ao ambiente da Instituição, mesmo nas suas relações pessoais, tenta, em todo o momento e em diferentes contextos, desmistificar esta realidade. Tal se infere das palavras de Magda:

«[...] Falo com amigos mesmo, eles mandam aquelas bocas parvas, nós ouvimos muito isso, do passar a informação, fazer com que o Outro consiga perceber que a prostituição é um desespero, é um momento em que a mulher não tem recursos nenhuns e tem de recorrer para alimentar os filhos, necessidades básicas. [...] Dentro do meu núcleo eu acho que eu fui mudando um bocadinho a mentalidade das pessoas que me estão próximas, do que é que é trabalhar n'O *Ninho* e passando um bocadinho o que é a necessidade.»

Importa haver um esforço de compreensão do fenómeno prostituição, sem nos preocuparmos com juízos de valor. Naturalmente os critérios que utilizamos e as decisões que tomamos explicam-se pelo nosso percurso pessoal, com a aprendizagem da vida, de nós próprios e dos que nos rodeiam. De acordo com Barbosa (1989) é necessária “toda uma complexa realidade emocional que serve de base à nossa vida de relação” (p.14). E, neste sentido, é indispensável conseguirmos organizar estratégias pessoais para discernirmos e conjugarmos a ideia do bem com aquilo que é bom, da mesma maneira, clarificarmos a relação daquilo que é mau com a ideia do mal.

Magda é lacónica quando se refere às causas que levam as mulheres a enveredar por esta opção de vida:

«Agora, inacreditavelmente, o que eu gostava que ficasse aqui bem referido – eu nunca trabalhei com nenhuma mulher que se prostituiu por gosto, ao contrário do que a maioria das pessoas têm [...], as mulheres todas que têm vindo aqui parar à Instituição e com quem trabalho diariamente são mulheres que foram obrigadas a prostituírem-se. [...] Exatamente, vítimas de prostituição. E, normalmente, elas são empurradas para a prostituição por terem de alimentar os filhos, coisas tão básicas. Depois são mulheres que devido à fraca escolaridade, o emprego que têm nunca faz face às despesas, depois sofrem uma grande violência que aprendem a viver assim. Elas não sabem viver sem ter violência.»

A mulher prostituta é, quase sempre percecionada pelo técnico como vítima de prostituição e não como tendo sido essa uma opção tomada de ânimo leve, tal como disse Paula:

«Histórias de vida com fatores padrão, fatores que são taxativos e que aparecem em quase todas as histórias de vida, mulheres que foram de famílias muitas delas numerosas, mulheres que foram muito negligenciadas todos os dias quando eram pequenas, que começaram a trabalhar muito cedo, nem que fosse a tratar dos irmãos para os pais poderem ir trabalhar, e depois não iam à escola, as que iam não tinham sucesso escolar, depois também não tinham nenhuma

motivação. Com marcas de violência muito grandes, desde violação por um irmão, ter um filho, e depois meterem-na fora de casa, retirarem-lhe o filho e darem o filho para adoção. Coisas deste género, em que a pessoa é vítima duplamente. Duplamente? Mais! Quantas vezes vítima.»

Também Camila quando revela quais são para si as causas de entrada na vida prostitucional considera que são as circunstâncias da vida que assim o determinam:

«Como disse, não se nasce prostituta, não é nada que está nos genes, não é nada que se transmite e, portanto, acho que as pessoas para enveredarem por estes caminhos, a maior parte delas vem de famílias já desestruturadas, não têm as tais bases e oportunidades que nós tivemos.»

O background familiar é muitas vezes apontado como um dos principais fatores que leva as mulheres a enveredarem por este caminho. Isto mesmo é afirmado por Magda:

«Em termos de suporte psicológico são mulheres que não têm, são mulheres com fraca autoestima, são mulheres que têm um passado em que a pressão física do pai, a pressão física da mãe, as necessidades básicas não eram satisfeitas minimamente, são mulheres com escolaridade baixa [...], que não gostam delas, que a imagem que têm delas próprias repugna elas próprias, têm nojo delas próprias.»

O trabalho desenvolvido no sentido de potenciar a autoestima das mulheres que recorrem ao *Ninho* é, então, fundamental. A autoimagem que a mulher que se prostitui tem de si mesma é, como se percebe pela citação anterior negativa. É fundamental que a mulher sinta que tem hipótese de mudar de vida, que pode ali encontrar a ajuda e o suporte psicológico necessário para conseguir fazer essa mudança de percurso.

Pelas palavras de Joana podemos perceber esse lado humano d' *O Ninho*:

«Ninguém se tornou inferior que ninguém [pelo ato de se prostituir], ninguém se tornou inferior que ninguém, ninguém se tornou pior que ninguém ou diferente de ninguém. Todos nós temos as nossas opções

de vida, cada um de nós fez a sua e todos nós enquanto seres humanos já fizemos coisas que hoje pensamos e dizemos – eu aprendi com aquilo.»

6.3. TRABALHAR “COM”

Atendendo à própria pedagogia d’*O Ninho*, e tendo em conta que encara o Outro como um Ser único e autêntico, o papel do técnico espera-se ser Actor e Mediador Social, vivendo a complexidade da vida em sociedade, enquanto protagonista num dado contexto social, cultural e histórico. O trabalho técnico deve recair sobretudo no encarar o Outro com projetos de vida alternativos, abrindo caminho para que as mulheres possam tomar as suas próprias decisões.

Enquanto mediador social, o técnico deve ser um sujeito flexível, isto é, implicado e distanciado, com ética profissional, capaz de deliberar e gerir criativamente as relações interpessoais e intergrupais. O técnico deve assumir responsabilidade intersubjetiva, pois estão profissionalmente vocacionados para desenvolver uma intervenção que ajude a encontrar o verdadeiro sentido da vida, impulsionar a capacidade de decisão e de participação das mulheres integradas em redes sociais, para que possam incluir-se na comunidade com dignidade, serem agentes ativos, ajudando a (re) construir a sua identidade.

É essencial que o técnico seja capaz de ajudar a fomentar nas mulheres, espaços de pertença e de referência afetiva.

Relativamente à intervenção socioeducativa, esta varia tal como a intervenção social, muitas vezes ao técnico compete estabelecer um equilíbrio por vezes instável entre o nível pessoal e coletivo, não se envolvendo demasiado emocionalmente que prejudique a intervenção.

Quanto ao distanciamento e assertividade que o técnico deve estabelecer para enobrecer o desempenho das suas funções, Paula reflete:

«Não me envolvo emocionalmente e descontroladamente que depois me tire a objetividade para poder ajudar.»

Joana considera igualmente que é fundamental haver distanciamento, sem sermos demasiado intrusivos e ao mesmo tempo distantes na forma como abordamos o problema social prostituição e os seus agentes:

«Há um distanciamento que é feito que eu acho que isso a experiência ajuda, mas há um distanciamento que tem que ser feito entre quem nós somos enquanto pessoa e quem nós somos enquanto técnico, há um distanciamento que tem de ser feito mas não pode ser frio, as pessoas não se podem tornar frias e insensíveis perante o sofrimento do outro, mas não podem agarrar-se a ele e chorar.»

De acordo com o IDT - Instituto da Droga e Toxicoddependência (2009) “entende-se que o sucesso das intervenções é viável face à prestação de um serviço baseado em princípios humanistas, com uma componente técnica reconhecida, ao nível teórico e operacional, que confira confiança e promova a adesão dos utentes” (p. 6).

Joana, técnica de acompanhamento, enfatiza a importância da parte humana, aquela que é característica de qualquer Ser Humano independentemente da sua condição social e profissional, pois, o que deve ser evidenciado é a personalidade e postura do técnico enquanto pessoa, que como qualquer outra, tem pontos fortes e fracos. Como Ser Humano, o técnico deve estar consciente dos seus erros, das suas limitações, das dificuldades e para isso deve ter a responsabilidade de assumir essas mesmas restrições.

«Não acho que a postura do técnico tenha que ser isenta de sentimentos e que as pessoas não possam dizer – olha errei - eu acho que é importante para as pessoas perceberem que a nossa função é diferente, nós não somos amigos e acho que isso é importante, não somos amigos, mas somos Seres Humanos, portanto, é importante ter a componente afetiva também aqui nesta relação, a empatia afetiva.»

A pessoa enquanto técnico deve ser o mais profissional possível, distanciando-se e não se envolvendo demasiado, mas antes pautando a sua atuação por uma humanização tão lata quanto possível, atendendo ao facto de estarmos a trabalhar para e com pessoas. É dessa perspetiva que nos corrobora Magda:

«Não podemos esquecer nunca que trabalhamos com pessoas, não somos amigos nem família, trabalhamos com pessoas. Temos de ter uma relação empática, empática não é estar aos beijinhos e abraços, mas a outra pessoa perceber que estamos aqui para ela, corretamente [...] para lutar pelos direitos dela numa situação em que ela precise sempre.»

Uma das maiores preocupações dos técnicos é a forma como as mulheres lidam com determinadas realidades, sobretudo o que lhes é dito, uma vez que pode acontecer que sejam feridas suscetibilidades. O usual nestes casos é confrontar os técnicos com a versão apresentada pela mulher e posteriormente tentar solucionar, mediante diálogo, as possíveis divergências que possam subsistir. Assumir a fiabilidade enquanto ser humano e técnico é um garante da possibilidade de melhoria e crescimento. Este ponto de vista é-nos corroborado pela Diretora que nos refere:

«Uma mulher que chega aqui e diz – olhe passou-se isto assim e assim com fulana tal que é um técnico, oiço o técnico, são versões contrárias, vamos conversar todos, acho isto importante, são pessoas, eu posso errar, eu assumir o erro não me diminui em nada, mas em nada pelo contrário, eu vou aprender com isso, não vou cometer o mesmo erro cinquenta vezes vou aprender com esse erro que cometi e melhorar a minha condição. Pondo a hipótese que a mulher tem razão, ah o técnico pede desculpa, às vezes sei lá, às vezes coisas infelizes que uma pessoa pode dizer inconscientemente, sem qualquer intenção, mas o sentimento do outro, a forma como o outro sente é importante. Eu aí tenho muito cuidado na forma como as mulheres sentem as coisas e cuido muito isso.»

A capacidade de admitir o erro e de aprender a partir do mesmo revela a humanidade de todos os elementos envolvidos e, como tal, o que se pretende a partir do diálogo é um crescimento, quer individual quer profissional, de mulheres e técnicos. Esta ideia é-nos apresentada por Joana que partilha a forma direta e sincera como encara um problema e o soluciona quer internamente quer com a mulher:

«Eu tenho uma frase que as mulheres às vezes repetem, que é quando acontece alguma coisa e tu não te sentiste bem, fala diretamente comigo [...] porque nós não estamos todos os dias perfeitos, e há dias em que pode haver qualquer coisa que nos faça ser um bocadinho até ríspidos na forma como nós respondemos, o facto de sermos seres humanos é isto, mas quando estamos a lidar com uma mulher e dizemos alguma coisa de forma ríspida, ela pode entender de uma forma violentíssima, e nós às vezes não temos essa noção. O facto de elas perceberem que há abertura para chegarem ao pé de nós e dizerem – eh pá você até podia ter razão, mas não gostei nada da forma como falou comigo – já me aconteceu.»

Todavia, a mesma técnica revela que diariamente as mulheres vão dando um feedback, positivo ou construtivo, no sentido de chamada de atenção de algo que foi menos positivo, ou que não gostaram de ouvir, e avaliam as atitudes, reações e discursos que os técnicos têm para com elas. Neste sentido, Joana considera que a opinião das mulheres fazem-lhe repensar as próprias atitudes:

«É claro que dia-a-dia as mulheres vão-nos dando um feedback e nós vamos tendo que incorporar esse feedback no nosso trabalho, seja ele positivo – eu já sei fazer, eu já consigo fazer – quer sejam outras situações que aí pronto, temos de nos avaliar enquanto técnicos e perceber se agimos corretamente ou não.»

Para Cristina, todo o trabalho técnico, os seus objetivos, emoções e sentimentos, têm de ser mediados, geridos e estar de acordo com o contexto laboral e com o sentimento que a pessoa que estamos ajudar pode extrair dessa relação e do diálogo estabelecido. Desta forma, a própria técnica reconhece:

«[...] Nós acharíamos que se fosse num outro contexto eu era amiga desta pessoa, mas é assim, mas o contexto é este e eu nisto acho que tem de ser muito claro para não perdemos a objetividade toda, é um trabalho técnico e aqui não é um muro, não é uma separação, é a posição que cada um de nós está.»

Alexandra partilha da mesma opinião, quando diferencia o sentimento de amizade com a empatia e afetividade que devem patentear qualquer intervenção técnica. Não devem os técnicos criar grandes expectativas à mulher perante situações que são de difícil resolução, evitando novas frustrações, mas devem ter uma linguagem e postura coerente e clara na forma como se relaciona com cada mulher e tentar minimizar e solucionar cada abordagem por Elas suscitada.»

«Nós não somos amigas, nós gostamos uma da outra é completamente diferente. A amizade é uma coisa, o gostar de é outra completamente diferente e por isso mesmo, acho que deveria fazer parte dos princípios de intervenção, eu costumo dizer, não é viver o problema do outro de modo algum, não é isso, mas é gostar de trabalhar com as pessoas, é empenhar-se na absoluta assunção das situações que as pessoas nos colocam.»

Similarmente, Paula partilha da mesma opinião, quando distingue os papéis sociais ocupados por técnicos e mulheres, referindo-se a uma relação, que não sendo de amizade, é uma relação empática e afetiva. Refere-nos ainda, a forma como comunica abertamente com as mulheres acerca deste distanciamento que deve subsistir:

«Eu por exemplo costumo-lhes dizer – eu não sou tua amiga - porque com as minhas amigas partilho as minhas dificuldades, os meus problemas e se eu fosse fazer isso contigo eu não tinha objetividade para te ajudar, mas gosto muito de ti. Assertividade está presente independentemente de não te poder considerar como amiga, porque tu com as tuas amigas partilhas as tuas coisas, há uma partilha parte-a-parte e contigo aqui não, gosto muito de ti, gosto de ter uma relação afetiva contigo.»

No Lar, e aquando da entrada da mulher neste novo contexto institucional, na fase de acolhimento é explicado à mulher que tipo de relação se estabelece com ela, e de acordo com Marta esse pressupõe:

«[...]Uma relação contratual, em que é explicado o que é o Lar, quais são os objetivos do Lar, normas do Lar e começasse ali a construir

uma relação de ajuda, que a mulher tem que querer, portanto há toda essa relação contratual, entre o técnico e a mulher, no sentido da ajuda poder ser efetiva.»

Também no meio prostitucional é necessário que o técnico tenha consciência das dificuldades e situações mais complexas que possam surgir. A forma como o primeiro contacto com a mulher é estabelecido, a maneira como se aborda, como se olha, como se ouve, são importantes para cativar ou distanciar a mulher. A técnica que trabalha diretamente no terreno, ao mencionar como essa relação é estabelecida refere:

«Eu tenho um relacionamento na rua muito específico, muito de empatia e muitas vezes as pessoas perguntam-me – ah como é que se faz contactos de rua? – eu não sei explicar, sei estar, é o sentir o outro, o estar em sintonia com o outro para poder dar resposta e para poder estar de acordo e pode passar por estar de uma maneira muito como Sr. Dr.º entre aspas, como pode passar por sentar-me no soleiro de uma porta com alguém.»

Numa outra perspetiva, Magda reconhece que o trabalho técnico é um trabalho de referência, e quando estamos a agir com pessoas é essencial ter consciência que a pessoa do técnico é um modelo para quem todas as atenções são direcionadas. Os próprios técnicos têm essa perceção, o qual podemos comprovar nas palavras da técnica:

«Porque o nosso objetivo também é sermos um bocadinho o modelo delas e às vezes somos aquilo que elas procuram, uma vida que não encontraram [...] o estar aqui com uma mulher até às 11 da noite permite que a gente jante, que ela veja que a gente lava os dentes, coisas tão simples como isto, permite que elas vejam quando a gente vem bem vestidas, mal vestidas, portanto elas reparam em tudo, a maneira como nós comemos, como falamos, temos de ter sempre em atenção que tipo de assuntos abordamos à mesa, porque é tudo muito vago [...] há assuntos que são quase tabus, por exemplo a adoção de crianças, toxicodependência, retirar filhos.»

Paralelamente o empenho dos técnicos é muito focalizado no Outro, o olhar Outro como pessoa, respeitando o seu processo de mudança e o tempo necessário para mudar de vida, se essa for a sua vontade. Todo o acompanhamento e encaminhamento feito para as mulheres são pensados com elas e valorizando as suas intenções.

Podemos confirmar isto nas palavras de Joana, quando se refere ao trabalho conjunto que é desenvolvido entre a Instituição, o Técnico e a Mulher:

«Nós construímos um projeto comum com elas, não é um projeto para elas é um projeto com elas, não faz sentido trabalharmos para as pessoas, nós colocamos alternativas, mas se estamos a pensar em fazer um trabalho para as pessoas vamos apanhar grandes desilusões. É um trabalho muito árduo, vai ser muito complicado e não é construtivo, a pessoa tem de ser o motor da mudança, a instituição por trás, os técnicos por trás auxiliam [...] mas vamos dando alternativas, e a pessoa a partir daí tem de ser o motor da sua construção.»

Centrar a mulher como agente ativo na intervenção não é mais do que assentar toda a abordagem social nas necessidades específicas que a própria manifesta. Desta mesma ideia partilha Cristina que nos refere:

«Elas não são obrigadas, só se quiserem, portanto a participação delas é plena, se elas não quiserem, elas são a atriz principal deste projeto digamos assim. Não é pôr as coisas no sentido de – a resposta é esta, vais para ali – e nós temos isto, queres?»

Igualmente Marta ilude-nos acerca do olhar do técnico perante a mulher que está apoiar e qual o seu ponto de vista:

«Temos de partir sempre da mulher, das suas preocupações, das suas necessidades porque se assim não for nada disso faz sentido, porque será sempre um problema, é uma obrigação, e passa a ser um problema meu e não o da mulher. Nós também temos de distanciar nesse sentido e priorizar e centrarmo-nos na mulher.»

Segundo o IDT (2009) “o desenho conjunto do percurso de inserção, com definição de objetivos, estratégias a adotar, responsabilidades e etapas, ações

prioritárias, a médio e longo prazo, que corresponda às necessidades pessoais, sociais e potencialidades diagnosticadas em cada momento de avaliação do processo, deve ser traduzido num Plano Individual de Inserção que é definido, executado e avaliado conjuntamente com o utente” (p.9). Cristina dá-nos um exemplo real de como é realizado o trabalho conjunto com cada mulher, considerando que a implicação e empenho do técnico nas aquisições das mulheres, contribuem para o estabelecimento de uma relação de confiança e de cumplicidade, motivando as mulheres a experienciarem o processo de reinserção, com determinação e confiança, envolvendo a mulher em todas as etapas do processo:

«Que elas sintam que é um espaço, que é uma instituição que está para ajudar naquilo que elas pedirem sendo realista com elas, tendo noção que às vezes não podemos ajudar, aqui a frontalidade, a sinceridade, a assertividade é fundamental. Mas tentamos fazer o nosso melhor para a mulher, pensando na mulher e com a mulher. Não, pronto ok dê-me uma lista, eu vou resolver e depois apresento-lhe a solução ou a não solução. Não, é falado com ela, porque se ela não tiver envolvida, se não tiver implicada, não funciona nada.»

Paralelamente os técnicos tentam colmatar situações micro sociais através de um processo interativo de aceitação e de compreensão, estabelecendo uma relação de proximidade com as mulheres. O empenho técnico pressupõe a ajuda e o acompanhamento efetivo de todas as situações que, em conjunto, mulher e técnico consideram necessárias, tratar da documentação, da Licença de Residência, da creche, do jardim-de-infância ou escola para os filhos, procura de alojamento, trabalho, resolver questões de saúde, entre outros assuntos. Joana considera que combater o preconceito e a discriminação que diariamente estas mulheres são sujeitas, é uma das preocupações técnicas, sendo os primeiros a dar o exemplo e apoio necessários.

«Até porque nós nos confrontamos com o preconceito todos os dias quando vamos a qualquer sítio com elas [...] mas é um bocadinho ir com, e ver que vai lá outra pessoa e dizer à pessoa que não se tem

problema em se estar ao lado dela, e ir aos locais, fazer-lhes conhecer os recursos, fazer-lhes conhecer o que há e acompanhar.»

O facto de o técnico estar presente, de não ter vergonha de estar com ela, de estar internamente disponível, de ir às repartições públicas com a mulher, ao centro de saúde, é um fator de extrema importância para a mulher se sentir valorizada e de ir interiorizando que é respeitada e aceita sem juízos de valor e considerada como Ser Humano. É esta a opinião que Cristina manifestou durante a sua entrevista:

«Eu vou-lhe dar um exemplo e dou esse exemplo várias vezes, foi uma das coisas que mais me impressionou, foi, como é que as mulheres ficam compensadas e sentem gratificadas quando eu estou com elas, horas à espera de uma consulta médica por exemplo. O não abandono, eu sei que quando estou ali também no papel de modelo, de modelo de comportamento, são mulheres cuja resposta à frustração é, não tem, é muito baixa, desistem logo, eu sei que ao estar ali para dar o exemplo – temos de esperar, a vida é assim, os serviços funcionam assim – [...] e elas darem importância a isso que é uma coisa tão banal para nós [...] estou ali a dizer-lhes que estou aqui, vamos esperar o tempo que for necessário.»

Garantir e lutar pelo exercício pleno dos direitos e deveres de cidadania, fundamentais em todos os percursos de autonomização das mulheres, fomentar o respeito pela dignidade humana e liberdade de escolha das mulheres, combater as profundas desigualdades sociais existentes, configuram um princípio ético por que devemos pautar toda a intervenção.

A centralidade na mulher não significa o isolamento perante a realidade social que reveste a intervenção, mas contrariamente designa que tendendo às necessidades que a mulher apresenta temos de incidir a intervenção nos sistemas sociais, preparando-os e trabalhando-os para que se estabeleçam como facilitadores do processo de reinserção da mulher prostituta.

Esta pedagogia é partilhada por Alexandra que em entrevista manifestou o seu sentimento face à realidade social atual, afirmando:

«Senti que havia uma desigualdade tão profunda entre as pessoas, fez-me bem, fez-me interiorizar, essa consciência política se se pode falar dessa forma. É como diz o Paulo Freire, conscientizar e ver as desigualdades profundas existentes e tomar partido, e tomar partido porque também segundo Paulo Freire, tomar partido pelas pessoas e com as pessoas com as quais trabalhamos.»

No âmbito do trabalho realizado, a credibilidade e sucesso da Instituição, a sustentabilidade da intervenção, é resultado em parte de todo o trabalho em rede entre os elementos da Equipa Educativa, fruto de toda a partilha e o diálogo estabelecidos.

Respeitando a filosofia e a especificidade que caracterizam a intervenção técnica *d'O Ninho*, importa destacar toda a cultura de trabalho integrado, a partilha de informação, concertando intervenções, com o objectivo único de contribuir para o sucesso dos projetos de vida das mulheres. Alexandra confirma esta forma de trabalhar em equipa que caracteriza *O Ninho*:

«Eu costumo dizer que não há receitas, não pode haver, há sim reflexões, há análises de situações que todos nós podemos beneficiar, por isso a importância da partilha numa equipa, cada um com o seu saber pode ajudar a aprofundar melhor as coisas [...] mas também como é um processo, é um processo de aprendizagem e crescimento.»

Na mesma linha de pensamento podemos incluir as palavras de Marta onde refere que:

«A partilha é uma palavra de ordem aqui, partilhar para fazer melhor, refletir, sempre na perspectiva de ajudar a mulher de acordo com aquilo que a Instituição tem para oferecer.»

Camila encara o trabalho em equipa como algo que lhe permitirá trocar ideias, alargar o seu conhecimento e as próprias relações laborais ou amigáveis. Este trabalho de Equipa propicia um enriquecimento pessoal e profissional.

«Mal de nós se acharmos que fizemos sempre tudo bem e que conseguimos resolver todas as questões, embora estejamos todas muito à vontade, até para errarmos o menos possível, visto que

estamos a trabalhar com pessoas não é, não se apaga, não se risca, há sempre essa colaboração entre todas, com a Dr.^a Inês, com as outras colegas. Sem dúvida que podemos ligar seja a que horas da noite for, seja em que dia da semana for [...] depois a partilha [...] não é por trabalhar aqui, mas acho que há poucas instituições em que as pessoas estão tão à vontade até para expor as nossas dúvidas, os nossos anseios.»

Sendo a partilha a palavra-chave de todo o trabalho executado pela Equipa Técnica *d'O Ninho*, Magda reconhece que quando surgem dificuldades, situações mais complexas, é com os elementos de equipa que se comunica e reflete em conjunto a sua resolução ou minimização:

«Já houve situações em que tive dificuldade, normalmente como nós temos uma Equipa multidisciplinar, nós fazemos muito é partilhar a informação, é – olha ajuda-me lá a pensar sobre isto – porque isto trabalhar com pessoas não é taxativo.»

Identicamente Rute, reflete sobre as vantagens e as novas aprendizagens que a experiência da vida e a dedicação à causa beneficiam no seu desempenho profissional:

«[...]Nós não somos polivalentes a 100%, e portanto, [...] trabalhamos muito em equipa e falamos com muita facilidade no sentido de que, aparece um problema, é verdade, já cá estou há muitos anos (41anos), já tenho um bocado de experiência, mas os problemas são sempre novos e nós por vezes, a minha vontade talvez fosse esta, mas tenho dúvidas e há sempre a possibilidade de partilhar com, para encontrarmos a melhor solução.»

O desenvolvimento de uma intervenção em rede, de modo integrado, traduz-se na identificação e estreita colaboração entre os parceiros com responsabilidades em diversas áreas, centrado no trabalho em parceria e na flexibilidade de respostas. “O trabalho social em rede permite valorizar o espírito de equipa (...) reforçam-se laços de colegialidade e de parceria que, ampliando as possibilidades de intervenção, potenciam a construção de modelos de ação mais ajustados à realidade” (Carvalho e Baptista,

2004, p.71). Marta, em entrevista, refletiu acerca da importância do trabalho em rede, exemplificando:

«O que marca é nós trabalharmos em rede não é, e isto tem a ver com o trabalho em rede. Quando uma mulher vem, depois também há o encaminhamento para a assistente social, começasse a trabalhar em rede, a assistente social sabe que a mulher está n' *O Ninho*, há isto para tratar, é preciso apoio, é preciso resposta para esta situação, para esta dificuldade, e aí o trabalho em rede é essencial. E há questões que nós não temos como resolver, como solucionar aqui n' *O Ninho*, mas o trabalho em rede é que permite, com a nossa orientação.»

Considera-se que a Equipa Técnica responsável pelo acompanhamento do projeto de vida de cada mulher ao nível da intervenção social, é a gestora de todo o processo de inserção, devendo, numa lógica de acompanhamento e de mediação social articular com os sistemas sociais da comunidade, no sentido de garantir respostas integradas às necessidades identificadas, em permanente articulação com a equipa multidisciplinar (IDT, 2009).

A interdisciplinaridade entre diversos parceiros sociais é, no entender de Paula, uma mais-valia para qualquer Equipa de trabalho, desta forma sugere:

«A interdisciplinaridade é muito importante no nosso trabalho, realmente poder-mos contar com os outros [...].»

Da mesma perspetiva partilha Cristina, que desmistifica de uma forma construtiva, quais os entraves e dificuldades com que os técnicos se deparam diariamente ao tentar colmatar e dar resposta às situações que as mulheres colocam, admitindo que *O Ninho* não é uma Instituição polivalente e autossuficiente. Paralelamente enfatiza o trabalho em parceria com outros equipamentos, tal podemos comprovar nas suas palavras:

«Não conseguimos dar resposta a tudo, tudo, tudo e ser autossuficientes – olha esta situação é para aqui, preciso disto e nós temos esta resposta – nesta instituição não, isso não é verdade, não é a realidade [...] não conseguimos dar resposta a tudo, secalhar ainda

bem. Trabalhar em parceria, trabalhar com outras instituições, com outros equipamentos, acho que é positivo para nós, há um intercâmbio de experiências, de não guetizar tudo em nós. Dá trabalho, é frustrante às vezes, não há respostas. É fundamental, nós vivemos todos em sociedade e há ligações, vivemos tudo numa teia não é, está tudo interligado.»

É fundamental revelarmos total receptividade e respeito pelas ideias compartilhadas em Equipa, neste sentido, Patrícia reflete acerca da ajuda que dessa partilha extrai:

«Se tiver mais dificuldades eu peço ajuda, nós trabalhamos em Equipa, e é em Equipa que resolvemos os nossos problemas, também porque sempre que temos dificuldade em resolver algum problema, a gente trabalha em Equipa para nos ajudar.»

6.4. RELAÇÃO TÉCNICO/PROSTITUTA/AGREGADO FAMILIAR

O processo de reinserção, baseado desde o primeiro momento em objetivos de inserção social e autonomização, direcionam a sua atuação na ajuda efetiva perante a organização das rotinas diárias das mulheres e no desenvolvimento de competências pessoais. Este processo visa também intervir, preparar e encaminhar a família e outros sistemas sociais, que configuram dimensões fundamentais, facilitadoras e potenciadoras das mudanças individuais operadas. Rute, acerca da intervenção técnica feita à família revela:

«[...] tratamos de tudo o que se relaciona com elas, em relação à saúde, ao trabalho, isso tudo, como também em relação aos filhos e em relação até à família desde que haja possibilidades, nós trabalhamos a família.»

Cristina perspetiva que o trabalho técnico deve incidir a sua ação nos sistemas sociais e infraestruturas existentes, onde se inclui a família, e no caso concreto os filhos, pronunciando as principais dificuldades sentidas:

«É muito difícil eu colocar crianças em equipamentos, porque não há vagas, porque não sei quê, porque é caro, mas vão para uma creche, uma creche de quê? De mulheres prostitutas? Temos é que integrar as nossas mulheres e as crianças das nossas mulheres nas creches públicas, privadas, batalhar para que se forem privadas e caras, arranjar apoio para apoiar. Não sei, se me dissessem – vamos vos dar uma creche de raiz XPTO – não sei se era boa ideia [...] acho que o importante é esta integração e trabalhar no global.»

Atendendo que o suporte familiar é um pilar fundamental na vida destas mulheres, e considerando que a maioria das prostitutas são mães, para algumas delas, foi o amor pelos filhos que as fez contornar as normas da sociedade que ditam que o sexo é monogâmico, e que tanto condenam a sua opção.

De acordo com Oliveira (2004) o discurso que tem acerca dos filhos é altamente positivo e nele predomina a referência aos fortes laços de afetividade que os unem.

Neste sentido, *O Ninho* também tem como objetivo fazer todo o acompanhamento e encaminhamento dos agregados das mulheres. Tal o podemos comprovar nas palavras de Marta ao referir:

«Depois há a preocupação com os filhos, a preocupação também de reorganizarem-se, porque aqui o objetivo da Lar é isso, o acompanhamento. A intervenção social é na parte da reorganização, a mulher se reorganize.»

Uma mulher que perde a tutela de um filho por ser prostituta, é uma mulher revoltada porque se considera vítima de uma injustiça. É também uma mulher que perde a sua autoestima, pois esse ato de que é vítima, contribui para que ela apreenda o que essa ação reflete: que ela é má mãe, porque uma prostituta não pode ser boa mãe por ter padrões de conduta imorais (Oliveira, 2004). A negação do seu direito à maternidade surge, então, como um reconhecimento social da falta de respeitabilidade.

Algumas destas situações acontecem com alguma frequência na vida destas mulheres, tal como podemos comprovar nas palavras de Magda que nos relata:

«O trabalho que nós fazemos é um trabalho de seguida [...] porque são miúdas que estão em risco. Temos situações aqui, agregados de mães que tiveram um percurso em que as filhas estão em risco porque a mãe ingressou pela prostituição e nós estamos um bocadinho na retaguarda de ajuda, porque são miúdas que vinham e coabitaram aqui no lar com as mães na altura em que nasceram, portanto são miúdas que já conhecem a instituição já há muitos, muitos anos. Também temos mulheres que depois de casadas e com filhos tiveram o azar ou sorte, claro que nunca é sorte, sorte de nos encontrarem, azar porque secalhar caíram na prostituição.»

Quanto à sinalização que é feita pelos vários agentes, face à situação de prostituição de uma mulher e perante as dificuldades que a mesma está a enfrentar, verificamos que a família é um importante elo de ligação da mulher-instituição de apoio. O primeiro contacto, muitas vezes é feito por terceiros, seja por técnicos de outras instituições, familiares, amigos, clientes e outras mulheres. Quando a comunicação é feita por familiares pode existir uma motivação subjacente, que influencie na tomada de decisão dessa mulher em recorrer a algum apoio, neste sentido, Cristina informa-nos:

«Aqui a motivação é fundamental, podem e vem muita gente que são os pais, que são os amigos, que são outros técnicos que querem que aquela mulher mude de alguma forma [...] técnicos é o mais vulgar [...] mas também há muitas pessoas, uma amiga, uma filha que vem e pede ajuda, também acontece.»

6.5. REPRESENTAÇÕES DOS TÉCNICOS SOBRE VITIMACÃO

O tráfico de seres humanos em geral, e de mulheres em particular, tem levantado um interesse cada vez maior, por parte dos Estados, das Instâncias Internacionais, das Organizações não-governamentais, dos meios de Comunicação Social (Sousa *et al.*, 2009) e também por parte de Instituições que têm surgido, e que apoiam estas mulheres e as ajudam a enfrentar a situação em que se encontram. Para os mesmos autores “O

mundo de hoje opera mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que os princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (Sousa *et al.*, 2009, p. 70). Desta forma, a prostituição reveste-se de extrema violência e fere severamente a condição feminina e a própria dignidade humana. Quando nos confrontamos com uma realidade onde temos mulheres obrigadas a trabalhar como prostitutas, contra a sua vontade, e nos defrontamos com situações em que a mulher prostituída é obrigada a trabalhar em condições que não pôde escolher, podemos considera-las como vítimas de toda uma emboscada e de um conjunto de fatores que determinaram e conduziram à prostituição. Esta perceção é-nos apresentada por Alexandra:

«Existe um sofrimento enorme, existe uma continuidade de violência exercida sobre estas mulheres, os condicionalismos que no fundo percorrerem estas vidas, mas isso não é tido em conta, mas devemos ter em conta quando analisamos uma determinada realidade, não podemos passar assim em branco.»

Existem determinados fatores que determinam e influenciam a entrada na prostituição. Joana tem em conta que falar de prostituição de rua é diferente de falar numa prostituição que se diz de luxo. Em contrapartida, para Alexandra não existe essa diferenciação entre os diversos tipos de prostituição. De referir que as duas técnicas têm um discurso similar quando referem que a prostituição não é uma escolha, uma opção que a mulher toma irrefletidamente. Podemos confirmar estas duas posições nas palavras de ambas as técnicas aquando da realização da entrevista:

«É importante perceber que nós trabalhamos com um tipo de prostituição, que é um tipo de prostituição de rua não é uma prostituição de luxo, não é uma prostituição de casas de luxo. Não é uma prostituição em que as pessoas decidiram, seja porque motivos seja, os motivos das pessoas são os motivos das pessoas, mas não decidiram – a partir de amanhã eu vou começar a prostituir-me para ganhar mais um dinheiro, para aumentar o meu rendimento – é uma escolha dentro dos motivos que foram [...] e essa escolha é cardada

pelos próprios fatores de vida e então normalmente não consideramos que tenha sido uma escolha digamos assim, porque perderam o emprego, porque viram-se numa situação muito complicada, porque o companheiro desapareceu e viram-se com filhos.» (Joana, 2012).

«Se for a um bar de luxo [...] as histórias de vida são muito semelhantes, muito, apenas quem compra, o consumidor, que tem alto poder económico é que comanda a oferta [...] são vítimas de todo o percurso de vida que foram tendo, de uma violência avassaladora, avassaladora. Considero vítimas da sociedade em que a gente vive, que não dá, não faz prevenção nem constitui alternativas reais, nem informa.» (Alexandra, 2012).

Em determinados estudos feministas a definição de vítima revela-se complexa e frequentemente rejeitada, já que pressupõe a passividade da mulher perante as estruturas que a oprimem, designadamente a sociedade patriarcal onde estão inseridas. O tráfico sexual complexifica este conceito ao levantar questões que acabam por o transcender – questões éticas sobre a própria sociedade, questões que estão imbricadas nas consciências e nos paradigmas éticos pelos quais nos regulamos, algumas das quais são tabus na sociedade.

Frequentemente enfatizamos e damos demasiada importância ao sustentar os nossos próprios estereótipos e preconceitos, esquecendo-nos, porém, do quão sofredor e violento é para uma mulher vender o seu próprio corpo. A proliferação dos atos sexuais, o stress, os maus-tratos, os horários inconstantes, o álcool, as drogas, são fatores que ajudam a deteriorar a saúde das mulheres prostitutas (Costa e Alves, 2001). Helena, técnica de acompanhamento, partilha-nos um pouco desse sofrimento espelhado no rosto e no discurso de quem se prostitui:

«Psicologicamente estas mulheres todas estão deprimidas e sofrem de problemas traumáticos e pós-traumáticos, porque a prostituição é uma violência, é uma violência sobre diferentes aspectos, vou reportar-me a situações concretas [...] o facto de não se ter nenhum recurso económico, e ter que se ir prostituir é uma violência. Esta marcha para, esta necessidade é uma violência, depois o meio em si é violento

[...] e dizia-me outra – para mim eu alternava-me e para mim era uma violência os homens convidarem-me para eu me prostituir, eu estava ali para servir à mesa e não para me prostituir. Outra dizia assim – para mim é uma violência beber e chegar a casa bêbeda - porque é uma mulher alternada e chegava a casa bêbeda e nem sequer tinha paciência para estar com as minhas filhas. E havia outra que era uma mulher um pouco mais limitada que dizia assim – para mim abrir as pernas é uma violência.»

Adicionalmente, o facto de se estabelecer uma relação sexual completamente desprovida de sentimentos de afetividade, a perceção de estar a ser abusada e explorada, de estar a servir de objeto, ocupa um lugar de grande sofrimento e opressão nestas mulheres. Para Magda, o abuso, não se cinge apenas ao aspeto sexual, mas revela-se a vários níveis que destroem interna e externamente a mulher:

«[...] de uma forma geral sim, são vítimas do produto da sociedade com toda a certeza. Tenho mulheres que foram exploradas desde sempre, ou pelo chulo, ou pelo companheiro, ou pela mãe, num colégio, foram abusadas. E quando nós falamos em abuso, não podemos só falar de abuso sexual, há muitas formas de abuso e para mim sexual é físico não é, mas há um abuso muito pior do que isso, que é o psicológico. Quando nos destroem a parte psicológica, nós fisicamente estamos um trapo.»

Os vários tipos de violência, quer física, psicológica e sexual, a que as mulheres prostitutas estão sujeitas, reflete-se intrinsecamente nas próprias condições de vida e seus antecedentes, sendo, por isso, vítimas de maus-tratos por parte de familiares, do companheiro, dos clientes e até das próprias autoridades. Podemos constatar a imagem que algumas destas mulheres têm da própria Polícia, corroborado nas palavras de Alexandra na entrevista realizada:

«A imagem que as mulheres têm dos polícias nos seus países de origem são corruptos, são polícias violadores, são polícias que também estão no tráfico.»

Esta forma de exploração sexual obriga as mulheres a vender a sua dignidade, liberdade e a sua identidade. Joana aponta que as próprias causas e fatores que conduzem uma mulher para a prostituição, é que faz delas vítimas deste fenómeno social:

«Elas não vão porque lembraram-se um dia, acordaram um dia e resolveram ir-se prostituir. Elas vão porque existem causas, existem fatores que as levaram a, e a maior parte desses motivos são eles próprios negativos.»

Sheila Jeffreys (1999, *cit in Santos et al.*,2009) entende que a voluntariedade da mulher para a prostituição é construída política e socialmente a partir de determinados fatores como a pobreza, o abuso sexual, a exclusão social e as obrigações familiares a cargo da mulher.

A terminologia da Instituição induz para o conceito de mulher-vítima, visto que o objetivo principal d’*O Ninho* é a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição. A visão técnica é toda ela unívoca. Verificamos essa homogeneidade no discurso de duas técnicas, Patrícia e Maria, ao referirem-se à exploração que é feita a estas mulheres, quem são os exploradores e porquê a necessidade de se prostituir:

«Quando nós vemos aquelas coisas na televisão, aquelas mulheres a dizerem – eu gosto de me prostituir, ganhamos muito dinheiro – isso não corresponde de todo à verdade, porque estas mulheres o que ganham é ao dia, no sentido que ganham um tanto e vão ter de o dividir com o senhor da pensão, com alguém que tome conta do filho, com o chulo, e elas muitas vezes chegam ao fim do dia sem nada. Acabam por ser vítimas, escravas em detrimento de outras pessoas.» (Maria, 2012).

«[...]Aproveitam-se do que elas fazem, as amas aproveitam-se, as pensões onde elas estão, é tudo a explorá-las, eu acho que tudo onde elas passam, elas são exploradas. [...] são obrigadas a fazer isso para dar de comer aos filhos, ou porque não tinham mesmo nada para elas,

mas que foram obrigadas, porque ninguém vai de ânimo leve para fazer prostituição.» (Patrícia, 2012).

Em vários países, o tratamento das mulheres prostitutas e de situações de tráfico, quer no âmbito da previsão normativa, quer da sua aplicação, está frequentemente condicionado por conceções moralistas, sobretudo porque as mulheres prostituídas suportam um forte estigma social vendo os seus direitos civis e humanos frequentemente violados (Santos et al, 2009). Maioritariamente, quando as mulheres são questionadas acerca da violência que é exercida sobre elas e sobre a sua condição, elas não se consideram como vítimas. Contrariamente, o conceito de vitimização trespassa nas palavras de Alexandra que justifica esta deturpação ou inconsciência que as mulheres têm acerca delas próprias:

«O que me dizem às vezes é – mas elas não se consideram vítimas – dizem-me muitas vezes isso. Não se consideram vítimas porque nem sequer sabem o que é não ser vítima, porque sempre o foram. E por outro lado, o conceito contínuo de vítima é desconhecido para elas, o que para nós é profundamente violento, para elas não é, porque para uma questão de sobrevivência há uma adaptação à violência, chamemos-lhe assim.»

Da mesma ideia partilha Paula, quando reconhece que a perceção emotiva da mulher perante toda a violência exercida sobre ela é extremamente atenuada. A mesma técnica refere que estas mulheres partilham histórias de vida violentíssimas, que lhes vão causando diversos traumas, ao ponto de elas se acomodarem e relativizarem situações e histórias de vida profundamente negativas:

«[...] Parece que para ela não é tão violento, até o conceito e o sentimento de violência para nós parece diferente do que é para elas, porque quando se vê uma irmã a ser morta ao lado delas, a ser violada por 30 homens e depois a ser morta, e fala daquilo com uma frieza, nós pensamos – há aqui qualquer coisa que não está bem. Logo a seguir depois vamos entender todo o percurso, toda a entrada na situação foi mais uma violência, mas no fundo uma violência como

elas dizem, que lhe limpava as lágrimas, porque é uma violência, mas comparado com todas as outras que já tinham passado durante a sua infância, a sua adolescência, depois com os clientes, porque até isso foi mais uma violência.»

De referir que a maioria das mulheres prostitutas apresenta no seu percurso de vida a existência de diversas problemáticas. Desta forma, podemos verificar que a prostituição não constitui um fenómeno social isolado, mas está inter-relacionado com determinados fatores sociais, tais como a saúde, ausência de afetos, violência e a própria criminalidade inerente ao meio.

Helena, ao referir-se ao conceito de vitimação, e reportando a casos concretos de mulheres com quem faz um trabalho interventivo, afirmou:

«Ninguém gosta de se prostituir, ninguém. Lembro-me de uma mulher que era tão, tão, tão desprovida de afetividade, que a única coisa que a valorizava era um cliente pedir-lhe [...] portanto elas são vítimas de todo o percurso de vida que fizeram, de toda a desestruturação familiar que tiveram desde infância, depois são vítimas quando entram na prostituição, são vítimas dentro da prostituição, são vítimas nas redes de tráfico, são vítimas de chulos, são vítimas da estrutura do meio em si porque são exploradas a todos os níveis, são vítimas dos próprios clientes, portanto são vítimas.»

Maioritariamente, a perceção social do fenómeno prostituição em Portugal, tem merecido uma certa “atenção social”, por vezes problemática, por parte dos órgãos de comunicação social, da opinião pública, das organizações e do Estado.

Por vezes, a perceção social é muitas vezes deturpada e fomenta a utilização de diferentes conceitos de prostituição, limitando o conhecimento real da situação, e pode condicionar também o tipo de intervenção que é adotada. Alexandra admite que uma das maiores dificuldades sentidas no trabalho d’*O Ninho*, é fazer passar a mensagem, e conseguir que aqueles que questionam, que tem dúvidas, que ouvem, o façam de forma a não julgar, pois acontece que as ideias pré-concebidas e os estereótipos que anteriormente possuem, condicionam a interpretação da realidade.

«Na comunicação social acontece muitas vezes isso, é o jornalista muitas vezes já ter a sua opinião formada, confunde a intervenção, sem ser interventora social obedece a uma ética, portanto há dificuldade em fazermos passar a mensagem que queremos passar, sobretudo entre os jovens nas faculdades [...] porque os jovens banalizam muito as coisas e acham que estão lá porque querem, elas estão lá porque ganham muito dinheiro, é uma vida fácil. No fundo, todos estes slogans, chamemos-lhe assim, estão interiorizados e é muito difícil. Mas nós, apesar de tudo, já obtemos alguns avanços, é uma realidade.»

Da mesma ideia partilha Helena, que igualmente reconhece existir um desconhecimento por parte da sociedade perante a temática prostituição:

«Eu acho que hoje em dia a sociedade não têm um conhecimento real do que se passa a nível de prostituição, porque quando se começa a desmontar os lugares comuns em relação aos da prostituição, as pessoas começam a pôr em dúvida esses mesmos lugares comuns.»

Marta considera a prostituição como sendo um fenómeno social igual ao da toxicod dependência, ao alcoolismo, entre outros. Todavia, as pessoas, no que concerne à prostituição são sempre mais preconceituosas e julgam mais facilmente estas “mulheres da vida”:

«[...] As pessoas quanto à prostituição têm sempre um grande preconceito e acho engraçado, curioso, isto que é, parece que toda a gente entende a prostituição, todas as pessoas têm sempre alguma palavra sobre prostituição. Que a prostituição é isto, é isto, é isto, mas quando na verdade as pessoas não sabem nada sobre prostituição [...] e é curioso ouvir as pessoas a falar e que realmente não sabem, não param um pouco para pensar, não conhecem e depois também têm um preconceito quando se começa a falar.»

Tal como anteriormente referido, outra das preocupações dos técnicos de *O Ninho*, prende-se com a divulgação da própria Instituição e seus fins. Rute refere que,

parte do seu trabalho é informativo, tentando sempre elucidar as pessoas que pedem informações acerca d'*O Ninho*:

«Atendo os telefonemas [...] geralmente tenho a preocupação de saber a pessoa que liga, com quem quer falar e qual o assunto. Depois o que posso resolver, resolvo, tenho uma preocupação enorme em explicar o que é *O Ninho*.»

Reconhece-se a necessidade de consciencialização das diversas organizações governamentais e não-governamentais, mas também da sociedade em geral e dos próprios atores sociais envolvidos na problemática prostituição.

Esta ideia é corroborada por Marta que realça a importância do serviço de informação, outro dos serviços que *O Ninho* privilegia, possivelmente pelo impacto conseguido no exterior, nas escolas, em conferências e colóquios:

«Aqui n'*O Ninho* o que é muito positivo é o serviço de informação [...] e a credibilidade foi construída ao longo dos anos [...] a nossa postura, são muitos anos a trabalhar corretamente [...] daí a nossa credibilidade e somos reconhecidos. Porque isto depois sente-se no atendimento, no exterior, isto tudo é passado e tem de se acreditar, porque a Dr.^a Inês também é o rosto d'*O Ninho* e quando vai até aos órgão de comunicação social defende sempre muito *O Ninho*, porque acredita obviamente, e isto também tem-nos valido, tem tido muito peso [...] ir às escolas, tentar estar próximo das pessoas, para as informar, informar, fazer refletir, fazer pensar no sentido das pessoas poderem sair um pouco delas, dessas ideias pré-concebidas que têm [...] acreditamos nisso, que as pessoas quando realmente ouvem o que é a prostituição ficam a saber e a refletir sobre isso.»

Promover o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação sexual e saúde pública abrangentes a todas as faixas etárias, tanto em contexto de educação formal e não formal, ao nível da prevenção, do acompanhamento, com o único objetivo de, por um lado, conscientizar a sociedade para a adoção de estilos de vida saudáveis, e por outro, combater a exclusão social.

A desmistificação da problemática prostituição, todo o trabalho informativo é fundamentado e defendido pelo técnico, sendo fruto de todo o conhecimento, envolvimento e partilha direta com as mulheres. Consequentemente, essa bagagem técnica vai permitir aos interventores sociais transmitir convictamente e com seriedade a mensagem a outras pessoas, para poderem encarar com outra perspetiva este fenómeno social, suas causas e consequências. *O Ninho*, tendo essa missão de dar a conhecer a Instituição ao exterior, recebe, quase diariamente, estudantes universitários, do ensino secundário e faz um trabalho interventivo nas escolas. Paula reconhece a facilidade que tem para comunicar com a população jovem, e partilha em entrevista, como é estabelecida essa interação e qual o feedback que posteriormente transparece nos jovens:

«[...] Pôr questões que eles nunca vão pensar, por exemplo, perguntas que eu ponho aos jovens e digo – de certeza que vocês estão a pensar que elas estão lá porque querem, há muitas escadas para lavar – são aquelas ideias pré-concebidas, e conseguimos, com uma certa facilidade, ter uma ligação com os jovens de maneira a eles não sentirem que eu estou a condenar por pensares dessa maneira, mas permitir que eles exponham cá para fora coisas que eles até tenham vergonha de dizer e que estão a pensar, mas que digo – isso é natural, secalhar também já me passou isso pela cabeça. [...] é muito gratificante ouvir os jovens muitas vezes a chegar aqui ao pé de mim a dizer coisas e depois saírem daqui e dizerem – olhe eu vou daqui com uma visão completamente diferente daquela que eu tinha sobre a problemática da prostituição.»

Conhecida como “a mais velha profissão do mundo”, muitas vezes fantasiada, associada e confundida com glamour e sensualidade, Cristina dá-nos uma perspetiva de quão banalizada é por vezes a prática da prostituição, e faz comparações entre a realidade e a ficção, enfatizando que é de prostituição de rua que se está a falar:

«Há muito preconceito, eu acho que há muito – elas estão ali porque querem [...] contínua haver um estigma e depois acho que há a

banalização, aqui há uma mistura, e nós podíamos pensar com as novas gerações, com a informação, sentimento cívico, que as coisas iriam mudar a nível de mentalidade com os jovens sobretudo [...] e pôr no mesmo saco a questão da sexualidade misturada com a sensualidade, da liberdade de fazermos o que quisermos com o nosso corpo, mas estamos a falar de mulheres que não têm essa liberdade, ou seja, a informação, o acesso a determinados ambientes, a determinadas envolvências, com algum *glamour*. Os filmes, as casas de divertimento noturno com o *strip*, quase que dá um ar de mulheres muito bonitas, muito produzidas, muito sensuais, a lingerie muito sexy, isso é tudo muito bonito, é verdade, mas a realidade da rua não é essa, eu costumo dizer, não é “pretty woman”, de todo.»

A mesma técnica completa o seu discurso, verbalizando a inexistência de testemunhos de mulheres que transparecessem essa “fantasia“, essa “vida fácil” muitas vezes associada à prostituição:

«Aquilo que eu vejo são mulheres que não têm poder nenhum sobre o seu corpo, sobre a sexualidade completamente enviesada. Não há sensualidade nenhuma, não há *lingerie sexy*, não há clientes românticos e carentes, não há.»

O Ninho depara-se com muitas dificuldades, nomeadamente, na resolução de problemas com mulheres que estão em situação de ilegalidade e mulheres traficadas.

No que concerne especificamente ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, estas características levam a que, sob um menor controlo estatal, se desenvolva globalmente uma indústria do sexo, em que um conjunto de mulheres é explorado consecutivamente, muitas vezes facilitado por uma livre e maior circulação de pessoas dos países mais pobres, que migram para trabalhar nessa indústria, voluntária ou involuntariamente.

As técnicas Alexandra e Cristina revelam-nos, quais os aspectos em que se torna mais difícil fazer uma intervenção com vista a uma posterior inserção social estando as mulheres em situação de ilegalidade no nosso País:

«Outra dificuldade que nós temos é com as mulheres ilegais, a documentação, é outra situação que nós temos de repensar, porque o estatuto de vítima, para mim, está muito incompleto. É aí que vamos tentar também alterar um bocadinho isto, e é nós vermos raparigas que são vítimas de tráfico, e nós temos imensa dificuldade em conseguir que ela seja considerada vítima e ter licença de residência.» (Alexandra, 2012).

«Para mim, é o mais frustrante, que é trabalhar com mulheres que estão ilegais e de dar a estas mulheres os documentos, e estamos a falar de uma identificação aceite legalmente pelo Estado Português, que lhe permita ter apoios e ter trabalho [...] porque depois mesmo que *O Ninho* se responsabilize nisso [...] a lei de estrangeiros tem sido cada vez mais rígida, não é certo que o facto de estarem connosco lhe vão dar autorização de residência. [...] O apoio económico, o apoio a nível de apoio para filhos, no caso de haver filhos, é frustrante, porque não há ou porque há pouco, ou porque outra coisa é nem sequer podermos pedir, porque aquela mulher nem tem direito [...] é a ilegais – não, não, não apoiamos.» (Cristina, 2012).

Outro tema abordado por alguns dos técnicos de acompanhamento *d'O Ninho* aquando da entrevista foi a questão da legalização da prostituição, e o facto de estas mulheres serem consideradas trabalhadoras e profissionais do sexo.

De acordo com Oliveira (2011) nos anos 70 do século XX, opera-se uma mudança significativa na conceção destes comportamentos com o surgimento do conceito de trabalho sexual. Esta noção, proposta por Carol Leigh, uma prostituta e ativista dos EUA, aspirava à abrangência e à desestigmatização. De acordo com a mesma autora “trabalho sexual será uma atividade comercial de prestação de serviços em que é desempenhado um comportamento com um significado sexual ou erótico para quem compra. Incluída no trabalho sexual está, pois, a prostituição que é o desempenho comercial de relações sexuais” (p. 15).

Porém, o discurso dos técnicos d'*O Ninho* são totalmente contraditórios e distintos do discurso daqueles que para além de encararem a prostituição como uma profissão, ainda reclamam a sua legalização.

Podemos constatar esta postura técnica nas palavras de Alexandra, fundamentando a sua posição contra a legalização:

«Com base na experiência que tínhamos, com base no sofrimento que as mulheres expressam, nós somos contra a legalização. Não podemos considerar a prostituição um trabalho, porque nenhum Ser Humano, e a mulher neste caso, a ser um instrumento de prazer do outro, e por outro lado, repare uma coisa, legalizar a prostituição é dar um poder legítimo ao homem de comprar sexo, e isto é desumano também para o homem. Acho que devemos sim defender uma sexualidade ligada à afetividade, à partilha e à responsabilidade.»

6.6. REINSERÇÃO SOCIAL: MOTIVAÇÕES, EXPETATIVAS E MEDOS NO PROCESSO DE MUDANÇA

De acordo com o Observatório Brasileiro de Observação sobre Drogas (2007) para entendermos o processo de Reinserção ou Reintegração Social é necessário reportarmos ao conceito de exclusão, que é o ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções. Da mesma perspetiva comunga Paula quando se refere aos objetivos das Oficinas, afirmando que os mesmos são:

«[...] ajudar as mulheres que nos procuram, que são integradas nas Oficinas, a adquirir competências pessoais e sociais que lhes permitam a integração no mercado de trabalho.»

Os planos individuais de inserção social pressupõem diferentes etapas. Numa fase inicial é feito todo o diagnóstico social que conjectura o conhecimento da situação real da mulher, identificação das suas necessidades e reconhecimento das suas competências.

Um dos grandes objetivos d'*O Ninho* é a inserção da mulher na sociedade, assim nos confirma Maria ao referir-se à valência Lar:

«[...] os objetivos do Lar são (...) a reinserção das mulheres, reestruturar a vida delas um pouco na sociedade [...]»

Reconhecendo a complexidade e multidimensionalidade do fenómeno social prostituição onde, para além do direito à liberdade e dignidade há que garantir e dar a conhecer às mulheres todos os outros direitos, mas também os seus deveres enquanto cidadã. Para isso é necessário promover a participação da mulher prostituta nas estruturas centrais e locais, pois aquilo que se verifica é uma diminuta participação das mulheres em diversos setores, como por exemplo, no mercado de trabalho. Adicionalmente, para essa participação ser efetiva é necessária uma mudança interna da mulher, uma valorização pessoal e uma autoestima até agora inexistentes, e o conhecimento dos recursos.

Esta ideia é corroborada por Paula que em entrevista afirmou:

«[...] todo o trabalho do dia-a-dia é para as dignificar, de elas perceberem que são pessoas, têm direitos, que têm capacidades, têm potencialidades que se calhar nunca ninguém olhou para elas porque no fundo a autoestima e o reforço da autoestima é o que conta para que as pessoas consigam dar o salto [...]»

Da mesma linha de pensamento partilha Magda, quando questionada acerca das suas motivações enquanto técnica de acompanhamento destas mulheres, onde a própria refere:

«Motivações é perceber que as pessoas com a nossa ajuda conseguem fazer coisas que se calhar sozinhas, por falta de oportunidades não conseguiram e que mudanças muito significativas. Se calhar em 10 mulheres há 5 que nós vemos resultados muito benéficos para elas em termos de autoestima, dignidade humana, lutarem pelos direitos delas.»

Da mesma forma podemos incluir as palavras de Helena que menciona:

«[...] só conhecendo o meio prostitucional é que podemos agir e podemos encontrar formas de funcionar e trabalhar em prol da promoção social destas mulheres.»

Numa outra entrevista, a percepção da ausência de reconhecimento e valorização de ser mulher e a necessidade de humanização trespassa nas palavras de Magda, quando refere:

«[...] Começamos a olhar para elas como pessoas, que se calhar a maior parte da sociedade não olha para elas como pessoas, olha para elas se calhar como objeto [...]»

Todo o fortalecimento e a criação de condições que proporcionem um melhor encaminhamento e acompanhamento das mulheres envolvidas no fenómeno da prostituição devem constituir uma prioridade. Para *O Ninho*, todo o acompanhamento feito com uma mulher deverá ser um processo continuado e, conseqüentemente, deve abranger todas as vertentes associadas a cada mulher em concreto e seu percurso de vida. Dessas vertentes podemos enunciar aquelas que *O Ninho* não descora e tenta dar o seu contributo efetivo, são as áreas da família, saúde, trabalho e habitação, mesmo àquelas mulheres que já reconstituíram a sua vida.

«[...] Mulheres que estiveram cá no Lar ainda algum tempo, e que hoje têm a sua casa, que estão grávidas, têm a sua vida reorganizada, que durante este processo cresceram muito, autonomizaram-se. Têm as suas próprias famílias, fortaleceram, com o apoio de psicoterapia, há temos casos de sucesso, de processo de mudança que são notórios e são muito visíveis.» (Marta, 2012).

Estes locais (Lar/Oficinas/Centro de Atendimento) funcionam como espaços de acolhimento a que as mulheres podem recorrer para viver, dormir ou simplesmente ficar durante algum tempo. Todas as rotinas, regras, horários e cumprimento dos objetivos que os técnicos vão definindo e exigindo com cada mulher, tem um único objectivo, a promoção da sua autonomia e a criação de uma autoimagem e um autoconceito positivo. Podemos conferir estas pequenas exigências que lhes vão sendo solicitadas diariamente

nas palavras de duas técnicas, Magda e Alexandra ao referirem-se ao mesmo contexto e seu objetivo:

«[...] Todo o apoio que nós damos é estudado com elas, é feito as compras com elas, quanto é que ganhas, quanto é que pagas de renda, despesas, tudo de uma forma, é assim, nós aqui não é a caridadezinha, entre aspas. Nós aqui, tu dás porque há uma conquista tua para tares a receber. Como lhe digo, as mulheres aqui pagam a refeição, é 0.75€, e não é o valor obviamente, ninguém come por 0.75€ nem uma sopa, mas é pelo facto de elas poderem dizer – eu paguei a minha refeição. E terem direito a poderem dizer que pagaram, nem que seja para reclamar que a comida estava uma porcaria, mas pagou, tem direito a reclamar.» (Magda, 2012).

«[...] Elas pagam o seu quarto, a refeição, é simbólico, mas é incutir-lhes direitos e regras, a gestão, porque as regras são organizadoras, ajudam a organizar. Nós não nos apercebemos disto porque tivemos regras desde que nascemos [...] porque é que o lar está num sítio e as oficinas noutra? Para organizar o tempo, é organizador – eu tenho que sair a estas horas para chegar lá, o cumprir. Parecem pequenas coisas mas são coisas muito importantes para a integração social e para promover a autonomia, promover a autoestima – agora já sou capaz de fazer isto.» (Alexandra, 2012).

Todo o modo de funcionamento da Instituição é canalizado e pensado para as mulheres que estão a fazer todo o percurso com vista à integração na sociedade. Marta, técnica da Lar, partilha qual é, no seu entender, um dos objectivos pedagógicos d'*O Ninho*:

«Nós tentamos a nível pedagógico que isto seja igual quando elas forem para a sua vida, ou seja, o facto de não ser tudo no mesmo sítio é um objetivo pedagógico.»

Paula é lacónica ao referir-se ao panorama Português no que concerne ao nível social e do emprego. Todavia, compara os custos, gastos, despesas e poupanças que as mulheres faziam quando se prostituíam equiparada ao que têm quando já inseridas n' *O Ninho*, e esse é um aspeto positivo que devemos realçar:

«O objetivo fundamental aqui das oficinas, é ajudar as mulheres na aquisição de hábitos, horários de trabalho, mas um dos fundamentais é o reforço da autoestima, elas perceberem que são miúdas que têm capacidade para encontrar um trabalho, para ter uma vida. Claro que nós sabemos que a nível social que as coisas estão complicadas, que há trabalhos que elas vão arranjar que elas vão andar a contar os tostões, que vão receber o ordenado mínimo, mas nós cá estamos para ajudar. Porque eu lembro-me de uma mulher que me dizia que o ordenado mínimo lhe rendia mais do que quando estava no [...] a ganhar 100/200€ por dia. Portanto, em que depois tudo é gasto ao dia, quando no fundo ela aqui tinha apoio para pôr o miúdo numa ama [...] passa a viver numa casa em vez de estar a viver numa pensão, portanto havia toda uma série de coisas que reduziam substancialmente as despesas, que no meio prostitucional são elevadíssimas, e por isso chegava-lhes mais aquele por mês apesar de ser muito pouco, o ir comer à cantina.»

Joana reconhece que *O Ninho* desenvolve um trabalho distintamente importante e gratificante, na medida em que trabalha com uma problemática onde não existem muitas instituições de apoio a mulheres prostituídas. Neste sentido, admite existir uma centralidade em relação ao *Ninho*, e um nível de exigência e de responsabilidade, talvez maior. No que concerne à integração social destas mulheres aquando da sua passagem pelo *Ninho*, a técnica alude:

«O trabalho que nós fazemos diariamente tem como perspetiva a integração da mulher, até tendo em conta os casos de sucesso de mulheres que se conseguiram reorganizar e que neste momento estão

perfeitamente inseridas, a trabalhar, com as suas famílias e com uma alternativa de vida completamente diferentes.»

Numa outra perspetiva, Maria descreve-nos quais os objetivos d'*O Ninho* no que se refere à reinserção social das mulheres, referindo que o processo de mudança pode ser, para algumas mulheres mais moroso e difícil do que para outras:

«Acho que fazemos um pouco a política dos três R da Educação Social, que é, reinserir, reestruturar e reintegrar as mulheres na sociedade. [...] eu acho que só o facto de uma mulher nos vir pedir ajuda já é um caso de sucesso, ela vir por si, o querer mudar, tem de partir sempre por elas. [...] Independentemente de umas demorarem 2 ou 3 meses a organizarem-se, como 2 anos. Depois cada caso é um caso, e cada mulher tem os seus problemas muito diferentes e nós temos de saber olhar a isso, que uma mulher tem capacidade de se organizar em 2 ou 3 meses e outra pode demorar 3 anos, mas nós estamos cá para ambas.»

Para Lopes (2010) devem-se criar projetos que promovam o empoderamento das mulheres, com o objetivo de se libertarem de todos os condicionalismos sociais e culturais, de inferioridade que foram submetidas no seu percurso de vida. Compete aos técnicos de acompanhamento trabalhar com as mulheres a valorização pessoal, autonomia, autoestima, autoimagem, as suas competências, para que estas sejam capazes de mudar a sua trajetória de vida, a imagem que têm de elas próprias, tornando-se agentes ativos da sua própria mudança. Neste sentido, os técnicos devem respeitar o tempo que cada mulher necessita para se inserir na sociedade, de tal forma que elas entendam claramente esse respeito e a segurança e apoio de retaguarda que *O Ninho* continua a prestar após a mulher sair da instituição. Podemos confirmar esta ideia nas palavras de Cristina:

«[...] Penso que é uma referência por ser a tal porta aberta, por não pôr limites de tempo, pois consideramos que cada Ser, cada individuo é um Ser único e têm o seu próprio tempo [...] tem que haver contrapartidas, tem que haver uma envolvência, não é? Não é dar sem

haver um envolvimento, sem haver uma comunicação, é ensinar a pescar [...] elas às vezes queriam era o peixe, não queriam nada aprender a pescar. Depois, a médio, longo prazo vem a compreensão também de como foi importante afinal ensiná-las a pescar. Eu acredito que é isso que acontece, e é esse o sentimento que as mulheres têm, é o que eu acredito, é real, porque senão não estávamos aqui há tanto tempo.»

Mas funcionam também como espaços e valências a que as mulheres que entretanto organizaram a sua vida podem recorrer em qualquer altura. É esta a opinião que Magda, monitora no Lar, manifestou durante a sua entrevista:

«[...] Temos várias mulheres que já saíram d'*O Ninho*, já organizaram a sua vida e que vêm sempre ter ao Lar quando precisam de ajuda para alguma coisa, conversar, parar dizer novidades, o que está a acontecer, e acontece-nos muito [...].»

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas nesta Dissertação de Mestrado prendem-se com as entrevistas feitas e com o resultado da análise das mesmas relativamente à condição da mulher prostituta, atuação d'*O Ninho*, trabalho técnico, suas motivações e dificuldades no exercício das suas funções, e posterior reinserção social das mulheres aquando da passagem e estágio na instituição. Desta forma, as conclusões premeiam aquilo que me foi possível inferir através da análise.

I - Atuação do Ninho

O Ninho procura criar condições para que ninguém tenha de permanecer na rua, vendendo o seu próprio corpo por falta de alternativas e, nomeadamente assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia, com vista ao exercício pleno da cidadania e da dignidade humana.

Analisando toda a História que o fenómeno social prostituição assistiu ao longo dos anos, e reportando para o caso específico Português, é possível reflectir que somos todos responsáveis pela inércia que Portugal assiste face a este fenómeno. Antes de ser ignorado este fenómeno social, devia constituir uma prioridade em muitas agendas, políticas e sociais, de forma sistemática e multifacetada, representando a vertente habitacional, profissional, psicológica e da saúde.

Neste sentido, as instituições que direcionam a sua atuação para esta problemática, deverão receber maior apoio para que possa ser frutífero o seu contributo.

II - Causas e consequências da entrada na Prostituição

A realidade da prostituição de rua é absolutamente violenta e degradante. sendo as causas apontadas para a entrada na prostituição diversas.

As causas que foram enunciadas pelos técnicos de acompanhamento e que nos possibilitaram construir o observatório que serve de base a este trabalho, permitem-nos concluir que o factor económico é o principal motivo apontado para a entrada destas mulheres no mundo da prostituição. O nível de escolaridade muito baixo, o desemprego, o insuficiente rendimento familiar, a gravidez precoce, o abandono por parte dos

companheiros ou a viuvez, deixa as mulheres numa situação bastante vulnerável à alternativa de ganhos rápidos e fáceis.

Imbuídas da ideia, de que a prostituição seria uma fase transitória e curta da sua vida, viriam, afinal, a mergulhar neste submundo sem dignidade, regras e direitos. As mulheres prostitutas, cedo perceberam que a sua opção se transformara num estilo de vida, sem retorno. Por todos marginalizada, descaracterizaram-se, forjaram uma nova identidade, uma profissão e até, mesmo, uma família.

III - Motivações e expectativas dos técnicos de acompanhamento face à sua realização pessoal e profissional e face à atuação d'O Ninho

A permanência dos técnicos de acompanhamento d'O Ninho é persistente ao longo dos anos, na sua maioria trabalham na instituição há mais de 30 anos, sendo a média de anos de serviço dos técnicos entrevistados de 22 anos. Maioritariamente os elementos da equipa técnica desconheciam na totalidade a realidade da prostituição antes de entrarem para O Ninho, era uma realidade que suscitava um certo estigma e ao mesmo tempo preocupação.

Analisamos que a maioria dos elementos da equipa de trabalho teve conhecimento d'O Ninho ou por intermédio de terceiros, de professores, amigos ou conhecidos ou através da diretora d'O Ninho.

Verificamos que as principais motivações pessoais dos técnicos de acompanhamento são a vontade de ajudar a projetar e alterar o projeto de vida das mulheres, dignificá-las, valorizá-las e posteriormente dar-lhes a conhecer os recursos existentes e seus direitos enquanto mulher e enquanto cidadã.

Os técnicos reconhecem que todo o trabalho que O Ninho foi desenvolvendo ao longo dos anos, permitiu construir uma credibilidade e um reconhecimento que é muito gratificante, e que se destaca, no entender dos mesmos, das outras instituições

IV - Reinserção ou integração Social?

Os antecedentes de vida das mulheres que recorrem ao Ninho são todos eles semelhantes e marcadamente sofridos. Marcados por diferentes episódios de violência, abandono, maus-tratos, abusos, o analfabetismo, a pobreza, a debilidade do meio prostitucional, faz destas mulheres excluídas mesmo antes de se prostituírem. Na

instituição trabalha-se esta gestão de tarefas, horários e seu cumprimento, a organização é a palavra de ordem, porque a organização do espaço é a organização da mente.

Neste sentido, considero que todo o trabalho de valorização pessoal e profissional feito junto da mulher aquando da sua permanência n'*O Ninho* é antes de mais integrador antes de ser de reinserção, pois o que se verifica é que a mulher antes de ser prostituta já era vítima de exclusão social face aos seus condicionalismos e precedentes de vida.

As atividades de cariz cultural, lúdico e de lazer que se desenvolvem n'*O Ninho* são importantes para que as mulheres se integrem e usufruam do que qualquer cidadão tem direito.

É importante valorizarmos as pequenas conquistas e sucessos diários que cada mulher vai fazendo ao longo do seu processo de integração social. De referir que atualmente *O Ninho* acompanha uma mulher que já se prostituiu e que neste momento está a frequentar o ensino superior, é uma mulher que fez um percurso normal, teve falta de oportunidades, teve de começar a prostituir-se para poder sobreviver, mas que conseguiu, com apoio, alternar o seu projeto de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AI (1995) Mulheres e Direitos Humanos. Lisboa, pp. 12- 106.
- FERREIRA, E. (1987). A Prostituição – Um Problema Social. ISCSP. Lisboa.
- BACELAR, JEFERSON. (1982). Ensaio 87 – A família da Prostituta. Editora Ática. São Paulo.
- BARBOSA, M. (2007). Na Corda Bamba. Reinserção Social: História de Vida de uma mulher ex-prostituta, apoiada pela SCML. ISCSP. Lisboa.
- BARBOSA, M. DINIZ, J. FONTINHA, I. A prostituição. Coleção informar as mulheres n.º13. Comissão da condição feminina. Lisboa.
- BARRETO, L. (2008). Prostituição, Gênero e Sexualidade: Hierarquias Sociais e Enfrentamentos no contexto do Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- BECKER, H. (1963). *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press.
- CANÇO, D. CASTRO, I. (2001). *Portugal Situação das Mulheres - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das mulheres*. Lisboa: Artes Gráficas, Lda.
- CARVALHO, A. & BAPTISTA, I. (2004). Educação Social. Fundamentos e estratégias. Porto Editora. Porto.
- COSTA, J. & ALVES, L. (2001). Prostituição 2001 – O Masculino e o Feminino de Rua. Edições Colibri. Lisboa.
- FONSECA, C. A dupla Carreira da Mulher Prostituta. Revista Estudos Feministas. Ano 4, n. 1, p. 7-33, 1996. Disponível em: <http://www.portalfeminista.org.br/artigo.phtml?obj_id=807>. Acesso em 07 de fevereiro de 2007.
- GARIZABAL, C. ONG y derechos humanos: la experiencia de Hetaira. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 3, p. 85-95.
- GOFFMAN, E. (1975). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Maria Bandeira de Leite Nunes. Rio de Janeiro.
- JACINTO, F. (2003). A um passo da Liberdade: As expectativas dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus face à Liberdade Condicional. Universidade Técnica de Lisboa. ISCSP. Lisboa.

KEMPADOO, K., Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (Ed.). *Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition*. New York and London: Routledge, 1998. pp. 1-28.

LOPES, E. (2010). *O Teto é o céu e o chão é a rua. Estudo exploratório da prostituição de rua no Lobito – perfis, mutações e perspetivas*. Litogaia – artes gráficas, LDA. Lobito.

LOURENÇO, M. (2005). *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal*. Direcção Geral da Segurança Social. p.28.

MADEIRA, M. (1996) – *Políticas e medidas de combate à Exclusão Social*, Lisboa, Direcção Geral da Acção Social. pp.1-10.

MANITA, C. & OLIVEIRA, A. (2002). *Investigação integrada no Projecto “de rua em rua”*. Estudo de caracterização da Prostituição de rua no Porto e Matosinhos. Grafislab. Porto.

MENDES, J. (2003). *Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Lisboa.

Ministério da Justiça: Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2007). Brasil.

MOREIRA, C. (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. ISCSP. Lisboa.

MUIANGA, B. (2009), *Risco e saúde no Contexto do VIH/SIDA. O caso da prostituição na Baixa da cidade de Maputo*. Lisboa. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Núcleo de Infeção VIH/SIDA da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna. (2001). *II Congresso Virtual HIV/AIDS Ontem, hoje e amanhã*. Associação Lusófona. Santarém.

OLIVEIRA, A. (2004). *As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Editorial Notícias. Lisboa.

OLIVEIRA, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reação Social*. Edições Almedina. Coimbra.

PERABOIA, T. (2007). *Educação e Formação de Adultos e competências para a empregabilidade – trajetos de (Re) inserção*. Relatório de Estágio. Universidade Técnica de Lisboa. ISCSP. Lisboa.

REIS, F. (2010). Como elaborar uma Dissertação de Mestrado segundo Bolonha. 2.^a Edição. Pactor. Lisboa.

Revista (Transformar. Revista dos Associados e Amigos do Fórum Abel Varzim – Desenvolvimento e Solidariedade. Abril/Junho. Ano XI. Nº37.2008).

ROBERTS, N. (1996). *A prostituição através dos tempos na Sociedade Ocidental*. Lisboa: Editorial Presença.

RODRIGUES, Fernanda. (2003). *Ação Social na Área da Exclusão Social*. Universidade Aberta. Lisboa.

RODRIGUES, E. SAMAGAIO, F. FERREIRA, H.; MENDES, M.; JANUÁRIO, S. (1999). Políticas Sociais e Exclusão em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. Nº31, 1999, pp 39-67.

SANTOS, J. et al. (2005). *Quem levou o meu ser? Mulheres de rua*. Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa/Divisão de Imprensa Municipal.

SILVA, M. & RIBEIRO, F. (2010), *Mulheres da vida, mulheres com vida: Prostituição, Estado e Políticas*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda.

SILVA, S. (2007). Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a Prostituição Feminina em Portugal. *Análise Social, vol. XLII (18)*. pp. 789-793.

SILVA, F. (2010). Cuidado junto às mulheres em situação de Prostituição: processos pedagógicos e transformação social. São Leopoldo: EST/PPG.

TENREIRA, A, (2008). *Um passado (In)determinado, Um futura (Im)previsto – O processo de reintegração social e profissional da Mulher com historial de prostituição*. ISCSP. Lisboa.

WEITZER, R. (2000). Why we need more research on sex work. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista semiestruturada a Técnicos de Acompanhamento *d'O Ninho*

Data: _____

Local: _____

1 – Idade? _____

2 – Nacionalidade? _____

3 – Naturalidade? _____

4 – Habilitações literárias?

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outro. Qual? _____

5 – Qual é a sua categoria profissional?

6 – Quanto tempo de exercício possui na atual categoria?

0-2 anos

3-5 anos

5-10 anos

Mais de 10 anos

7 – Quais são os principais objetivos aqui nas Oficinas. _____

8- Desejava que na medida do possível fizesse uma breve caracterização das utentes que frequentam as Oficinas nos últimos 3 anos. _____

9 – Genericamente, de que forma é que estas mulheres tiveram conhecimento d'O Ninho? _____

10 – Maioritariamente, que tipo de problemas mais frequentes apresentam as mulheres?

11 – Há quanto tempo trabalha na Associação? Sempre trabalhou nas Oficinas? Há quanto tempo trabalha nas Oficinas? _____

11.1.- Foi uma opção pessoal? _____

11.2.- Como teve conhecimento deste trabalho? _____

12- Gosta de trabalhar no “Ninho”? Porquê? _____

13- Quais considera ser as principais motivações enquanto técnica de acompanhamento no trabalho/função que desempenha? _____

14 – Como avalia o seu contributo enquanto técnico que trabalha com mulheres prostitutas? _____

15 – Quais as principais dificuldades sentidas no desempenho das suas funções? _____

16 – Houve algum momento em que sentiu que não estava apta(o) para tentar solucionar um pedido/problema manifesto pelas mulheres prostitutas? _____

17- Se tivesse oportunidade mudava de profissão? Porquê? _____

17.1 – Dentro *d'O Ninho* gostaria de trabalhar em outro serviço que não nas oficinas? _

17.2 – Considera ter boa relação com todos os colegas da equipa? _____

18 – Descreva-me como é um dia nas oficinas _____

19 – Os horários das oficinas são adequados às atividades/acompanhamento que é necessário prestar às mulheres prostitutas? _____

20 – O que pensa destas mulheres? _____

20.1 – Que tipo de sentimentos/sensações nutre por estas mulheres prostitutas? Escolha 3 destas 16 opções.

Amizade	Confiança	Vergonha	Paciência
Medo	Desânimo	Orgulho	Pena
Carinho	Solidariedade	Ansiedade	Disponibilidade
Alegria	Desconfiança	Repugnância	Solidão

21 – Como avalia a percepção da sociedade face às mulheres prostitutas? _____

22 – Qual considera ser a perceção da sociedade perante o trabalho que desempenha enquanto técnica que trabalha para e com mulheres prostitutas de rua? _____

23 – Qual considera ser o grau de dependência das mulheres prostitutas relativamente à Associação *Ninho*? E quanto às oficinas? _____

24 – Considera que os projetos desenvolvidos são suficientes? Porquê?

25 – Quantas mulheres prostitutas em média recorrem assiduamente às oficinas? _____

26 – Como avalia os projetos desenvolvidos para e com mulheres prostitutas tendo em conta a sua participação? _____

27 – Qual considera ser a opinião geral das mulheres prostitutas face ao Ninho? _____

27.1 – E face ao trabalho dos técnicos? _____

28 – Considera que o Ninho promove a reinserção social das mulheres que a Ele recorrem? _____

ANEXO II

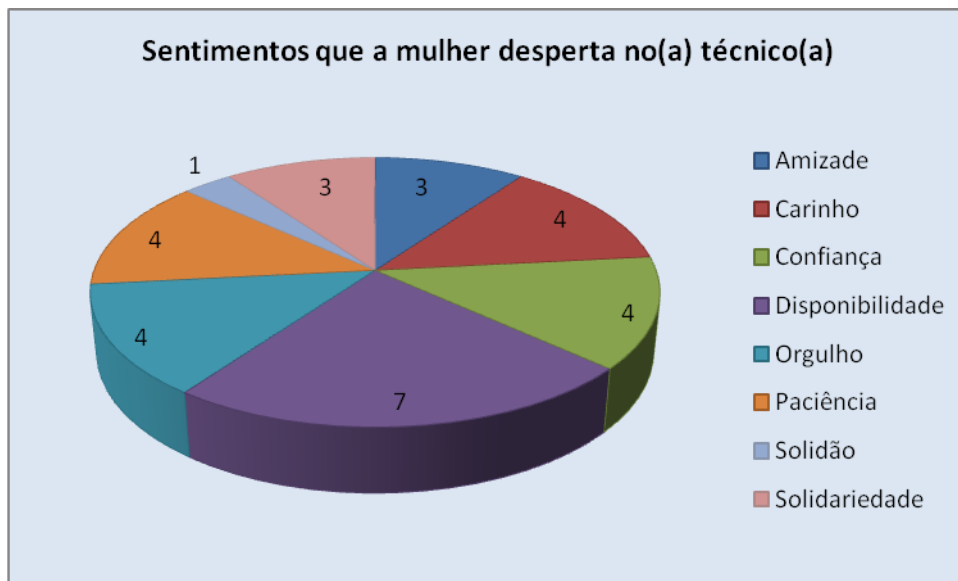


Gráfico I – “Sentimentos que a mulher desperta no(a) técnico(a)”

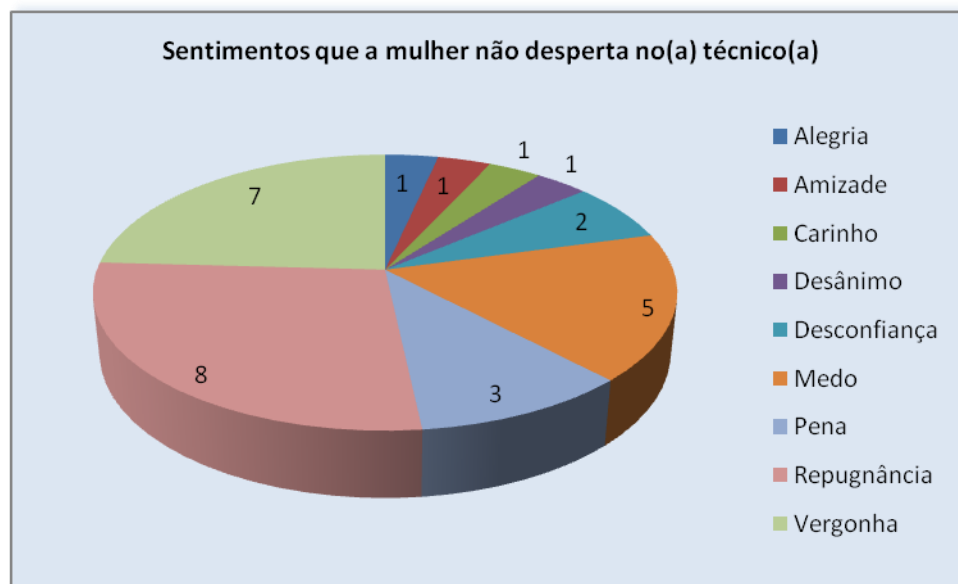


Gráfico II – “Sentimentos que a mulher não desperta no(a) técnico(a)”

ANEXO III



Fig. 1 - Casa dos Brinquedos, Lar



Fig. 2 - Sala de Jantar / Convívio, Lar



Fig. 3: Gabinete Técnico, Lar

ANEXO IV



Fig. 4: Espaço Oficinas



Fig. 5: Sala de Trabalhos



Fig. 6: Expositor do Artesanato, Oficinas



Fig. 7: Gabinete Técnico, Oficinas

ANEXO V



Fig. 8: Gabinete técnico, Centro de Atendimento



Fig. 9: Espaço Centro de Atendimento



Fig. 10: Peças de artesanato vendidas
no Quiosque



Fig. 11: Quiosque

ANEXO VI

CARATERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

NOME	IDADE	NATALIDADE	ESTADO CIVIL	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	DATA DA ENTREVISTA
Cristina	42	Almada	Divorciada	Licenciatura em Política Social	Coordenadora Centro de Atendimento	30-11-2011
Marta	39	Moçambicana	Solteira	Licenciatura em Educação Social	Coordenadora do Lar	12-01-2012
Joana	33	São Sebastião da Pedreira	Solteira	Licenciatura em Educação Social	Monitora	18-01-2012
Maria	28	São Cristóvão e São Lourenço	Solteira	Licenciatura em Educação Social	Monitora	02-02-1012
Magda	36	Lisboa	Solteira	Licenciatura em Psicologia e pós-graduação na área da neuropsicologia	Monitora	16-02-2012
Rute	63	Fundão - Donas	Casada	Curso (antigo) de agente de educação e familiar	Monitora	01-03-2012
Patrícia	59	Lisboa	Casada	Técnica auxiliar ao serviço social	Monitora	15-03-2012
Paula	51	Lisboa	Casada	Licenciatura em Serviço Social	Técnica Superior Social de 1. ^a	05-04-2012
Helena	60	Almada	Solteira	Licenciatura em Psicologia	Psicóloga	27-04-2012
Camila	54	Abrantes	Casada		Monitora	17-05-2012
Alexandra	58	Madeira	Casada	Licenciatura em ciências Sociais e Políticas	Assessora	08-06-2012